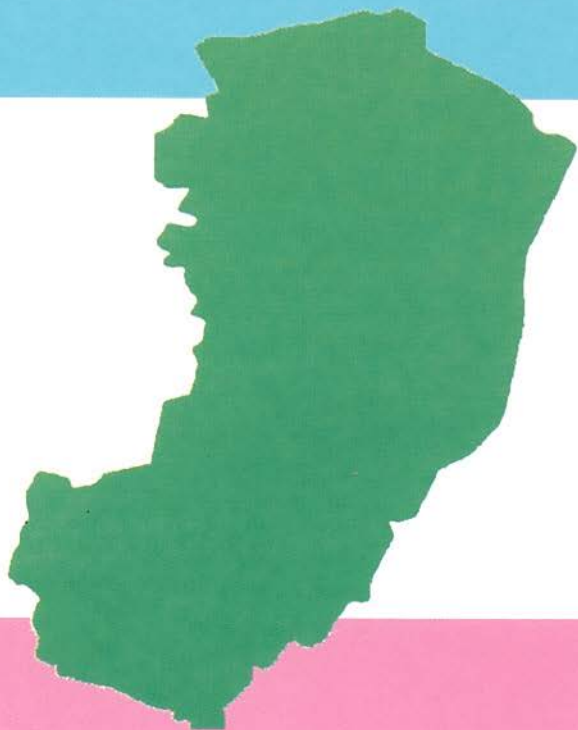


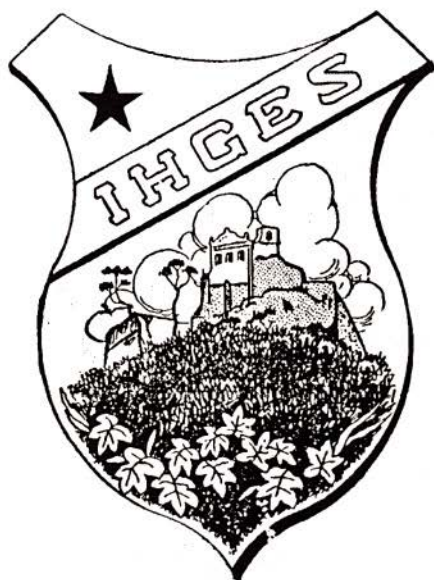
REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



Nº 58

REVISTA
DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO

REVISTA
DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



Vitória

Nº 58

2004

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa

Vice-Presidentes: Sebastião Teixeira Sobreira, Victor Humberto Salviato Biasutti, Getúlio Marcos Pereira Neves e Antonio da Silva Monteiro.

Tesoureiros: Renilda Lúcia de Souza dos Santos e Paulo Stuck Moraes

Secretários: Victor Biasutti e Zoel Correia da Fonseca

Conselho Fiscal: Armando Marques Vieira, Aylton Rocha Bermudes e Rômulo Salles de Sá

Conselho Editorial: Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa (Coord.), Getúlio Marcos Pereira Neves, Hormízio Santos Muniz, Luiz Guilherme Santos Neves, Renilda Lúcia de Souza dos Santos

Editor

Marien Calixte

Capa, projeto gráfico e editoração: Hormízio Santos Muniz

Catálogo: Ana Maria de Matos CRB 12/ES 425

Revisão de texto: pelos autores

Revisão gráfica: Hormízio Santos Muniz

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 58

(dez. 2004). — Vitória : O Instituto, 1917-.

205 p.; 20,5 cm.

Annual.

1. Marca registrada (Direito internacional público). 2. Direito – Filosofia. 3. Sociologia jurídica. 4. Futebol – Espírito Santo (Estado) – Aspectos sociais. 5. Oliveira, Luiz Carlos – Discursos, ensaios, conferências. 6. Meio ambiente – Conferência. 7. Urbanização – Visão política. 8. Ensaio literário. 9. Necrológicos.

CDU: 3:94(815.52)(05)

I H G E S

Av. República, 374 - Ed. Domingos Martins

Parque Moscoso - Vitória - ES - CEP: 29060-620

Telefone: (027) 223-5934 - e-mail: ihges.vix@zaz.com.br

SUMÁRIO

Marca: o nascer de um direito	7
Sebastião Celso Silva Borges	
Ilações jurídico-sociológicas dos “Princípios da filosofia do direito” de Hegel	25
Getúlio Marcos Pereira Neves	
I Futebol comunitário como afirmação de uma ideologia local	45
Leonardo Pinto da Silva	
50 anos de presença de Renato Pacheco no IHGES	63
Getúlio Marcos Pereira Neves	
Mesa Redonda sobre Luiz Carlos de Oliveira, realizada em 10/03/2004 no IHGES	77
Renato Pacheco, Reinaldo Santos Neves, Sérgio Blanck, Ivan Borgo e Luiz Guilherme Santos Neves	
Conferência sobre Meio Ambiente, realizada em 02/06/2004 no auditório de A Gazeta	99
José Carlos de Carvalho	
Miguel Calmon Du Pin (Marquês de Abrantes) Diplomata, Estadista, Economista, Parlamentare Político	117
José Tristão Calmon Fernandes	

O poder político na definição do processo de urbanização de Vitória	127
Victor Amorim de Angelo	
A oferta no altar do tempo	143
Ivan Lorenzoni Borgo	
Memória ítalo-capixaba	155
Ivan Lorenzoni Borgo	
Pedro e o Pêro da carta	161
José Mário Tironi	
Meus mestres inesquecíveis	167
José M.C.Valente	
Nobreza capixaba	169
Paulo Stuck Moraes	
A utopia americana de Neruda	175
Ester Abreu Vieira de Oliveira	
João Bonino Moreira, um pedaço da história do IHGES ...	189
Hormízio Santos Muniz	
Ivantir Antonio Borgo (1934-2004)	193
Renato José Costa Pacheco	
Levy Rocha (1916-2004)	197
Ester Abreu Vieira de Oliveira	
O Magistrado Renato José Costa Pacheco	201
Sebastião Teixeira Sobreira	

MARCA:

O NASCER DE UM DIREITO

Sebastião Celso Silva Borges
Professor-Doutor em Direito da Propriedade Industrial
pela Université de Droit, d'Économie et de Sciences
Sociales de Paris – França.

Ainda hoje, muito se questiona sobre a efetiva gênese do Direito de Marca, indagação essa por demais intempestiva, posto que o Brasil foi um dos primeiros signatários da Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, de 20 de março de 1883. Não bastasse isso, antes um século, o Direito da Propriedade Industrial já deitava suas raízes no solo fértil da velha Europa. Não é de se admirar, portanto, que, já em 1875, uma lei brasileira estabelecia, em seu Artigo 2º, que os profissionais da mercancia titulares de marcas somente poderiam fazer valer seus direitos *erga omnes* mediante prova incontestada da preexistência de registro em seu nome. Por via de conseqüência, a doutrina que assevera ser o Direito marcário uma mera criação da lei carece de fulcro histórico.

É importante frisar ainda que a missão universalista do Direito de Marcas, consagrada às escâncaras pela “União de Paris”, de sua origem aos nossos dias, em todas as suas revisões, não permite absolutamente que se conteste o caráter dúbio do mesmo. Todavia, daí a se pretender outorgar uma preeminência ao caráter público desse Direito sobre o reinante interesse privado dos titulares do registro marcário, à revelia da vontade manifesta do legislador, significaria conceder férias à razão e ao bom senso, adulterando-se o sentido das coisas.

Além disso, não se pode negligenciar o fato de que uma sintonia cada vez maior entre a supra citada Convenção e as legislações nacionais congêneres dos Estados *unionistas* não é apenas desejável, mas sim, antes de tudo, constitui-se em princípio cogente estabelecido naquele Diploma Jurídico, cabendo à Organização Mundial da Propriedade Intelectual a árdua tarefa de harmonizar as legislações dos países membros com o espírito do texto convencional, conforme encontra-se estabelecido no artigo 4º, I, *in fñi*, da Convenção que a instituiu, assinada em Estocolmo, em 14 de julho de 1967.

EXPRESSÕES-CHAVE:

Direito de Marca; Convenção da União de Paris; Propriedade Industrial; Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

“Não pode o juiz, sob alegação de que a aplicação do texto da lei

à hipótese não se harmoniza com o seu sentimento de justiça ou equidade, substituir-se ao legislador para formular ele próprio a regra de direito aplicável” (STF-RBDP 50/159 e Amagis 8/363).

Por mais incrível que possa parecer, muito se questiona ainda hoje, dentro e fora dos burgos jurídicos pátrios, em razão dos atavismos ancestrais, sobre a gênese efetiva do Direito de Marca, com poderes *erga omnes*, embora sendo notório o fato de o Direito da Propriedade Industrial não se constituir absolutamente em nenhum agregado novel no Monumento Jurídico nacional. Na verdade, nosso país foi o quarto no mundo a conceder proteção à propriedade industrial, através de um Alvará de 28 de abril de 1809, restrito às invenções, assinado pelo Príncipe Regente D. João VI, ainda na Bahia, forçado que fora pelas circunstâncias que se lhe apresentavam, em decorrência da invasão da metrópole pelo então Imperador dos franceses, Napoleão, o Grande, entre as quais, o famigerado bloqueio dos portos.

Não bastasse a citada ocorrência histórica, igualmente teria o condão de tornar injustificável tal questionamento o fato ter sido o Brasil um dos primeiros signatários da Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, de 20 de março de 1883, graças à visão futurista de D. Pedro II, a qual se constitui no mais importante e completo direcionamento jurídico concernente à matéria no mundo inteiro. Além disso, anteriormente àquele importantíssimo marco na história do Direito brasileiro, nosso país já havia reservado lugar de destaque à propriedade industrial na Constituição Imperial de 1824 — *“proclamando, com antecipação de meio século, o princípio da propriedade do inventor que, somente em 1878, o Congresso Internacional da Propriedade Industrial, reunido em Paris, definitivamente assentara”*, conforme

relevante registro do insigne juriconsulto CARVALHO DE MENDONÇA (*vide* Tratado de Direito Comercial Brasileiro, vol. V, Parte I, n. 105) __, sem olvidar a promulgação, em 28 de agosto de 1830, de uma lei para tornar efetiva a proteção dos inventores de todos os gêneros, regulando a concessão dos privilégios inerentes à matéria e os direitos defluentes dos mesmos __ ainda registrando-se aqui a promulgação da primeira legislação nacional específica concernente aos direitos sobre marcas, em 23 de outubro de 1875.

Lamentavelmente, não chegou a República ao coração da nossa “*Mãe gentil*” com o condão de fazer-se o “*vôo de Homero feito condor*” sonhado pelo genial então vate-menino Castro Alves, em um dos seus mais belos épicos. Filha da mais completa ausência de planejamento, imediatista, egoística, classista, em suma, nascida de interesses mesquinhos que habitavam alguns espíritos individualistas obtusos e inconseqüentes __ *verbi gratia*, uma revanche em face da Lei Áurea __ aquela, com efeito, surgiu truculenta e, desde seu momento vestibular, mostrou-se singularmente prenhe da culpa *in stricto sensu* em seu tríplice aspecto jurídico e, conseqüentemente, movimentou o *manche* do Poder sempre de forma a fazer voar para baixo a nau da evolução jurídica pátria __ com as fronteiras do Direito fechadas para tudo aquilo que os “*Césares*” da citada novel ordem governamental consideravam como suscetível de ser considerado fruto bastardo daquela “*liberdade sem freios e sem regras*” nascida em França, no final da segunda metade do mui apropriadamente denominado “*Século das Luzes*”. Assim, as correntes do progresso, que até então corriam a todo vapor, foram estagnadas, formando-se um grande divisor de águas entre os dois períodos, e, naquele *mare magno* de retrocesso, ficou ancorada a nau do Direito da Propriedade Industrial brasileiro por tempo não negligenciável, assistindo passivamente ao distanciamento a passos largos dos seus congêneres de além-mar.

Não se pode perder de vista, na verdade, o fato de que um século antes, o Direito da Propriedade Industrial, na forma em que se encontra atualmente delineado, já deitava suas raízes no solo da velha Europa, quando a Revolução Francesa de 1789, pondo termo à *escravidão* feudalista, fez despertar a economia burguesa, até então parcialmente hibernante e, com aquela, a indústria e o comércio que, crescentes, levaram fabricantes, corporações e comerciantes à assertiva de que lhes seria necessário adotar o uso de insígnias distintivas em seus produtos, da fonte ao consumidor, para não se flagrarem mais tarde sendo imitados ou confundidos, na luta sem trincheira infinda contra a concorrência desleal.

Sob aquela inspiração, já em 12 de abril de 1803, uma lei francesa estabelecia os primeiros parâmetros concernentes ao registro de marca, estendendo aos contrafactores as penas previstas para os crimes de falsificação de documentos privados, ressalvando ainda ao proprietário o direito de perdas, danos e lucros cessantes. Todavia, por se haver mostrado em espírito muito além do seu tempo, aquele Monumento Jurídico não logrou fulcrar-se solidamente, como ansiado, no Campo da Juridicidade gálica — embora seja inegável o seu legado de melhores e perenes florações: graças à supra referida lei, com efeito, em França e em outros países europeus, outras vieram a ser promulgadas, entre as quais, a lei francesa de 1857 — tida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual como paradigma da legislação marcaria da grande maioria dos países, inclusive da brasileira.

Com aquela gênese, portanto, não é de se admirar que, já em 1875, uma lei brasileira estabelecia, em seu artigo 2.º, que os profissionais da mercancia, pessoas físicas ou jurídicas, titulares de marcas, somente poderiam fazer valer seus direitos *erga omnes* mediante prova incontestada da preexistência de registro em seu nome, “*junto ao Tribunal ou Conservatória do Comércio de seu domicílio, do modelo da marca constituída de qualquer denominação, emblemas, selos, sinetes, carimbos, relevos, invólucros de*

toda a espécie, que possam distinguir os produtos da fábrica ou os objetos de comércio, com a prévia publicação do último nos Jornais em que se publicarem os atos oficiais”.

Urge que se traga ainda à baila o fato de que o Projeto da citada norma jurídica sugeria maior rigor no que tange à formalidade do registro, declarando que *“ninguém poderá pretender a propriedade da marca sem que previamente tenha registrado”*. Entretanto, a própria Comissão responsável pelo mesmo acabou por entender que tal direcionamento terminaria por colocar em risco o direito adquirido dos detentores daquelas marcas que, embora não tendo ainda passado pela experiência do depósito legal, já se encontravam em franca exploração, e que, por isso, poderiam ser objeto de pirataria, com usurpação, depósito e registro feitos pelos concorrentes desleais que, malgrado isso, mas já dotados do condão da exclusividade de exploração, embora adquirido de forma *sui generis*, poderiam fazer seu direito de monopólio *erga omnes*, inclusive, contra os autênticos criadores do sinal marcário em questão.

Assim, de forma a elidir tais riscos, fez-se constar da supra referida Exposição de Motivos uma observação muito bem apropriada para o painel jurídico-social que, especificamente, no universo da mercancia, se apresentava à época, onde se asseverava que *“(...) o registro não cria a propriedade da marca, que, como a propriedade do nome patronímico, não encontra limitação nem no tempo, nem no espaço. A propriedade preexiste ao registro; mas este é exigido como condição do exercício da ação criminal, ficando sempre em todo o caso a salva a ação cível por perdas e danos”* (Afonso Celso, Marcas industriais e nome comercial, anexo 1, p. 236).

Não se pode perder de vista, entretanto, que aquele período assaz longo de trevas densas nos céus da juridicidade pátria, como inicialmente descrito, e sob o qual hibernou nosso Direito da propriedade intelectual, refestelado sobre a liteira do

amolentamento das instituições oficiais, permitiu que hábitos e costumes impeditivos da melhor aplicação da exegese da lei em sua legítima extensão medrassem nos domínios pertencentes à legislação marcaria de maneira a favorecer a floração de decisões sem liame algum com o verdadeiro espírito da lei, à revelia da manifesta vontade do legislador __ alegando-se, *verbi gratia*, que o texto legal e a citada Exposição de Motivos apresentavam alguns pontos colidentes, ou que colocavam em risco os direitos adquiridos de titulares de sinais distintivos que, embora muitas vezes notórios, eram explorados sem o cumprimento da formalidade do registro, por razões óbvias. Essa preocupação levou então o Governo Imperial a estabelecer, em 29 de outubro de 1877, uma vez provocado por uma Representação da Junta Comercial de Pernambuco, que a preexistência do registro “***não destrói o direito que alguém possa ter à sua propriedade (da marca), desde que prove posse anterior***” (in O Direito 14/629).

Antes de adentrarmos mais especificamente na questão concernente à imprescindibilidade, ou não, do pedido de registro da marca, para que seu titular possa gozar do monopólio de exploração, não parece apresentar-se aqui como destoante da matéria-título um fato trazido à baila pela pena magistral e sempre muito bem abalizada do saudoso juriconsulto JOÃO DA GAMA CERQUEIRA (in Tratado da Propriedade Industrial; 2^a. ed., RT, v. 2, p. 763) o qual, *a prima facie*, por equívoco eventual de algum espírito apriorista e desavisado, pode parecer dicotômico. Lembra o saudoso mestre, com efeito, que “*o direito sobre marcas é um Direito Natural de propriedade e não mera criação da lei, como a muitos parece. Assim, apenas compete à lei reconhecer e proteger esse direito, regulando-lhe a aquisição e o exercício, de acordo com as exigências do bem comum. Pode, pois, o legislador fazer depender o reconhecimento e a proteção do direito do cumprimento de certas formalidades administrativas, como o registro ou o depósito da marca, ou dispensar essas formalidades relativa-*

mente à aquisição da propriedade, exigindo-as somente como condição para que o titular da marca possa gozar das garantias especiais asseguradas na lei (...)”.

Verifica-se assim que a doutrina que assevera ser o Direito marcário uma mera criação da lei carece de fulcro histórico, posto que sua historiografia prova cristalinamente a preexistência do emprego da marca como sinal distintivo muito antes da regulamentação legal em todos os países, nada mais tendo feito o legislador além reconhecer aquele direito, regulando-lhe o exercício.

Existe, na verdade, uma corrente contrária que se baseia na alegação de que a proteção legal das marcas estaria justificada pela necessidade do Estado reprimir a concorrência desleal (vide Allart, Marques de Fabrique, pp. 3 e 4) não somente no interesse dos profissionais da mercancia, mas também em favor da ordem pública e dos direitos dos consumidores.

Todavia, como leciona o magistral POUILLET (in *Traité des Marques de Fabrique*, n. 14), a legislação marcária é feita no interesse do fabricante; se ela protege o consumidor, não o faz senão indiretamente, e em segundo plano. Portanto, quando, para elidir o registro de marcas iguais, similares ou afins, fala a lei do risco de erro ou confusão por parte do consumidor — o qual, no dizer do magistral Nelson Hungria, “é geralmente um desavisado” — não revela absolutamente nenhuma intenção, da parte do legislador, no sentido de proteger o comprador, posto que, na verdade, seu fim precípua é elidir prejuízos de ordem pecuniária e/ou moral ao titular do depósito preexistente, em decorrência de uma eventual confusão, da parte da clientela, dos produtos fabricados ou comercializados pelo último com aqueles que lhes forem iguais ou similares, mas originários de fontes concorrentes. Além disso, urge que salientar que, não tivesse o Direito sobre marcas um caráter eminentemente *personalístico*, não teria recebido do legislador constitucional pátrio um lugar de destaque no Capítulo reservado

aos Direitos e Garantias fundamentais, como se tem visto historicamente.

A missão universalista do Direito de Marcas, reconhecida às escâncaras pela Convenção da União de Paris Para Proteção da Propriedade Industrial, de sua origem aos nossos dias, em todas suas revisões, não permite absolutamente que se conteste o seu caráter dúbio. É inegável que o primeiro se inspira em interesses de ordem pública e privada a um só tempo, inclusive, em sede de Direito Internacional, conforme defluiu da melhor exegese da supra mencionada Convenção, que tem por mola mestra o instituto da “*prioridade unionista*”, cujos benefícios são restritos aos egressos dos países signatários. Entretanto, daí a pretender-se dar uma preeminência ao caráter público do Direito *in examine* em detrimento do interesse privado e à revelia da vontade do legislador, seria conceder férias à razão e ao bom senso, adulterando-se o sentido das coisas. Entretanto, se não é juridicamente correto que se despreze o Direito do Consumidor, com muito mais razão, não é legítimo se lhe emprestar uma preeminência acima dos interesses jurídicos do comércio e da indústria, em detrimento do Direito de Marcas, visto que é aos últimos que o legislador objetiva proteger. Quanto aos demais interesses, são resguardados pelo Código de Defesa do Consumidor ou por legislações outras como, por exemplo, as destinadas à repressão às fraudes e/ou falsificações — e isso, tão somente quando fora do domínio da concorrência desleal, uma vez que essa última pertence exclusivamente ao domínio de aplicação da lei de marcas.

Após tal abordagem de cunho genérico, urge que se volva à especificidade do tema *in examine*, esclarecendo para tal, *ab initio*, que, uma vez vencida a distância que a separava das margens plácidas da juridicidade racional alienígena, e após vencer o *mare magno* dos interesses individualistas, habitado por fantasmas de pretensos “*direitos adquiridos*”, responsáveis pelas ondas

revoltas e densas das incontáveis decisões administrativas e/ou judiciais antípodas da razão e da hermenêutica jurídica, a nau da legislação marcária pátria, enfim, novamente abraçada à bússola da melhor exegese estabelecida pela Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial __ à qual teve necessariamente de coadunar-se, sob pena de soçobrar no redemoinho do insulamento internacional, ao colidir com o *iceberg* do descompasso mundial, conforme as regras jurídicas próprias que regem os pactos firmados entre entes estatais __ logrou atingir, enfim, as praias da juridicidade lúcida, estabelecendo, com efeito, de forma cristalina, que o registro da marca constitui-se em *conditio sine qua non* para que seu titular possa argüir a validade do seu direito *erga omnes*.

Aliás, é do melhor alvitre trazer aqui à baila que uma sintonia cada vez maior entre a Convenção da União de Paris e as legislações nacionais congêneres dos países signatários não é apenas desejável, mas sim, antes de tudo, constitui-se em princípio cogente estabelecido pela primeira, cabendo à O.M.P.I. __ Organização Mundial da Propriedade Intelectual __ a sagrada tarefa de ***“harmonizar as legislações nacionais nesse domínio”***, conforme está estabelecido no artigo 4º, I, *in fini*, da Convenção que a instituiu, assinada em Estocolmo, em 14 de julho de 1967. Portanto, para que o interessado conheça com precisão o exato momento do nascimento dos seus direitos sobre marcas, ser-lhe-á indispensável não perder de vista o fato de que a Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial declara, de forma cogente e cristalina, que ***“aquele que tiver feito regularmente o depósito de um pedido de (...) registro de marca de fábrica ou de comércio num dos países da União (...) gozará do direito de prioridade (...)”*** (artigo 4, “A”, 1); bem como que, prudentemente, objetivando elidir dúvidas, o legislador internacional aditou ao citado texto *unionista* que ***“é reconhecido como dando nasci-***

mento ao direito de prioridade todo depósito que tenha o valor de um depósito nacional regular (...) (Art. 4, “A”, 2); e ainda, que, como se não lhe bastasse isso para deixar patente que o nascimento do direito em questão nasce do depósito, declarou ele que, ***“por depósito nacional regular, deve-se entender aquele efetuado em condições de estabelecer a data em que o mesmo foi apresentado no país em causa (...)***” (Art. 4, “A”, 3).

Apontamentos abalizados pelo notório saber jurídico dos doutos juristas CELSO RIBEIRO BASTOS e IVES GANDRA MARTINS, concernentes ao artigo 5º, XXIX, da Carta Magna nacional, promulgada em 05 de outubro de 1988, reservado pelo legislador constitucional à matéria objeto da presente análise, não permitem dúvidas sobre a existência de uma completa sintonia entre os primeiros e o espírito da União de Paris, lecionando aqueles insignes mestres, com efeito, no sentido de que ***“(...) são diversas as formas pelas quais a legislação infraconstitucional procura assegurar os direitos relativos à propriedade industrial. Conhecem-se as figuras da concessão de privilégios e da concessão de registros tanto quanto as de repressão à concorrência desleal e repressão a falsas indicações de procedência. O que interessa examinar, aqui, são as duas primeiras: os privilégios e os registros. O órgão incumbido de reconhecê-los é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”***.

Houvesse alguma dúvida sobre a imprescindibilidade do depósito, as expressões ***“assegurar”, “incumbido” e “registros”*** não teriam tido lugar no texto acima, em absoluto, posto que os mesmos banem do rol dos ***“direitos relativos à propriedade industrial”***, assegurados pela Carta Constitucional, as marcas não submetidas com sucesso ao crivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Na verdade, não fosse esse o singular pensar correto, a atual lei brasileira da propriedade industrial não teria reservado um capítulo inteiro (o Capítulo VI) à temática da perda dos

direitos sobre marcas, a qual pode ser motivada, *verbi gratia*, pela simples expiração do prazo de vigência do registro que não foi objeto de um pedido de renovação da parte do seu titular (art. 142, I, Lei No. 9.279, de 14 de maio de 1996). O bom senso mostra que, fosse realmente prescindível o cumprimento da formalidade do pedido de registro marcário, a declaração de extinção do registro que lança a marca às feras insaciáveis que jornadeiam nas arenas do domínio público seria flagrantemente inconstitucional, com sérios reflexos, inclusive, em sede de Direito Internacional, por força da isonomia de tratamento estabelecida, de forma cogente, no *caput* do artigo 5º da CF. A melhor exegese leva necessariamente à conclusão de que tal raciocínio é igualmente válido para o que concerne ao artigo 143 da lei *in examine*, uma vez que o referido dispositivo legal permite ao INPI declarar caduco o registro, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 (cinco) anos da sua concessão, na data do requerimento: “*I - o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil; ou, II - o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, como constante do certificado de registro*”.

Ademais, ao arrolar em *numerus clausus* as formas mediante as quais se efetua a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, o artigo 2º da lei nacional, reservada à regulamentação “*dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial*” (art. 1º da L.9279, de 14.5.96), ao referir-se às marcas, não cita nenhuma outra forma que não seja “*a concessão de registro*”. Por sua vez, o artigo 189 da L. 9279/96, ao declarar que somente se insere no texto legal o crime cometido contra “*registro de marca*”, coloca uma pá de cal sobre a gênese da dúvida__ sendo importante frisar ainda que a melhor doutrina e as mais respeitáveis jurisprudências existentes em sede de Direito Penal, Civil e

Processual Civil marcham sob esse diapasão singular. A propósito, parece digno de registro o fato de que, cinco anos antes do advento da atual legislação brasileira concernente à matéria-título, o legislador francês de 1991, mantendo uma tradição jurídico-histórica, manteve-se fiel à exegese residente na União de Paris, tendo deixado estabelecido no artigo “L” 712-1- CPI da lei de 04 de janeiro, com efeito, que *“la propriété de la marque s’acquiert par l’enregistrement”* (Cours – Droit de la Propriété Industrielle; Jean-Christophe Galloux; Ed. Dalloz; 2.000, p. 368). É igualmente interessante frisar aqui que, a partir da citada lei francesa, o termo *“depósito”* de marca caiu em desuso no mundo jurídico, ao menos para designar especificamente aquela forma liminar de busca de aquisição do monopólio, tendo sido então substituído pela expressão *“pedido de registro”*, inovação trazida pelo referido Diploma Legal, designativa do formulário preenchido pelo depositante, enquanto que o primeiro passou a ser empregado apenas para designar o conjunto de toda documentação apresentada ao INPI no ato vestibular de cumprimento daquela formalidade, incluindo a mencionada peça devidamente preenchida __ de onde se conclui que o Direito da Propriedade Industrial nascido nas margens gálicas do Atlântico ainda continuará fazendo escola entre nós por longo tempo. Não é sem muitas e ponderosíssimas razões, portanto, que o douto e culto JOÃO DA GAMA CERQUEIRA (Tratado da Propriedade Industrial, 2ª. ed., RT, v. 2, p. 980) enfatiza que *“o depósito firma a prioridade do pedido para efeito da concessão do registro, no caso de serem depositadas marcas idênticas ou semelhantes, regulando-se a preferência pela precedência do dia e hora do depósito. Sendo recusado o registro, ou arquivado o processo (...), o depósito torna-se de nenhum efeito, não podendo mais ser invocada a prioridade do pedido em relação a marcas posteriormente depositadas”*.

Mais recentemente, em seus **Comentários à Lei da Propriedade Industrial e Correlatos** (Ed. Renovar, 2001, RJ, p. 364), DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA lembram que:

A primeira legislação pátria voltada à proteção das marcas foi o Decreto no. 2.682, de 23 de outubro de 1875, surgido 45 anos depois da primeira lei brasileira sobre os privilégios de invenção. Apesar de ser aparentemente tardio, o Decreto de 1875 era surpreendentemente abrangente e bem construído e desde o início demonstrava a preocupação do legislador nacional quanto aos crimes de violação de marca registrada”.

*Nesse tocante, é relevante mencionar que a notória causa relativa à falsificação de rapé ÁREA PRETA, patrocinada por RUI BARBOSA, foi o estopim para a criação da legislação marcaria, uma vez que faltava ao país a tipificação penal dos crimes contra registros de marca. A derrota de Rui Barbosa em segunda instância veio a demonstrar que o Código Criminal do Império não continha qualquer previsão legal de crimes de violação de marca registrada. Não sendo possível aplicar-se a analogia para a tipificação de crimes, princípio esse basilar no Direito brasileiro (**nullum crimen, nulla poena sine lege**), Rui Barbosa viu naufragar sua causa contra os falsificadores de rapé, mas também viu nascer uma legislação específica sobre a matéria, que veio ao encontro dos anseios da sociedade comercial da época.*

Mais recentemente, em seus **Comentários à Lei da Propriedade Industrial e Correlatos** (Ed. Renovar, 2001, RJ, p. 364), DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA lembram que:

A primeira legislação pátria voltada à proteção das marcas foi o Decreto no. 2.682, de 23 de outubro de 1875, surgido 45 anos depois da primeira lei brasileira sobre os privilégios de invenção. Apesar de ser aparentemente tardio, o Decreto de 1875 era surpreendentemente abrangente e bem construído e desde o início demonstrava a preocupação do legislador nacional quanto aos crimes de violação de marca registrada”.

*Nesse tocante, é relevante mencionar que a notória causa relativa à falsificação de rapé ÁREA PRETA, patrocinada por RUI BARBOSA, foi o estopim para a criação da legislação marcaria, uma vez que faltava ao país a tipificação penal dos crimes contra registros de marca. A derrota de Rui Barbosa em segunda instância veio a demonstrar que o Código Criminal do Império não continha qualquer previsão legal de crimes de violação de marca registrada. Não sendo possível aplicar-se a analogia para a tipificação de crimes, princípio esse basilar no Direito brasileiro (**nullum crimen, nulla poena sine lege**), Rui Barbosa viu naufragar sua causa contra os falsificadores de rapé, mas também viu nascer uma legislação específica sobre a matéria, que veio ao encontro dos anseios da sociedade comercial da época.*

As disposições penais do Decreto de 1875 vieram a inaugurar a incensurável tradição pátria de se punirem criminalmente os falsificadores de marca registrada, reconhecendo-se, assim, a gravidade de tal conduta e as conseqüências que tem para a sociedade como um todo.

O Decreto de 1875, assim como toda legislação posterior, exigia o registro de marca validamente expedido no Brasil (na época, pelo Tribunal do Comércio), para que fosse autorizada a ação criminal. A tipificação penal, ainda que deficiente, era suficientemente abrangente para permitir uma adequada proteção aos titulares de marcas registradas. Caracterizava-se como crime a contrafação de marcas registradas (...). Outrossim, punia-se a mera imitação de marca registrada, de forma que pudesse levar o consumidor a erro e o uso dessas marcas imitadas.

As penas para a reprodução de marca registrada eram de um a seis meses de prisão simples e multa de 5 a 20% do dano causado ou que poderia ter sido causado (...).

Vale ressaltar que, em momento algum, nos textos acima, seus doutos autores se permitiram serem flagrados mencionando o termo “*marca*” sem fazê-lo acompanhado da palavra “*registrada*”, numa demonstração patente de que está fora dos domínios da lei marcária o sinal distintivo que **não** foi devidamente registrado junto ao INPI, sendo não menos importante lembrar que, conforme estabelecido pela melhor tradição do Direito pátrio, “**o que não está na lei não existe no mundo**”. Por via de conseqüência, contanto que não se olvide as exceções legais de

mudança de titularidade posteriores à formalidade do pedido de registro, é correto afirmar que, também em sede de Direito marcário, impõe-se como perfeitamente aplicável o secular brocardo popular que declara: **“quem não registra não é dono!..”**

Resta assim inarredável e atualíssima uma sublime lição de RUDOLF VON JHERING: **“o Direito existe para realizar-se, pois sua realização é também a sua vida e a sua verdade”**. Tanto o é, que a mais respeitável Jurisprudência aplaude tacitamente o supra citado e festejado autor de “A Luta Pelo Direito”, ao declarar que **“a figura do ‘judge made law’ é incompatível com a tripartição do Poder, pois gera o arbítrio do Judiciário, a par de invadir a esfera legiferante, atribuição de outro Poder”** (RT 604/43); ovacionando-o mais ainda ao indagar, a final: **“Onde irá a certeza do Direito se cada juiz se arvorar em legislador?”** (idem).

Portanto, à guisa de conclusão, pode-se afirmar, sem risco de equívoco, que se encontra totalmente elidida dos domínios da juridicidade qualquer outra forma de aquisição de direitos sobre marca diversa das estabelecidas na legislação específica, conclusão essa que se alcança sem nenhuma complexidade, em razão da clareza meridiana constante da exegese eleita como ideal pelo legislador pátrio. Além dos limites da lei, em suma, deparar-se-ão os espíritos renitentes apenas com a seguinte magistral **“sentença”** do inolvidável Jean-Jacques Rousseau, em seu sempre tempestivo “Du Contrat Social”: **“Não conheço a arte de ser claro para quem não sabe se fazer atento”**.

REFERÊNCIAS:

1. CHAVANNE, Albert. **Droit de la Propriété Industrielle**. Paris: Librairies Techniques, 1976.
2. CHAVANNE, Albert. **Droit de la Propriété Industrielle**. Paris: Dalloz; 1976.
3. DEBOIS, Henri; FRANCON, André; Kerever, André. **Les Conventions Internationales du Droit d’Auteur et des Droits Voisins**. Paris: Dalloz, 1976.
4. DANNEMAN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA. **Comentários à Lei da Propriedade Industrial e Correlatos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
5. GAMA CERQUEIRA. **Tratado da Propriedade Industrial**, v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
6. GALLOUX, Jean-Christophe. **Droit de la Propriété Industrielle**. Paris: Dalloz, 2.000.
7. TINOCO SOARES, José Carlos. **Lei de Patentes, Marcas e Direitos Conexos**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
8. TINOCO SOARES, José Carlos. **Processo Civil Nos Crimes Contra a Propriedade Industrial**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1998.

ILAÇÕES JURÍDICO-SOCIOLÓGICAS DOS “PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA DO DIREITO” DE HEGEL

Getúlio Marcos Pereira Neves 3º
Vice-Presidente do IHGES
Mestre em Ciências Jurídico-Criminais
pela Universidade de Lisboa
Juiz de Direito.

RESUMO -No presente texto procura-se extrair da doutrina hegeliana expressa nos “Princípios da Filosofia do Direito” ilações em matéria afeta ao âmbito da moderna Sociologia do Direito, através de interpretações menos simplistas de passagens já anteriormente visitadas por diversos compiladores.

PALAVRAS-CHAVE – Filosofia do Direito – Sociologia Jurídica – Hegel – Fontes do Direito – Sociologia Judiciária

I – Introdução:

Pode dizer-se, não sem escândalo de alguns, que não só a Sociologia Jurídica, mas a própria Sociologia, como ramo diferenciado das ciências sociais, conheceu o início de seu desenvolvimento sistemático com a obra de Émile Durkheim¹, após sua anterior “fundação”, em termos inteiramente positivistas, por Augusto Comte. Ao contrário deste último, para quem o Direito não passava de “absurda manifestação metafísica” (fadada mesmo ao desaparecimento num momento posterior do desenvolvimento humano), Durkheim enxergava na coercitividade que reveste a norma jurídica o exemplo mais completo de fato social.

Em *De La Division du Travail Social – Étude sur la Organisation des Sociétés Supérieures*, de 1893², as observações de Durkheim acerca da realidade social tomam como parâmetro as normas jurídicas vigentes na vida da sociedade. Enxerga a norma jurídica como meio de controle social e estabelece uma relação entre sanções de maior e menor grau de retributividade e o estágio de organização do trabalho na sociedade observada. As conclusões a que aí chegou foram posteriormente refinadas em outros escritos seus.

Mas o que importa para o âmbito deste texto é que a Sociologia como ciência teve sua organização elaborada de algum modo, e pelo fato referido acima, a partir do Direito (tomado aqui numa acepção ampla) e que talvez até mesmo por este motivo tenha havido uma certa insistência em considerar por muito tempo a Sociologia Jurídica como ramo não diferenciado da Sociologia.

A partir, principalmente, da obra de Eugen Erlich, *Grundlegung der Soziologie des Rechts*³, de 1913, a Sociologia Jurídica teve sua importância redimensionada, na medida mesmo da primazia reconhecida pelo autor austríaco ao fenômeno social na formação do direito. Hoje a disciplina é encarada indistintamente tanto como ramo especializado da Sociologia quanto como uma das três formas de abordagem do fenômeno jurídico, quais sejam: a Filosofia do Direito, a ciência dogmático-jurídica e a Sociologia Jurídica, conforme sejam objeto de investigação, respectivamente **a)** o fenômeno jurídico em sua relação com as causas primeiras e os princípios fundamentais; **b)** o conjunto de normas jurídicas que guardam entre si uma certa relação lógica, interna ao sistema e **c)** o fato social como causa e conseqüência de outros fatos sociais, extraindo daí a realidade jurídica e projetando-a sobre causas e princípios verificáveis⁴.

Mas a evolução do pensamento, o filosófico ou científico, não se faz aos saltos. A matéria hoje afeta ao âmbito de reflexão e investigação da Sociologia compunha inicialmente o acervo de cogitações do âmbito da Filosofia e teve antecedentes na elaboração de inúmeros pensadores, do Platão d' "A República", passando por Santo Agostinho d' "A Cidade de Deus" a Montesquieu d' "O Espírito das Leis". Da mesma maneira, sendo inicialmente uma das acepções em que se fazia o pensar o Direito, a matéria hoje afeta ao âmbito da Sociologia Jurídica foi objeto de cogitação de não menos numerosos pensadores dedicados à Filosofia do Direito, até iniciar sua autonomização, nos moldes acima, o que se deve à paulatina especialização de sua área e modo de atuação (seção IV).

Sem mais, o que ora se pretende é investigar como foi elaborado, nesse campo específico do que hoje se faz em Sociologia Jurídica, o pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), por ser o pensador que cuidou de estabelecer uma ligação entre as tradições filosóficas ditas modernas e as contemporâneas, exatamente o lugar no tempo onde começou a nascer a nossa ciência como tal. Hegel viveu e trabalhou num momento histórico – a Revolução Francesa, a organização dos estados nacionais na Alemanha e na Itália, a independência dos países sul-americanos – de brutais contradições e inegável influência sobre o desenrolar posterior da história da civilização ocidental (e também de seu pensamento).

A Hegel está reservado um lugar especial na evolução do pensamento especulativo, na medida que sua obra representa, como já dito, verdadeiro elo de ligação entre as tradições filosóficas do século XVIII, que remata, e a do século XIX, que inaugura. "Sucessor" do idealismo kantiano (ele mesmo inserido no interior de uma mais ampla escola do chamado Idealismo Alemão, em companhia

de Fichte e Schelling), “predecessor” da dialética de Marx – podendo mesmo dizer-se que levantou uma ponte entre essas duas concepções – por outro lado o seu “Princípios da Filosofia do Direito” só em nossos dias passou a ser seriamente reconhecido como obra fundamental na evolução da Filosofia do Direito.

Mesmo levando em conta que um pensamento complexo como o de Hegel não pode ser apresentado de modo satisfatório num texto destas proporções e com o propósito que o anima, procuremos inicialmente apresentar idéias gerais de sua construção doutrinária, depois situar sua filosofia do direito dentro dessa construção para finalmente procurarmos extrair daquele tratado algumas ilações pertinentes ao assunto que nos ocupa.

II – Quadro geral da filosofia hegeliana:

II.1 – O Idealismo em Hegel:

Inicialmente e acima de tudo pode dizer-se que o princípio fundamental da filosofia hegeliana é a relação entre finito e infinito como uma identidade entre o real e o racional: a não realidade do finito e sua resolução no infinito é para ele a principal característica do Idealismo⁵. Hegel é idealista porque admite a Essência do Ser como sendo a Idéia, o Espírito (o princípio gnoseológico fundamental do Idealismo é a redução do objeto de conhecimento a representação ou idéia). Mas – e tornando bem amplo o enfoque – contrariamente a Platão, para quem os fenômenos sensíveis eram apenas representações ilusórias das idéias eternas, para Hegel o objeto e o sujeito da filosofia, que é o Absoluto (no sentido que tam-

bém lhe dá, de estar além de toda realidade finita e compreender em si toda essa realidade finita⁶) é cognoscível – o que, aliás, faz distinguir seu pensamento do de Kant neste ponto⁷.

E que, sem dúvida, é um ponto fundamental para compreender a construção formulada por Hegel. Para Kant o Absoluto tem um sentido adjetival, podendo ser tomado em duas acepções, uma interna – aquilo que é possível em si mesmo; portanto, o mínimo que pode ser dito sobre alguma coisa – e uma externa – algo que é válido em todos os aspectos, sem limitação - o que é possível em toda e qualquer relação; portanto, o máximo que se poderia dizer de alguma coisa. Kant emprega o termo preferencialmente na sua segunda acepção, despidendo-o de qualquer conteúdo substantivo. Por isto mesmo, na filosofia crítica não poupa censuras às pretensões da razão para “conhecer o Absoluto”.⁸

Já para Hegel o Absoluto (que admite, até mesmo por sua crença em Deus) é “essencialmente resultado”, que só no final é que vem a ser o que é na verdade. Esta construção do objeto do conhecimento como resultado de elaboração mental (pelo processo dialético), é um dos grandes méritos da construção hegeliana.

II.II – A dialética:

De fato, para Hegel a filosofia deve descrever o devir do Espírito, seu desenvolvimento sucessivo⁹, graças ao qual este adquire consciência de si mesmo como constituto da realidade universal. Mas esse processo de conhecimento é, na realidade, um processo de construção: a dialética hegeliana significa uma síntese de opostos (aliás, como formulado anteriormente por Fichte em “Doutrina da Ciência”, de 1794, e ainda muito mais anteriormente por Heráclito de Éfeso) em que a ultrapassagem das várias formas do

pensamento resulta de contradições que são resolvidas por sínteses, de onde saem novas contradições. Pela identidade entre racional e real, a dialética então não é só a lei do pensamento, mas a lei da realidade, e seu resultado não são simples conceitos abstratos, mas pensamentos concretos.

O que deve ficar claro é que Hegel distingue uma dialética interna de uma externa. “A dialética de coisas objetivas deve ser-lhes interna, uma vez que elas só podem crescer e perecer em virtude de contradições realmente presentes nelas”.¹⁰ Pode também ser “aplicada externamente a conceitos, descobrindo neles imperfeições que, na realidade, não contêm.”¹¹ Mas a verdadeira dialética é interna aos conceitos ou categorias: “desenvolve radicalmente as imperfeições que contêm e os faz passar para um outro conceito ou categoria.”¹²

Hegel foi criticado por isto (Schelling, Kierkegaard), por parecer querer dizer que quem conduz a operação são os conceitos, e não o próprio pensador. No entanto, a melhor interpretação de seu pensamento nesse ponto é a de que “o pensador acompanha a índole natural dos conceitos ao expor suas contradições e ao propor soluções para elas”.¹³ Assim sendo, a dialética não era para ele um simples método que o pensador aplica ao seu objeto de estudo, mas “a estrutura e o desenvolvimento intrínsecos do próprio objeto de estudo”.¹⁴ Usando este processo Hegel procura compreender e explicar o desenrolar da História.

II.III – A História:

O período de brutal contradição histórica em que viveu Hegel foi determinante, já se disse, da forma que acabou por assumir o seu pensamento sistemático. Meditando sobre a queda e a substituição,

pela Revolução Francesa, da antiga ordem por uma outra, renovada, deu-se conta, entre outras coisas, da relatividade que representava a separação absoluta entre sujeito e objeto preconizada por Kant. Para Hegel, esta separação impediria a ação, o que faria privar o agente da liberdade absoluta¹⁵.

Refutando a idéia kantiana de quatro antinomias fundamentais em domínios privilegiados¹⁶, Hegel afirma¹⁷ que as antinomias existem, antes, em cada objeto e cada representação, chegando à sua noção, já examinada, de dialética¹⁸. É o aparecimento e a supressão das contradições que constitui a essência da vida, o Espírito. Neste particular pensava, sobretudo, “no campo das relações humanas, a vida social, a vida do espírito e suas obras, a História”.¹⁹

20 21

Em resumo, Hegel pensava história sob duas formas distintas: **a)** a História “original”, que faz o cronista registrando os feitos do povo numa determinada época de que participa; **b)** a História “reflexiva”, que registra feitos do passado, mas tenta interpretá-los à luz do Espírito da época posterior, onde essa análise tem lugar. Lecionou história mundial e história da arte, da religião e da filosofia.

Talvez a principal idéia de sua construção que neste ponto possa interessar na exposição é derivada da sua concepção dialética do desenvolvimento humano: estando os indivíduos subordinados às estruturas do Espírito objetivo e absoluto, os estágios pretéritos de uma entidade estão contidos no estado atual, de tal forma que um pleno conhecimento do estado atual exige um conhecimento do passado.

II.IV – O Direito:

Hegel não ignora o sentido fundamental de *recht*, cuja acepção mais antiga é reto, correto, daí o que é certo, justo. (*Das*) *Recht*, seu neutro singular, é o substantivo direito, nos significados distintos de “um direito”, de “justiça”, de “a lei” (ou as leis)²². Ora, o Direito rege as relações humanas, enfim, a vida social, e aqui Hegel trabalha com a noção de idéia do direito, que abrange o próprio conceito de direito (para ele, o Livre Arbítrio) junto com sua realidade ou efetividade (*Verwirklichung*).

Justamente nessa realidade ou efetividade, isto é, as realizações da vida social, a noção de idéia do direito dá brecha à incorporação da concepção de História. Para ele, embora certas fases do Direito estejam relacionadas de maneira especial a determinadas fases históricas, estas fases não são historicamente sucessivas, mas estão contidas, em suas características centrais, no Estado moderno.

Aqui o principal ponto a examinar, então, é o conceito de direito, que contém o direito abstrato e a vontade; esta, ao retornar a si mesma, corresponde à moralidade. A união de ambas parcelas anteriores corresponde à Vida Ética. Portanto, o direito abstrato é como a semente que contém o conceito, enquanto que o resultado da operação é como a planta plenamente desenvolvida, que Hegel associou ao Estado²³.

Mas o que é o tal direito abstrato? Para ele, este é - em contraste com a moralidade - relativamente objetivo. Não acredita num Direito Natural, preexistente, independente dos direitos que ao homem podem ser concedidos e ao modo como é governado; antes se aproxima da concepção aristotélica (mais uma vez) de que princí-

pios gerais podem ser extraídos de um exame do homem como ser social. Assim, o direito abstrato é um direito imprescritível e não pode ser violado por outra pessoa, salvo situações moralmente aceitáveis (seria, p. ex., o caso do estado de necessidade).

Essa noção de princípios gerais derivados do fato do homem como ser social relembra de alguma maneira a noção de História, no sentido de “vida do Espírito e suas obras”: então a história de um povo (entendendo-se como relevante, neste sentido, as relações sociais entre os homens) engloba não só a soma de suas realizações materiais, mas também todo o processo de desenvolvimento do Espírito do povo – de que, a final, essa soma de realizações é um reflexo (recordemo-nos que o Espírito do povo numa determinada época contém os estágios passados de seu desenvolvimento). E aqui, ao se falar em realizações materiais, é como se dizer o resultado dessas realizações, que é uma das definições correntes de cultura.

III – Princípios da Filosofia do Direito:

Em 1821 Hegel publicava “Princípios da Filosofia do Direito”, obra de sua plena maturidade intelectual, se se considerar como um dos pontos culminantes da realização de seu sistema a publicação da “Fenomenologia do Espírito”, em 1806.

Não vem ao caso a análise formal de conteúdo da obra, o que foge do propósito do texto²⁴. Mas prosseguindo na nossa metodologia de exposição, nos “Princípios” Hegel admite que é a cultura que dá existência ao direito. Concebe “cultura” como “uma consciência do indivíduo na forma do universal” (1990, p.195), esclarecendo esse “universal” como termo que compreende a todos como

idênticos: o homem vale por sua humanidade, não porque seja “judeu, católico, protestante, alemão ou italiano”.

Lembre-mo-nos, aqui, do direito abstrato, “relativamente objetivo”, conforme seção II.IV acima. Esses direitos (p. ex., a propriedade) – ou sua fruição - são regulamentados por meio da legislação, já que “só tem capacidade jurídica para obrigar o que for lei positiva” (1990, p.198). Na dicotomia que Hegel aponta entre leis da natureza (*Naturgesetz*), intransponíveis, por absolutas, e leis humanas (*Gesetz des Rechts*), não absolutas, porque variam de sociedade para sociedade, fica evidente a estreita relação dessas últimas com cultura, de elaboração do povo: “quanto ao seu conteúdo, o direito adquire um elemento positivo 1) pelo carácter nacional particular de um povo, o nível de seu desenvolvimento histórico e o conjunto de condições que dependem da necessidade natural [...]” (1990, p. 22) .

Por outro lado, para ele a legislação é elaboração do pensamento, e é o que, em última análise, confere a uma idéia simples, ao determiná-la, seu carácter de universalidade. Portanto, a idéia de legislação não acede apenas à obrigatoriedade da conduta, mas ao carácter de sua universalidade.

Acrescenta que mesmo o direito consuetudinário existe como pensamento e é conhecido, embora de maneira mais indeterminada que o direito escrito. Como crítica à idéia de historicismo, aludindo aos que sustentam que os hábitos estão mais inseridos na vida (social), diz que as leis (*Gesetz*) em vigor numa nação não deixam de se constituir em hábitos da população apenas por terem sido codificadas. Diz mais que o código é a reunião e codificação dos direitos consuetudinários, providência que deve ser adotada prontamente por um povo que atinge “qualquer grau de cultura”, mas o

idênticos: o homem vale por sua humanidade, não porque seja “judeu, católico, protestante, alemão ou italiano”.

Lembre-mo-nos, aqui, do direito abstrato, “relativamente objetivo”, conforme seção II.IV acima. Esses direitos (p. ex., a propriedade) – ou sua fruição - são regulamentados por meio da legislação, já que “só tem capacidade jurídica para obrigar o que for lei positiva” (1990, p.198). Na dicotomia que Hegel aponta entre leis da natureza (*Naturgesetz*), intransponíveis, por absolutas, e leis humanas (*Gesetz des Rechts*), não absolutas, porque variam de sociedade para sociedade, fica evidente a estreita relação dessas últimas com cultura, de elaboração do povo: “quanto ao seu conteúdo, o direito adquire um elemento positivo 1) pelo carácter nacional particular de um povo, o nível de seu desenvolvimento histórico e o conjunto de condições que dependem da necessidade natural [...]” (1990, p. 22) .

Por outro lado, para ele a legislação é elaboração do pensamento, e é o que, em última análise, confere a uma idéia simples, ao determiná-la, seu carácter de universalidade. Portanto, a idéia de legislação não acede apenas à obrigatoriedade da conduta, mas ao carácter de sua universalidade.

Acrescenta que mesmo o direito consuetudinário existe como pensamento e é conhecido, embora de maneira mais indeterminada que o direito escrito. Como crítica à idéia de historicismo, aludindo aos que sustentam que os hábitos estão mais inseridos na vida (social), diz que as leis (*Gesetz*) em vigor numa nação não deixam de se constituir em hábitos da população apenas por terem sido codificadas. Diz mais que o código é a reunião e codificação dos direitos consuetudinários, providência que deve ser adotada prontamente por um povo que atinge “qualquer grau de cultura”, mas o

que distingue este “código” daquilo a que verdadeiramente se chama código é que os verdadeiros códigos são concebidos pelo pensamento, pela elaboração mental, e desta forma exprimem os princípios de direito em toda sua precisão.

Em resumo, para si o código equivaleria ao reconhecimento do conteúdo jurídico na sua universalidade, ou seja, “concebê-la pelo pensamento e acrescentar-lhe aplicação aos casos particulares” (1990, p.197).

Num momento histórico em que importava a idéia do fortalecimento do Estado, pelo processo de unificação da Alemanha então em curso, a idéia de Hegel de validade da norma escrita (“só tem capacidade para obrigar o que for lei positiva” (1990, p.198)) é a exigência da elaboração da norma por meio legislativo, portanto, com a chancela estatal. Mas importa, sobretudo, reconhecer no seu pensamento uma idéia de nacionalismo, no sentido de localismo, quando afirma que a conscientização do valor do pensamento universal se torna um erro quando se cristalizar na forma do cosmopolitismo, opondo-se à vida concreta do estado (1990, p.195).

Sem embargo o contexto histórico específico que condicionou esta sua construção era politicamente bastante conturbado e merece exame para esclarecimento deste ponto, central na compreensão de sua visão pluralista das fontes do direito que a final se sustentará. Em 1821 a Alemanha a rigor não existia como nação. Após a Batalha de Austerlitz (1805), as pretensões hegemônicas da Prússia foram esmagadas por Napoleão Bonaparte, impondo a liquidação do Sacro Império. O imperador francês reuniu cento e doze estados alemães em dezesseis reinos, que formaram a Confederação Renana, sob o protetorado da França.

Batido Napoleão em 1813, em Leipzig, o Congresso de Viena de 1815 procurou, entre outras providências, repartir o “bolo alemão” entre os vencedores, mantendo a relativa desunião em trinta e um estados, mais quatro cidades livres. Já em 1817 uma causa econômica determinava um passo a mais na unificação: uma colheita desastrosa impôs a queda das inúmeras barreiras alfandegárias entre estados e províncias como forma de se combater a subida vertiginosa de preços... Era o início da unificação, que seria levada a cabo pelo chanceler Otto von Bismarck.

IV – Ilações Jurídico-Sociológicas:

A Sociologia Jurídica mantém uma área de interseção com a Filosofia Jurídica em assuntos que demandam uma abordagem especulativa em detrimento de ou de preferência a trabalhos de campo. A principal vertente desses assuntos é a que diz respeito às fontes do direito, e os autores que com seus trabalhos mais bem ilustram o que se quer dizer com relação a isto são Max Weber e Georges Gurvitch. Para Carbonnier, aliás, estes autores, que têm seus instrumentos de trabalho “nas bibliotecas, ou seja, no engenho individual mais do que no terreno”, ilustram bem uma “sociologia teórica do direito”, uma espécie de “filosofia da sociologia jurídica” (1979, p.29).

Obviamente é aí nesta vertente que se há de buscar antecedentes de cunho jurídico-sociológico no pensamento de autores anteriores à especialização da disciplina, da definição de seu método – e é o que ora se faz na obra de Hegel. No “Princípios da Filosofia do Direito” pode-se identificar como material possível de ser enquadrado nesta vertente “filosófico-sociológica” suas considerações sobre as fontes do direito e também sobre a aplicação das leis pelo tribunal.

IV.I – A questão das fontes do direito:

Nesta matéria específica adquire relevo a distinção que se pode fazer entre monismo e pluralismo, grosso modo entendendo-se monismo como uma única fonte de algo, ou de onde emana algo (nosso caso, o Direito) e pluralismo, ao contrário, significando a coexistência de uma pluralidade de fontes.

Hegel é considerado – esta questão parece fechada nos manuais que fazem a tradicional resenha de pensadores como um “histórico” da disciplina que apresentam – um pensador monista, atribuindo ao Estado o monopólio da legislação. É o que se pode depreender, de fato, de sua refutação ao “cosmopolitismo” e do § 211: “O que o direito é em si afirma-se na sua existência objetiva, quer dizer, define-se para a consciência pelo pensamento. É conhecido como o que, com justiça, é e vale: é a lei. Tal direito é, segundo esta determinação, o direito positivo em geral”. Este § pode muito bem ser resumido na passagem já por duas vezes citada acima “só tem capacidade para obrigar o que for lei positiva” (1990, p.198).

No entanto todo o contexto histórico em que produziu sua obra, brevemente referido acima, deve obrigatoriamente levar a uma leitura um pouco mais elaborada daquela simplista que se costuma realizar do pensamento de Hegel neste ponto. É que ao repudiar a cristalização do pensamento incidente como “cosmopolitismo” em detrimento da vida concreta do estado, está na verdade opondo-se a uma norma de conduta que fosse imposta ao povo por potências estrangeiras (pela França), como era a situação da época, ainda que baseada numa “razão universal”. A tal universalidade como produto da razão deveria ser, em última análise, elaborada pela própria nação, ou sua classe de juristas, e é neste sentido

que “recusar a uma nação culta ou à classe dos juristas, capacidade para elaborar um código, seria o mais grosseiro insulto que se pode fazer a essa nação ou a essa classe” (1990, p.197).

Isto é, a nação culta insere-se na universalidade por elaboração própria, que é o que vale dizer, de sua classe de juristas. Esta idéia, que compatibiliza o nacionalismo com a universalidade da razão humana, vem na verdade reconhecer ao grupo social (organizado como nação) a primazia como fonte de elaboração da norma.

Pela necessidade de ser um – pelo menos então – virtual Estado germânico a elaborar a norma, por meio da codificação, tal exigência só vem corroborar o reconhecimento, de sua parte, da existência e validade de normas de costume diversas entre os diversos estados contemporâneos, que importava, sobretudo, determinar e unificar, como meio de fortalecimento do próprio Estado alemão organizado.

IV.II – Notas de Sociologia Judiciária:

É de Carbonnier a advertência quanto ao fato do surgimento de uma Sociologia Judiciária, que, aliás, não deixa de criticar, por entender desnecessária sua autonomização. Diz que, em linhas gerais, ao terem identificado o sistema jurídico como mero conjunto de normas, os pensadores que se dedicam a esta disciplina relevam a necessidade de um sub-sistema do jurídico para transformar ditas normas em realidade social, o que daria lugar ao estudo da intervenção dos agentes nas esferas policial, administrativa e judiciária, esta última, centrada na figura do juiz (1979, p.38-39).

Encare-se essa disciplina como autônoma ou como uma das vertentes de estudo da Sociologia Jurídica, o fato é que se podem

retirar da obra sob análise trechos possíveis de enquadrar como antecessores da reflexão de cunho sócio-judiciária que hoje em dia ocupa, em sua maior parte, os pensadores norte-americanos.

Para Hegel, o direito uma vez introduzido na existência por forma de lei, “existe para si”, mas deverá “fazer-se valer como universal o acto de reconhecer e realizar o direito no caso particular” (1990, p.204). E isto pelo recurso ao tribunal, que faz passar, por exemplo, o ofendido pelo crime, de parte “interessada” a “universal”, e tornando a reparação assim obtida de mera vingança a “reconciliação do direito consigo mesmo na pena”. O reconhecimento da jurisdição como meio hábil a tornar realidade social o direito abstrato advém da sua constatação de que é dever do cidadão “só perante o tribunal reivindicar o reconhecimento de um direito contestado” (1990, p.205).

Sua noção de controle social pelo direito, ou, antes, pela concretização do direito abstrato por meio da intervenção de um sub-sistema jurídico, fica clara não só de suas alusões ao crime e à pena, mas também à “regulamentação” do uso da propriedade, já que adverte que os atos advindos de sua simples fruição são susceptíveis de causar dano e prejuízo a outrem (1990, p.212).

Seu exame do órgão judicante merece menção mais pormenorizada. O processo é o meio do qual as partes lançam mão para demonstração de seus direitos perante o tribunal, fazendo valer seus meios de prova e motivos jurídicos e dando ao juiz a possibilidade de conhecer o assunto. Uma vez posto a conhecimento deste, registra Hegel que a técnica de aplicação da lei ao caso particular divide-se em duas fases, quais sejam: **a)** “o reconhecimento do caso particular em sua individualidade imediata”; e **b)** “a absorção do caso na lei que restabelece o direito” (1990, p. 207).

O primeiro aspecto, “que nenhuma decisão jurídica contém”, está ao alcance de qualquer homem culto. Já a sentença (“qualificação legal de um caso” (1990, p.209)), é o ato que, em última análise, faz concretizar o direito pela reconciliação do caso particular com o universal, como acima. Neste caso, o “direito de consciência” do destinatário da decisão (que é elemento da sua liberdade subjetiva), é satisfeito unicamente pela confiança na subjetividade de quem decide.

A discussão deste ponto, como, aliás, de vários outros pontos dos “Princípios” em particular e da obra de Hegel em geral reveste-se de grande atualidade. Embora fundada sua reflexão na situação histórica que na França contemporânea fazia os revolucionários oporem-se aos magistrados do *ancien regime*, considera que uma discussão sobre o exercício da jurisdição por tribunais puramente judiciários ou não, fundada unicamente em sua composição, é secundária e “nada tem de decisivo” (1990, p.210). O fundamental é, isto sim, o aplacamento das exigências do direito da consciência subjetiva do cidadão.

Por isto tende a inclinar-se, por contingências do contexto histórico, contra a classe que hoje se chama “operadores do direito”. Isto porque, ao situar esse aplacamento das exigências do direito subjetivo da consciência do cidadão simplesmente na confiança deste na subjetividade de quem decide, funda-a, essencialmente, numa igualdade que deve existir entre a parte e o que decide, do ponto de vista de situação particular, de classe etc. de ambos (1990, p.209) - o que legitima não só a instituição do júri, mas também, numa outra dimensão, a instituição da justiça militar, como campos de atuação de uma jurisdição exercida mais especificamente entre iguais.

A atualidade desse ponto, se levada em consideração a crise de legitimidade do Judiciário que ora grassa por todos os lados, da Europa às Américas, faz que se fechem estas notas referindo seu comentário

sobre a legitimidade da função jurisdicional, que sobrepôs, em última análise e de forma transcendente, à discussão contemporânea fundada na natureza que deveria ter o órgão judicante:

Sempre que uma classe, empregando seja um carácter comum ao conjunto das leis seja o processo, se apropria do reconhecimento do direito e da possibilidade de o fazer valer, e, além disso, se coloca numa situação de exclusividade usando uma língua que é estranha àqueles a que o direito se refere, os membros da sociedade civil [...] ficam à margem do direito, isto é, à margem não só do que lhes é próprio e pessoal como do que é substancial e racional nas suas relações; ficam numa espécie de tutela e até de escravidão em face dessa classe. Se lhes cabe o direito de se apresentarem ao tribunal corporalmente (*in judicio stare*), pouco será isso se também não estiverem presentes em espírito, com o saber que lhes é próprio, e o direito que obtêm é-lhes um destino exterior. (1990, p.210).

Guarapari, 2002/Praia da Costa, 2004

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola – Dicionário de Filosofia. Tradução coordenada por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CARBONNIER, Jean – Sociologia Jurídica. Trad. Diogo Leite de Campos. Coimbra: Almedina, 1979.
- CAYGILL, Howard – Dicionário Kant. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- D'HONDT, Jacques – Hegel. Trad. Emília Piedade. Lisboa: Edições 70, 1993.
- DUPUY, Maurice – A Filosofia Alemã. Trad. Rosa Carreira. Lisboa: Edições 70, 1987.
- DURKHEIM, Émile – As Regras do Método Sociológico. Trad. Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- ERLICH, Eugen – Fundamentos da Sociologia do Direito. Trad. René Ernani Gertz. Brasília: Ed. UNB, 1986.
- HEGEL, George Wilhelm Friedrich - Princípios da Filosofia do Direito. Trad. Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães Editores, 1990.
- ____ Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome, vol.I. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.
- INWOOD, Michael - Dicionário Hegel. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ROSA, Felipe Augusto de Miranda – Sociologia do Direito: O Fenômeno Jurídico como Fato Social, 15.^a Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

NOTAS

¹ a sistematização de qualquer ciência passa pela definição de seu método. Com relação à Sociologia, esse método foi delineado por Durkheim em seu “As Regras do Método Sociológico”, de 1895, em que o autor utilizou-se das observações feitas em “Da Divisão do Trabalho Social”, publicado em 1893.

² Existe edição brasileira da ed. Martins Fontes

³ Na edição brasileira, “Fundamentos da Sociologia do Direito”.

⁴ Na feliz explanação de Miranda Rosa (1999, p.42).

⁵ Fala-se aqui em Idealismo com o sentido introduzido por Kant na “Crítica da Razão Pura”: “Idealismo é a teoria que declara que os objetos existem fora do espaço ou simplesmente que sua existência é duvidosa e indemonstrável, ou falsa e impossível”. Kant na verdade faz uma distinção entre o que chamou “idealismo material” e “idealismo transcendental”, ou formal, que permite, esta última, “justificar o realismo e refutar o realismo” (ABBAGNANO, 2000, p.523).

⁶ Abbagnano (2000, p.03).

⁷ Se se propõe falar em Idealismo alemão como uma escola filosófica tomada em si mesma então nos deparamos com um “movimento” especulativo “anunciado” por Kant e rematado, no período de que nos ocupamos, por Hegel. Iniciada por Fichte (1726-1814) que em 1794 publicava seu “Fundamento da Teoria da Ciência”, pode falar-se, neste autor, de um idealismo subjetivo, enquanto que em Schelling (1775-1854), de um idealismo objetivo. Já a filosofia de Hegel, que pode ser tomada como um idealismo absoluto, é considerada o ponto culminante do período do idealismo alemão. Um maior desenvolvimento em Dupuy (1987, p.51-64).

⁸ Caygill (2000, p.01).

⁹ O conceito de devir em Hegel é semelhante ao de Aristóteles: “uma forma particular de mudança, a mudança absoluta ou substancial que vai do nada ao ser ou do ser ao nada”, *in* Abbagnano (2000, p.268).

¹⁰ Inwood (1997, p.100).

¹¹ Idem, (1997, p.101).

¹² Idem, *ibidem*.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ D'Hondt (1993, p.21).

¹⁶ A “antinomia quantitativa”, ou dos limites do mundo; a “antinomia prática”, felicidade e virtude; a “antinomia do juízo estético”, ligando o gosto a conceitos; e a “antinomia do juízo reflexivo”, o julgamento das coisas segundo leis mecânicas. Maior desenvolvimento em Caygill (2000, p.28-30)

¹⁷ ou assim parece ter sido compreendida esta passagem, que acabou por gerar a dialética marxista da História.

¹⁸ Na Enciclopédia das Ciências Filosóficas, § 48.

¹⁹ D'Hondt (1993, p.24).

²⁰ Na verdade para Hegel a velha Metafísica não conseguia compreender os novos tempos porque fossilizara-se no que é estável e fixo, deixando de contemplar a mudança e o que há de mais sutil nela: a transição. Assim, ele pretendeu compreender um mundo que se renovava a cada instante utilizando-se de um novo sistema filosófico.

²¹ Hegel preocupou-se em investigar a “conjuntura espiritual” em que intervinha, e não resistiu a realizar abstrações como a do “espírito de um povo”. Esta construção, aliás, lhe possibilitou utilizar suas reflexões sobre a filosofia da História na elaboração de sua máxima obra “Fenomenologia do Espírito”, em que se propôs, em apertada síntese, descrever o processo de formação da consciência.

²² Inwood (1997, p.104)

²³ Maior desenvolvimento em Inwood (97, p.146-147).

²⁴ Para tanto, consulte-se Inwood, no verbete “Filosofia do Direito”, ou o Prefácio à 2.^a edição, de Orlando Vitorino, na tradução que realizou dos “Princípios da Filosofia do Direito” editada em Portugal e que foi suprimida da edição brasileira da Martins Fontes, de 2003.

O FUTEBOL COMUNITÁRIO COMO AFIRMAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA LOCAL ⁽¹⁾

Leonardo Pinto Silva
Historiador pós-graduado
Associado do IHGES e da SBPC

“A mundialização do capital produz um mundo desértico, enquanto as pessoas afirmam uma ligação muito maior com a proximidade: o lugar permanece a única coisa mensurável, em relação ao mercado mundial, este enorme espaço não mensurável.”

Grupos de Navarrenx

INTRODUÇÃO

É sem tamanho o poder que tem a população de se organizar na busca da auto estima e da felicidade.

No meio popular, a prática do futebol é um fenômeno que retrata rara capacidade de organização, de valorização da união e do esforço coletivo. Não se trata da pelada de pouco ou nenhum compromisso, mas do jogo com todas as suas regras e regulamento. O compromisso é ainda maior, porque é assumido no bairro, na comunidade em que jogadores e diretoria são atores conhecidos dos moradores, e personagens importantes no contexto diário. São protagonistas da aspiração da comunidade, do sonho de driblar a adversidade, de vencê-la.

A idéia de se fazer esse estudo, partiu do princípio de que atualmente, mesmo com a globalização e a informação instantânea sobre praticamente qualquer assunto e qualquer parte do mundo, o sentimento “bairrista”, voltado para as coisas de âmbito local, parece não

se abalar e demonstra estar bastante enraizado no cotidiano da rua, da comunidade, da vizinhança, do bairro. E o futebol vai além da paixão nacional e regional, para fazer parte do dia-a-dia de pessoas desesperançadas e desiludidas política e economicamente. Essa integração social, proporcionada pelo futebol comunitário — também chamado de futebol de várzea —, fascina por parecer estar indo na contramão do que se esperava da globalização. São brasileiros preocupados em valorizar o lugar — no âmbito do bairro e da comunidade — mais do que a cidade, o estado e o próprio país.

O FUTEBOL COMUNITÁRIO

É uma forma de confraternização e de congregação popular, que faz com que os envolvidos — atletas e diretores das equipes, e a torcida, formada por parentes, amigos, vizinhos, entre adultos e crianças, homens e mulheres —, se identifiquem, torçam e defendam a equipe local e o próprio bairro, afim de uma maior interação e para se livrarem por alguns momentos do estresse do trabalho e das dificuldades do dia-a-dia.

Essas características do futebol comunitário, lembram o início do futebol de maneira ampla em nosso Estado. Diferente de hoje, na primeira metade do século passado em Vitória, podíamos encontrar diversos campos de várzea para a prática do futebol, onde não faltavam garotos para formar os inúmeros times. Os próprios clubes profissionais de hoje, surgiram das peladas do futebol de várzea que era acompanhado de perto pelos familiares e parentes, tal qual acontece hoje nos poucos lugares que restaram.

“De fato, futebol e regatas, se não os únicos, eram os mais populares desportos vitorienses. O grande clássico do futebol era o Vitória x Rio Branco, que a imprensa apelidara de o Fla x Flu capixaba” (Pacheco, 1998, p. 111).

Uma prova de organização em torno e em prol do esporte número um dos brasileiros, pode ser atestada na justificativa dada pela organização do Campeonato de Futebol das Comunidades de Vitória para se realizar tal competição:

“As atividades esportivas devem estar fundamentadas na natureza educativa do esporte e do lazer, oferecendo à comunidade opção de interação e integração social, propiciando a ocupação do tempo livre do cidadão de maneira prazerosa. A crença na possibilidade da libertação e construção do sujeito que existe em cada ser humano e o ideal de lutar para que cada participante possa se transformar num cidadão consciente e crítico” (Vilaça, 1998, p. 06).

Quanto aos objetivos do Campeonato:

“Despertar e incentivar o interesse pelo desporto como forma de lazer; criar um ambiente para a atividade física, estimulando, através do esporte, a interação e integração do ser humano no seu corpo social; desenvolver atividades recreativas, cujo efeito regulador contribua para a promoção e manutenção da boa saúde; desenvolver habilidades técnicas e conhecimentos esportivos na modalidade de futebol, revitalizando a prática do mais importante esporte nacional; dinamizar as praças esportivas, visando uma freqüência mais assídua e explorando os recursos disponíveis; e realizar as atividades em parceria com as associações de moradores, times de futebol e outras entidades organizadas e representativas das comunidades” (Vilaça, 1998, p. 06).

O referido Campeonato começou a ser disputado em 1983, com 13 equipes de Vitória. Somente equipes e jogadores amadores e que nunca participaram de partidas ou competições profissionais.

De lá pra cá, passaram-se vinte e um anos e, para se ter uma idéia, em 2003 o 21º campeonato contou com 152 equipes da Grande Vitória, sendo a grande maioria de Vitória, divididas em três categorias — Divisão Especial, 1ª Divisão e Feminino —, mostrando que as mulheres também foram mobilizadas, tanto para jogarem quanto para torcerem.

Esse panorama de campeonatos comunitários se repete em outros municípios, como Cariacica, que é o detentor da maior quantidade de competições amadoras e comunitárias regularmente em atividade no Estado e talvez no Brasil. Praticamente todos os bairros têm campeonato próprio — provando que existem várias equipes num mesmo bairro, ou seja, várias comunidades participando — ou têm representantes em competições municipais.

O mesmo acontece com Vila Velha, Serra e outros municípios, que também têm suas ligas amadoras. Vitória mesmo, além do Campeonato das Comunidades, tem outros campeonatos onde as comunidades também se envolvem.

Vários campeonatos ocorrem na Grande Vitória e em vários municípios do interior, a maioria com frequência anual. Grande parte começou como comunitário e hoje já são tratados como futebol amador. Apenas para se ter uma idéia da dimensão, podemos citar:

Em Vitória: Campeonatos da Grande Santo Antônio, da Grande Goiabeiras, de Veteranos da Grande Goiabeiras, da Grande São Pedro, da Grande Maruípe, da Grande São Cristóvão. Copas Grande Vitória, Amigos de Goiabeiras Velha, Zé da Bola de Futebol Intermunicipal. Torneios Quadrangular do Belenense, do CEFET-ES, Intermunicipal de Veteranos Ademar Cunha, etc.

Em Vila Velha: Campeonatos da Liga Vilavelhense (1ª e 2ª divisões), da ACA - Associação dos Clubes Amigos de Vila Velha, da Liga Independente de Vila Velha, da Acluf - Associação de Clubes de

Futebol Amador de Vila Velha, Vilavelhense de Veteranos - Cavive. Taça Cidade de Vila Velha, etc.

Na Serra: Campeonatos da Liga da Serra (1ª e 2ª divisões), de Feu Rosa/Vila Nova de Colares, Intercomunitário de Jardim Tropical, de Jardim Carapina, da Grande Carapina, Serrano de Veteranos. Copas Super Master da Serra, de Central Carapina, Integração Serrana, Verão da Serra. Supercampeonato Serrano, da Apcef. Taça Cidade da Serra. Torneio da Amizade, etc.

Em Cariacica: Campeonatos da Liga Cariaciquense (1ª e 2ª divisões), da Grande Castelo Branco, da Grande Bela Aurora, da Grande Castelo Branco, da Grande Nova Rosa da Penha. Copas Verão de Porto de Santana, Verão de Itacibá, União, Mochuara, Jornal Correio Popular, Campo Grande, Sport Espetacular, Itacibá, Santanense, dos Campeões de Cariacica, Mistão, Aparecida Campo Grande. Torneio da Paz em Castelo Branco, etc.

Em Viana: Campeonato de Marcílio de Noronha, etc.

Em Guarapari: Campeonato Municipal de Guarapari. Copa dos Campeões de Guarapari/Anchieta/Alfredo Chaves, etc.

Na Região Sul: Campeonatos Municipais de Anchieta, de Alfredo Chaves. Taça Cidade Calçado (São José do Calçado), etc.

Na Região Norte: Campeonatos Municipais de Ibraçu, de Governador Lindenberg, de Aracruz, Ribanense (Rio Bananal), etc.

Na Região Serrana: Campeonatos Municipais de Marechal Floriano, de Santa Maria de Jetibá, Aspirante e Veterano de Santa Maria de Jetibá, etc.

Há ainda o Campeonato Capixaba Interligas que envolve os campeões dos principais campeonatos regionais e municipais. É o torcedor tendo a oportunidade de ver o seu bairro ou a sua cidade projetada em nível estadual.

No Espírito Santo, A Copa A Gazetinha foi a competição pioneira em valorizar e incentivar as categorias de base do nosso futebol. A Gazetinha é um encarte de final de semana do Jornal A Gazeta voltado para o público infanto-juvenil. Criou-se então uma competi-

ção envolvendo o público-alvo desse suplemento. O sucesso foi tão grande, que hoje a copa é regionalizada por todo o Espírito Santo, para poder aglutinar um maior número de equipes participantes na Grande Vitória e no interior, sem ter que arcar com custos muito altos, principalmente de transporte, devido às distâncias.

O CONCEITO DE LUGAR

Dentro da Geografia, a explicação para o assunto aqui estudado está associado ao conceito de lugar e à produção do cotidiano, que “se torna um nível de análise do real importante quando a reprodução social atinge inteiramente a reprodução da vida” (Damiani, 1999, p. 161). E é o que acontece na prática dessas comunidades, uma vez que o futebol local não se restringe aos poucos minutos de bola rolando e ao resultado final. O jogo é comentado por todos, antes e depois de sua consumação: o resultado anterior, os jogadores que levaram cartão, os que estão machucados e que não disputarão a próxima partida, o andamento da equipe na tabela, informações sobre o time adversário, qual será o árbitro escalado, qual é o nome da mãe do árbitro escalado, as condições do campo, a condução para acompanhar a equipe quando o jogo for fora de casa, além é claro, da escalação completa na ponta da língua. Tudo isso é “debatido” não só dentro do lar, mas, principalmente, nas ruas, nas praças, nos mercados, nas escolas e nos bares. Em dezenas de bairros da Grande Vitória, o futebol comunitário está completamente inserido no dia-a-dia dos moradores, como assunto principal. “O lugar como espaço social exige o cotidiano estabelecido” (p. 165).

Uma coisa bastante curiosa que percebemos nessas comunidades, é que “a lei do desenvolvimento desigual é primordial no exame do cotidiano” (p. 163). A realidade de cada bairro, cada comu-

nidade, tem uma dinâmica muito particular e que é medido principalmente pelos aspectos políticos e econômicos.

As comunidades que possuem os moradores mais próximos e unidos, são aquelas onde o poder aquisitivo é menor, pois necessitam estar juntos para tentarem vencer as dificuldades. Onde o poder aquisitivo é maior, as pessoas ficam mais isoladas em suas casas, em seus apartamentos, em seus mundos. Quanto mais posses, mais visado é, portanto, ficam mais distantes entre si. Inclusive, estas comunidades dificilmente têm interesse em participarem de competições comunitárias de futebol, primeiro por uma maior dificuldade de relacionamento entre os vizinhos, que muitas vezes não se sabe nem quem é. Segundo, pela falta de campos e áreas para se praticar o futebol, que ficou comprometido pela especulação imobiliária, pela valorização financeira da área nobre e conseqüente expansão urbana, o que faz com que os pais coloquem seus filhos em outros esportes ou em nenhum.

As comunidades de menor poder aquisitivo, sentem a necessidade de preencherem o vazio deixado pela atual situação de miséria que assola o mundo e pelo próprio sistema capitalista de exploração, através de atividades que as façam esquecer por alguns momentos dessas adversidades. Se a felicidade está presente em alguns momentos da vida, um desses momentos diz respeito ao que mais dá alegria ao povo brasileiro sofrido: o futebol. Como o futebol capixaba ainda não se encontra numa posição de destaque na elite do futebol e os principais clubes do Brasil estão a muitos horizontes de distância, encontrou-se uma solução: o futebol comunitário, que também desperta o interesse e a utopia de um pai ou uma mãe em querer ver o seu filho despontar nessas competições e conseguir se destacar e despertar o interesse de clubes maiores, já que os realmente bons podem seguir uma carreira milionária e atualmente valorizada, como é a de jogador e a de técnico. “A vida cotidiana [...] é, simultaneamente, o lugar e o tempo em que o humano se realiza” (p. 169).

O estresse e a exploração no trabalho, também são fatores importantes que levam o cidadão carente, a voltar a sua atenção para

o cotidiano do bairro e para os jogos locais onde se encontra os amigos, os vizinhos e aquela cervejinha no final de semana.

Segundo Damiani (1999, p. 164):

“Relacionar cotidiano e lugar é envolver as relações próximas, ordinárias, singulares à mundialidade. A vida cotidiana, mais íntima, ao mesmo tempo, situa seu lugar na sociedade global. Pela mediação do cotidiano no lugar, somos levados dos fatos particulares à sociedade global”.

Engana-se ao pensar que os objetivos dessas comunidades passam por participarem de atividades que se encerram no anonimato. “O lugar, acima de tudo, não é o particular, perdido no mundo, é o diferente” (p. 169). O futebol comunitário também é uma forma de divulgar aos outros bairros, municípios, estados e países, a própria comunidade ou bairro. As pessoas querem estar presentes quando o clube local despontar num cenário mais amplo, divulgando a localidade para a mundialidade, pois, junto à ascensão do clube, pode ser potencializado uma divulgação cultural, folclórica, artesanal, festiva e turística, que poderá gerar empregos e rendas aos envolvidos. A utopia, a princípio despreziosa, do futebol local, pode levar à objetivos de cunho financeiro. Renda extra para os assalariados e renda principal para os desempregados. “O sentido é de cada vez mais admitir que o que parece irrisório é significativo” (p. 166).

A REALIDADE DOS TIMES COMUNITÁRIOS

Acompanhando os jogos nos bairros, fica evidente a necessidade e o orgulho do morador em defender e divulgar que ele pertence àquela comunidade.

Tivemos a oportunidade de acompanhar o futebol do bairro Ilha das Caieiras em Vitória na década de 80 e percebemos a alegria que era um final de semana com jogo no modesto campo do Racing. Confira o depoimento de Antônio da Vitória, do Racing Futebol Clube:

O Racing foi fundado em 9 de outubro de 1944. O Racing é antigo, é um clube que tem jogadores que vai passando de pai para filho, é hereditário. Meu avô jogou, meu pai jogou, eu joguei, meu filho joga. Todo mundo que joga no time é assim, todos já sabem. São todos da Ilha das Caieiras, todos são pescadores. Temos nome, tradição. Aonde vai é conhecido. É um time velho, um dos mais velhos daqui de Vitória. [...]. Aqui agente treina toda quinta-feira de noite, quando não tá chovendo, porque quando chove o campo fica muito ruim, não tem gramado e é cheio de buracos, péssimo para praticar esportes” (Vilaça, 1998, p. 16).

Podemos perceber que, mesmo o campo não apresentando boas condições, ele é usado, já que não teria outra área como aquela para esse tipo de recreação, ou seja, com ou sem gramado e buracos, tem jogo. Tudo é válido para o pai ver o filho jogar e vice-versa, como atesta o orgulhoso Antônio.

Domingo a gente joga o dia todo. De manhã tem jogo de veteranos [...]. Às 11 horas entre o time das mulheres — que também segue a mesma tradição. Esse time feminino já tem uns 10 anos que a gente iniciou. Às 13 horas, escolinha — 11/13 e 13/14 anos; 14 horas, o aspirante do Racing — a base de 19 a 20 anos; e às 16 horas, titular — base de 22 a 27 anos. É futebol o dia inteiro. O bar que tem no

espaço do clube é do Racing, então em vez do rapaz que aluga pagar o aluguel, ele lava a roupa do time. Senão fica muito caro para o clube, que tem pouca renda própria (pp. 16-17).

Verificamos então, que todas as categorias são contempladas, desde o infantil até os veteranos, passando pelas mulheres, numa diversidade que muito clube profissional no Brasil não tem. Além disso, notamos que o “jeitinho brasileiro” também está presente no futebol comunitário, como mostra o depoimento acima, onde, mesmo não podendo pagar uma lavanderia, negociou-se com o arrendatário do bar para se resolver o problema. E mesmo não tendo muitos recursos, o clube sobrevive do jeito que pode.

O nosso time tem muita história, tem vários troféus, que ficam na casa do Valdir Sampaio, que já foi presidente do Racing. Os troféus ficam na casa do Valdir porque a gente não tem sede, o clube tem um vestiário, um barzinho, mas não temos uma galeria. Todo mundo tem medo do Racing, falou que é Racing todo mundo treme (p. 17).

E para mostrar que tudo é levado a sério, é bem organizado e o morador não é apenas um torcedor, confira como ocorrem as eleições no Racing:

A gente faz a ata e abre para a assinatura. Os moradores participam da eleição, que acontece de 2 em 2 anos, sempre em primeiro de setembro. A eleição é de 8 da manhã às 17 horas, e na última participaram 217 pessoas. A gente faz a eleição na praçinha da Ilha das Caieiras, coloca uma mesa debaixo de uma árvore e os moradores que passam vão assinando (p.18).

Tudo bem democrático, organizado e com participação efetiva dos moradores do bairro, ocorrendo sempre num clima amistoso e familiar.

Às vezes, o nome do time é tão forte a ponto das pessoas confundirem o nome do bairro com o nome do time. Em 1979, duas famílias se juntaram e fundaram na Ilha do Príncipe, em Vitória, um time que, mais tarde, se transferiu para o bairro Vale Esperança e adotou o nome de União do Vale. Muitas pessoas, mesmo sem saberem, chamam o bairro de União ou União do Vale, por causa do time. A união é tão forte que eles se tratam como família, como relata o presidente do time, Edson Barbosa Ramos:

E quando estamos falando de torcida, aí a gente tem um bairro e este bairro virou União do Vale. Não teve como, porque as pessoas que vieram nascendo começaram a jogar com a gente, e formou aquela família dentro do bairro: família União do Vale, e nós não tivemos como separar (p. 22).

Há casos em que os times começaram jogando primeiro na areia da praia, para depois irem para o campo. Em Conceição da Barra no norte do Estado, por exemplo, foi depois das partidas na praia, que os times foram formados e passaram a jogar em campo. “A faixa de areia que margeia a praia sempre foi o local de encontro dos amantes do futebol, onde moradores e turistas disputam suas ‘peladas’ de praia. Assim foram surgindo as primeiras associações esportivas” (Lima Júnior, 2001, p.42). Com a mobilização dos familiares dos jogadores e demais torcedores em torno do futebol de final de semana, a Prefeitura resolveu construir o Estádio Municipal na década de 50, assim como aconteceu também em outras cidades do Espírito Santo.

A mobilização em torno do futebol comunitário chega a atingir moradores que vieram de outros Estados e fixaram residência

na Grande Vitória, trazendo suas raízes e o apego ao seu lugar de origem.

Há um fato curioso que vem comprovar essas linhas: no bairro Jesus de Nazaré, em Vitória, existe uma equipe de futebol que se chama Bavi. O nome significa baianos em Vitória. Trata-se de baianos que vieram para Vitória, fixaram residência no bairro e, como são amantes de futebol, criaram um time onde juntaram elementos de sua terra natal com elementos de onde estão morando. A camisa do time é composta por listras verticais intercalando as cores azul e vermelho, com detalhes em branco, ou seja, as cores da bandeira do Estado da Bahia. O escudo é praticamente o mesmo do nosso Vitória Futebol Clube, pois o bairro em questão é vizinho de Bento Ferreira, bairro onde está a sede e o Estádio Salvador Venâncio da Costa, do Vitória. A única diferença é que, ao invés de ter as iniciais “VFC” no centro do escudo, como no do Vitória, há a inscrição “BAVI” que coincide com a denominação BA-VI que é o maior clássico do futebol baiano entre os tradicionais times do Esporte Clube Bahia e do Esporte Clube Vitória.

Como podemos perceber, o futebol comunitário está intimamente ligado ao futebol estadual e nacional, não faltando criatividade na hora de expressar isso. Torcedores, jogadores e dirigentes torcem para seus times locais e ao mesmo tempo têm seus times nacionais e capixabas — quando é o caso. “Pensar a vida cotidiana no lugar é pensar que o mundo está no lugar e o lugar no mundo, com todas as mediações necessárias” (p. 168).

DA VÁRZEA PARA O BRASIL

Serra Futebol Clube, criado em 1930, é um exemplo de time que surgiu do futebol comunitário, passou a amador e se profissionalizou em 1997. Até esta data, as famílias, principalmente da Serra-Sede onde está o Estádio Roberto Siqueira Costa, o “Robertão”, do clube, acompanhavam a equipe nos diversos campeonatos serranos numa verdadeira festa pelas ruas do bairro quando ganhavam. Ao vencer o

Supercampeonato Serrano de 1996 e perceber o apoio que a torcida dava, resolveram profissionalizar o Serra no ano seguinte, quando disputaram a Segunda Divisão do Campeonato Capixaba e foram campeões. Ao subirem para a Primeira Divisão, foram campeões capixabas em 1999 e novamente em 2003. Nesse meio tempo, conseguiu uma terceira colocação na Série C do Campeonato Brasileiro em 1999, e na Copa Centro-Oeste em 2001. Foi o primeiro clube capixaba a vencer um jogo no Estádio do Maracanã e este foi contra o Fluminense-RJ e por 2 x 1.

Desde os tempos em que fazia o clássico local contra o time do MEC nos campeonatos amadores, até os jogos profissionais de hoje, o Serra cresceu de uma forma que o seu pequeno estádio já não comporta mais a capacidade das competições regionais de antigamente. Precisa ser ampliado para acompanhar o tamanho a que o clube chegou. E a torcida? Evoluiu junto com o clube. A cobrança é maior devido às novas circunstâncias, mas continua apaixonada e sendo fiel e orgulhosa do clube que leva o nome do município no escudo. Ao ultrapassar as fronteiras do município e do Estado, o clube consegue angariar mais torcedores com esperanças de ver a conquista de um título nacional. A alegria aumenta, a auto-estima idem e o estresse depois de uma semana de trabalho ou de procura deste, pode dar uma trégua.

Um outro exemplo parecido e que o Brasil conhece é o da Associação Desportiva São Caetano, de São Caetano do Sul-São Paulo. Famílias tradicionais da cidade, fundaram o clube em 1989 a fim de disputarem pequenas competições. O resultado foi tão satisfatório, que começaram a sonhar com vôos mais altos e participaram das divisões inferiores do Campeonato Paulista, do Brasileiro e hoje está na Primeira Divisão ao lado da elite do futebol profissional, tendo sido vice-campeão brasileiro por duas vezes, em 2000 e 2001.

A comunidade sente a necessidade de acompanhar tudo isso de perto, num efeito parecido com o que acontece com a divulgação do congo e da muqueca capixaba. Querem ver na televisão, para que todos tenham conhecimento, aquilo de bom que está acontecendo ao lado de suas casas. É o local querendo espaço no âmbito nacional.

COMPARANDO AQUI E ACOLÁ

Em Belo Horizonte (MG), por exemplo, não há uma mobilização visível das comunidades e dos bairros em torno das equipes de futebol comunitário, como nós temos na Grande Vitória. Por quê ? Não há entre os moradores belorizontinos a frustração de não ter nenhum time na 1ª divisão do futebol brasileiro, com vários títulos nacionais, inclusive internacionais. Os três maiores times e, conseqüentemente, os mais conhecidos dentro e fora de Minas Gerais, são: Cruzeiro — que possui títulos estaduais, nacionais e internacionais —, Atlético Mineiro — campeão nacional, um título internacional e detém o maior número de títulos estaduais —, e o América, que, antes de existir o Cruzeiro, era o maior rival do Atlético e detém a maior seqüência de títulos estaduais: dez.

Baseado nisso, é fácil concluir que os mineiros amantes de futebol não tem do que se queixarem quando o assunto é representatividade local. Eles sabem que sempre poderão ir a campo ver o seu time jogar contra os maiores do Brasil e do mundo. Por um outro lado, isso pode ser um agravante quando levamos em consideração o quesito sociabilidade entre vizinhos. Nas localidades onde há times de expressão nacional, as pessoas estão mais dispersas no âmbito do bairro e não da cidade, não se juntam num final de semana ou depois do trabalho em torno de um campo de futebol de várzea, como acontece em diversos bairros da Grande Vitória. As equipes das comunidades participantes dos referidos campeonatos são entidades aglutinadoras entre os moradores, que

refletem uma realidade mais próxima do dia-a-dia daquelas pessoas, do que as equipes estaduais de reconhecimento nacional. A comunidade se sente um pouco dona do time por este estar representando a sua localidade perante o município e o Estado.

Vivendo uma temporada em Belo Horizonte, pudemos observar toda essa realidade. Lá, nos bares e nos botecos, as conversas sobre futebol giram em torno dos três grandes clubes da capital e durante o ano todo. Aqui, devido a menor representatividade e ao menor número de competições disputadas pelos profissionais durante o ano, o assunto futebol volta-se para as competições de várzea, quando não, para as equipes cariocas, que detém maior influência nos noticiários capixabas.

A FORÇA DO FUTEBOL FEMININO

A mobilização feminina ganhou tanto espaço no meio futebolístico que, desde 1996, o Campeonato de Futebol das Comunidades de Vitória, já mencionado aqui anteriormente, conta com a categoria feminina com várias equipes da Grande Vitória. Chegou a ter 19 equipes participantes em 2002 e, em oito anos foram quatro títulos para comunidades de Cariacica, três para Vila Velha e um para Vitória. Este último, teve como campeã uma equipe feminina criada no Vitória Futebol Clube, de Bento Ferreira. O Vitória é o clube de futebol mais antigo do Espírito Santo e o time profissional masculino disputa a 1ª divisão do Campeonato Capixaba organizado pela Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo (FES). Na Serra ocorre o Campeonato Intermunicipal Feminino e em Cariacica o Campeonato Cariaciquense Feminino, onde há o mesmo entusiasmo do futebol masculino. Isso, só para citar algumas competições.

O “país do futebol”, como é chamado o Brasil, está colhendo os frutos plantados pelos cinco títulos mundiais que tem desde 1958, o que veio a incentivar as mulheres a participarem de um esporte até

então dominado amplamente pelos homens. Pode-se confirmar esta tendência através das Olimpíadas de 2004, na Grécia, onde foram as mulheres quem representaram o futebol brasileiro, uma vez que a equipe masculina não conseguiu se classificar nas eliminatórias.

CONCLUSÃO

Pretendeu-se mostrar com esta dissertação, que, mesmo com a globalização, a exploração, o fatigante trabalho, a vida sofrida e a crescente violência, o cotidiano, o interesse pelas coisas de âmbito local e a válvula de escape que é o futebol comunitário, ainda estão na ordem do dia dos assuntos daqueles que ainda têm esperanças que dias melhores virão.

Também mostramos que o sentido de comunidade está intimamente ligado com o conceito de lugar e com o poder econômico de seus moradores, assim como, pudemos observar que, quanto mais envolvido estão os moradores, maior a predominância de um clima familiar e amistoso na comunidade, fazendo-se do campo de futebol de várzea, muitas vezes um elemento fundamental e aglutinador de diferentes tipos de emoções.

REFERÊNCIAS

DAMIANI, Amélia Luisa. “O lugar e a produção do cotidiano”. In: CARLOS, Ana F. A. (org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. pp. 161-172.

FONTES CONSULTADAS:

- **ESCRITOS DE VITÓRIA**. n.º 13 - Esportes. Vitória: Prefeitura Municipal/Secretaria de Cultura e Turismo, 1996. 202p. il.
- **Jornal Notícia Agora**, Seção: Futebol de Várzea.

- LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides. *Conceição da Barra - 110 anos de emancipação política*. Vitória: Multiplicidade, 2001. 48p. il.
- MAZZINI, Roberto. *Recordações do futebol de Vitória: memórias década 50/60*. 2 ed. Coleção Cadernos de História n.º 42. Vitória: Cultural-ES, 2001. 115p.
- PACHECO, Renato José Costa. *Os dias antigos*. Vitória: EDUFES/Secretaria Municipal de Cultura, 1998. 155p. il.
- VILAÇA, Adilson. *Futebol das comunidades*. Coleção Esporte Memória n.º 6. Vitória: Prefeitura Municipal/Secretaria de Esportes, 1998. 40p. il.

*Contatos pelo e-mail: **leohistoriador@yahoo.com.br***
*Site Pessoal: **leosilva.tk** ou **leosilva.cjb.net** ou*
leosilva.rg3.net

¹ Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação/Especialização em *História e Geografia: Estudos Interdisciplinares*, da Faculdade Saberes, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em História e Geografia: Estudos Interdisciplinares. *Orientadora: Prof^ª. Espec. Leonor de Araújo Santanna.*

50 ANOS DE PRESENÇA DE RENATO PACHECO NO IHGES

Getulio Marcos Pereira Neves
Juiz de Direito
Associado do IHGES

*À Dra. Renata Bonfim Pacheco,
sócia-correspondente do IHGES*

1. O IHGES e Renato Pacheco:

Fundado em 1916, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo conheceu em seu funcionamento períodos de maior e menor atividade, ao sabor das injunções políticas locais e externas que inclusive lhe influenciavam as condições financeiras. Por volta dos anos de 1950, quando das presidências de Eurípedes Queiroz do Valle e Ceciliano Abel de Almeida, ocorreu verdadeira reorganização de seu funcionamento, com o retorno à sede da Avenida República, em 24 de dezembro de 1951, e um perceptível incremento de suas atividades. E no bojo dessa tarefa de reorganização (que passava, também, pelo amearhar quadros que pudessem ser úteis ao Instituto por sua atividade em prol da instituição), os eminentes presidentes foram os responsáveis pelo ingresso de Renato Pacheco na Casa do Espírito Santo, juntamente com Guilherme Santos Neves.

Admitido como sócio efetivo no dia 11 de abril de 1953, Renato Pacheco esteve presente a essa reorganização, que passou inicialmente pela edição de um novo Estatuto, aprovado em Assembléia Geral em 12 de maio de 1953. E estando presente em mais da

metade da história do IHGES, participou ativamente, como era de seu feitio, das diversas fases da construção da identidade da Casa e da administração de seus destinos. Desde 1957, quando retornou de seu estágio na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ocupou ininterruptamente na Diretoria da instituição os cargos de Secretário Adjunto, Secretário Geral e Vice-Presidente, e exerceu a Presidência no período compreendido entre os anos de 1991 e 1993, sucedendo na função a Alberto Stange Júnior.

2. Notícia de sua atuação administrativa:

Na sua presidência fez aprovar um novo Estatuto, o de 1992, que modernizou a organização administrativa do Instituto e permitiu um maior incremento das atividades, já paulatinamente retomadas após o longo período de construção da sede atual e reinstalação do Instituto onde até hoje se encontra. Este Estatuto veio, por exemplo, desburocratizar o funcionamento da instituição, remetendo várias matérias não necessariamente inerentes à organização administrativa, mas que da mesma forma mereciam regulamentação, para o Regimento Interno (que, a bem da verdade, só seria aprovado quase nove anos depois).

No seu primeiro ano à frente dos destinos do IHGES foi firmado o Convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória, autorizado pela Lei Municipal n.º 3.748, de 26/09/91, que exigiu inicialmente, como contrapartida, a elaboração de um estudo tendente a demonstrar as razões do Município de Vitória sobre a administração da Ilha de Trindade, matéria constante da Constituição Estadual de 1989 e contestada pela Marinha do Brasil junto ao Supremo Tribunal Federal. Renato Pacheco integrou a Comissão formada para desempenhar a tarefa, juntamente com Willis de Faria e Miguel Depes Tallon, e o documento final produzido foi publicado no número quadragésimo primeiro da Revista do IHGES¹.

A assinatura do primeiro Convênio com a Prefeitura Municipal deveu-se em grande parte, sem dúvida, ao prestígio pessoal de Renato Pacheco como profissional do Direito e como intelectual, e do prestígio que sua simples presença à frente dos destinos da Casa emprestava a ela. E se as cláusulas desse ajuste exigiam outras contrapartidas, no seu cumprimento o IHGES organizou naquele período programação intensa por cidades do interior do Estado e também na sua sede, notadamente as Jornadas de Navegação, que conheceram várias edições até o ano de 2000. Neste período foram instalados os estratégicos (por sua localização) núcleos regionais de Linhares e de Cachoeiro de Itapemirim, para interiorização das atividades-fim da Casa, e organizados os acervos do Centro de Memória e da Casa Elmo Elton, para coleção e preservação de quanto pudesse interessar à perpetuação das tradições da cidade sempre retratada por aquele historiador.

Nos termos do art. 5.º do Estatuto de 1992, Renato Pacheco foi guindado em Assembléia Geral à categoria estatutária de Grande Conselheiro, alcançando o *status* de Presidente de Honra, que lhe conferia aquela categoria, já por ocasião da composição da Diretoria seguinte à sua gestão.

3.O homem de múltiplos interesses – um retrato de sua produção na Casa:

A partir de seu ingresso no IHGES Renato Pacheco cuidou de - nas suas próprias palavras, “modestamente” - servir ao Instituto, “com o máximo de minhas pequeninas forças”². E este servir entendia não só como a participação nos assuntos de administração da Casa, mas também como a necessidade de produção científico-literária voltada aos interesses a que se consagra a instituição. Dessa tarefa desempenhou-se na medida de suas forças, a acreditar em suas palavras, e sua produção intelectual como associado cobriu várias áreas onde se dá a intervenção do Instituto.

3.1. Na Revista do IHGES

Desde a primeira Revista publicada após sua posse na Casa, em 1957,³ produziu e publicou regularmente, sendo o autor que mais vezes figurou nas páginas do periódico, com trinta e cinco inserções, entre artigos, estudos, poemas, notas biográficas e relatórios de atividades⁴. Pode-se dizer que o assunto que mais ocupou seus esforços foi, num sentido lato, o Direito: embora não tenha sido a área que rendeu uma maior quantidade de intervenções, foi certamente a que demandou maior labor no que diz respeito à investigação dos fatos que serviram de base para sua análise. Quantitativamente o assunto que mais o ocupou foram as Biografias de personalidades da vida cultural – e não só – espiritosantense, mas da mesma forma se ocupava também em outros escritos da descrição de fatos históricos que resgatava até mesmo como forma de atrair a atenção de outros pesquisadores sobre eles.

Em ligeira análise de sua produção mais significativa nas páginas da Revista do IHGES, nos domínios do **Direito**, em sentido lato, Pacheco da mesma forma produzia estudos voltados à preocupação com o resgate histórico de determinadas passagens da justiça espiritosantense. Com este propósito deu notícia de dois processos históricos, como o em que foi ré Guilhermina Lübke, e que serviu de tema a Graça Aranha na elaboração de seu “Canaã”⁵, e também historiou um erro judiciário acontecido na cidade de Anchieta no início do século XX, em “Um Erro Judiciário”⁶. Aliás, a idéia de erro judiciário repugnava-lhe, conforme constatei em outro texto, tendo mesmo publicado alguns um outro estudo a respeito de um outro caso, o do agricultor Pedro Leppaus⁷. Fez Sociologia Jurídica ao levantar dados estatístico-criminológicos da Comarca de São Mateus, cidade de grande importância

econômica no período por ele pesquisado, em “Criminalidade Mateense em fins do Século XIX”⁸ e moveu-se na fronteira entre aquela disciplina e a Antropologia Jurídica levantando costumes dos colonos de origem germânica da região de Santa Leopoldina em “Atitudes perante a Lei em uma Sub-Cultura Brasileira”⁹, que por sua importância estudei mais a fundo em meu “Dois Estudos de Sociologia Jurídica no Espírito Santo e sua Atualidade”¹⁰.

No domínio das **Biografias** (de que se ocupava como forma de homenagem a amigos e personalidades que julgasse dignos de dar a conhecer através do resgate de suas qualidades e realizações), prestou comovido testemunho de seu apreço a Guilherme Santos Neves, a quem chamava de Mestre Guilherme e que foi responsável por seu ingresso no IHGES e em outros palcos de sua vida, retratando-o em “Guilherme Santos Neves: alto está e alto mora”¹¹. Prestou também homenagem a acadêmicos falecidos, confrades seus na Academia Espiritossantense de Letras, em “Amigos Acadêmicos do Lado de Lá”¹². Christiano Fraga, Newton Freitas, Serafim Derenzi, Fernando Duarte Rabelo, João Bastos Vieira, Nilo Martins da Cunha e Heribaldo Lopes Balestrero foram alguns outros personagens retratados pela generosidade de sua pena, em diversas ocasiões.

Sua produção na área de **Sociologia** merece destaque não só pela qualidade em si como também por uma curiosidade digna de registro: o texto “Cachoeiro de Itapemirim: Um Ensaio de Sociologia Urbana” é o mais longo artigo publicado num só número da Revista^{13 14}. Mas ainda no campo das Ciências Sociais ofereceu notícia de um dos responsáveis por moldar sua bagagem de conhecimento e sua forma de atuação nessa área, o professor norte-americano Donald Pierson (de quem foi aluno nos tempos da passagem deste pelo Brasil), em “Donald Pierson e a Sociologia no Brasil”¹⁵.

Fez **História**, mais propriamente no sentido de resgate histórico de fatos, ao dar a conhecimento relatórios de viagens de personalidades ao interior do Espírito Santo, em “Visitando a Província”, viagem de dois Presidentes da Província às localidades de Santa Leopoldina e Santa Isabel¹⁶ e “Os ‘diários’ de D. Pedro”, da viagem do Bispo D. Pedro Maria de Lacerda¹⁷; ao trazer notícia d’ “As Primeiras Eleitoras do Brasil”¹⁸, e de relatório do engenheiro civil W. Milnor Roberts, datado de 1881 e versando sobre investigação para determinar “o melhor porto e o ponto mais indicado para construir estrada de ferro demandando o interior”, em “Um Velho Relatório”¹⁹.

Fez História também, no sentido de análise de fatos, em “Demografia Histórica”, em que apresenta levantamento de dados demográficos da Capitania do Espírito Santo na segunda metade do século XIX²⁰ e “Vitória: Comércio Importador – 1928/1933”²¹, registrando o movimento comercial da praça no período.

O **memorialista** merece registro pela menção de seus artigos até certo ponto despretensiosos sobre a cidade de Vitória, cujo crescimento e modernização acompanhou em todas as suas fases. Por isto tinha especial prazer em levantar dados curiosos sobre logradouros da cidade, públicos ou nem tanto, respectivamente em “A Ilha que sonha ser Continente”, sobre a ponte Florentino Avidos²² e “Os Subterrâneos do Colégio dos Jesuítas”, engrossando o caldo de assunto muito versado, nos domínios acadêmicos ou não²³. Mas o memorialista está presente também em “Thomas Dutton Jr., um inglês no Espírito Santo”, sobre o início da história da localidade de Piúma e arredores, vindo seu interesse por essa região ao judicar na Comarca de Iconha, onde foi instalador do Fórum local²⁴; “Maneco e ‘Vida Capichaba’”, do periódico – e seu mentor – onde inclusive atuou²⁵, e “Vitória dos 400 aos 450

Anos”, apertado resumo de palestra que em 2001 proferiu na sede do IHGES sobre o movimento cultural na Capital²⁶, desdobrando este assunto e aprofundando-o num período determinado em “Jones e a Cultura”²⁷.

Renato Pacheco fez também **Teoria Literária**, não fosse ele mesmo romancista consagrado como dos mais significativos do Espírito Santo. Teorizou sobre autor cuja influência no seu estilo literário reconheceu por mais de uma vez²⁸, no texto “Em Faulkner, Romance Histórico ou Psicológico”²⁹. Fazendo algo não rigorosamente nos domínios da Teoria Literária, antes divulgando obras literárias relacionadas ao Espírito Santo, em “Um Romance Capixaba, Outro nem Tanto”, discorre sobre os romances “Dr. Voronoff”, de Madeira de Freitas, e “Cabocla”, de Ribeiro Couto,³⁰, sendo que este último o viria a ocupar de novo em “Cabocla: um Problema de Geografia Literária”³¹.

Dois importantes textos, que se podem enquadrar de maneira ampla nos domínios da **Etnologia** foram “Notas sobre os Botocudos”, sua produção de estréia nas páginas da Revista, fonte para o estudo da população autóctone do noroeste capixaba³² e “O Capixaba: Uma Pré-Visão Antropológica”, texto da palestra que pronunciou no IHGES em 95 em que discorre, em resumo, sobre a existência ou não de uma identidade capixaba verdadeiramente delineada, tema que de tempos em tempos volta à baila.

Nas páginas da Revista deixou ainda **resenhas bibliográficas**³³, que sem embargo publicou com mais regularidade no Boletim Informativo do Instituto, ficando esta seção, a partir da décima edição daquele, exclusivamente a seu cargo, salvo colaborações esparsas de outros resenhadores³⁴. Foi quem estreou a recém-inaugurada na Revista seção “A Poesia é Necessária”, com o poema “Mestre Filó”, dedicado a seu pai, Filogônio Pacheco³⁵.

Renato Pacheco foi um entusiasta do Instituto, e como tal, um entusiasta de sua Revista, órgão de divulgação da produção científico-literária dos associados. Nas suas páginas fez publicar regularmente, desde seu ingresso na Casa até o último número que esta editou enquanto vivo, no ano de 2003, sempre matéria relacionada ao Estado do Espírito Santo, na forma preconizada pelos diversos Estatutos e pela tradição octogenária do periódico.

3.2.Outras edições pelo IHGES:

O Convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória, pelo aporte de recursos financeiros que representou, permitiu ao IHGES o incremento na política de publicação de obras de autores associados ou não à Casa. Principalmente a partir da presidência de Miguel Depes Tallon, veio a público uma grande quantidade de livros, folhetos e outros materiais, e Renato Pacheco foi um dos autores mais publicados.

Entre outras áreas, sua festejada produção de cunho literário foi contemplada, tanto em verso como em prosa. Em **verso** a republicação do poema de juventude “Bilhete para Cervantes”, em 1997, e a publicação de “Vinte e Seis Poemas da Montanha”, em 1998, complementam o perfil do poeta cujo ápice, na opinião de não poucos críticos de peso de sua obra, vem a ser os “Cantos de Fernão Ferreiro”, publicado originalmente em 1985 e republicados na coletânea “Porto Final”, de 1998.

Em **prosa** foi por meio do IHGES que vieram a público os romances “O Centauro Enlouquecido e o Pintor Amante”, em 1998, um encontro de seu estilo com o realismo fantástico pela presença na trama do ser mitológico que abandona o protagonista quando a vida deste começa a mudar para pior; e “Pedra Menina”, recriação

de fatos de um lugarejo do interior do Espírito Santo (mas que pode ser qualquer outra cidadezinha do interior do Brasil, nas palavras de apresentação de Miguel Depes Tallon) condenada a ser transplantada para outro sítio pela construção de uma usina hidrelétrica que causará sua inevitável submersão nas águas capazes de lhe trazer o progresso.

Ainda em prosa seu “O Macaco Louco (Novum Moriae Encomium)”, de 2000, ensaio de cunho crítico-filosófico em que Pacheco, à guisa de livre-pensador (não o revelasse logo pelo subtítulo, que faz menção ao escrito mais famoso de Erasmo de Roterdã), discorre sobre “as loucuras de todos nós, os macacos loucos”, versando “nossa condição humana, nossa pobre experiência cultural”. E já antecipando o tom da obra, que, aliás, era o seu, particularmente desmistificador (como, de resto, o próprio Erasmo), advertia desde logo não ter “estofo para descobrir o sentido da vida” nem pretender “divulgar qualquer teoria final”³⁶. Ente as diversas resenhas publicadas em vários veículos de comunicação, uma apreciação abrangente da obra foi a feita por Aylton Rocha Bermudes, cuja autoridade intelectual, por si só, a recomenda como análise de conteúdo³⁷. Mas a situação dessa obra no sistema acabado do pensamento humanístico de Renato Pacheco está por, e sem dúvida merece, ser feita.

Entretanto a edição de seus livros pelo IHGES nesta nova fase editorial da Casa iniciava-se, nos idos de 1994, com a publicação de “Estudos Espiritossantenses”, coletânea de textos já anteriormente publicados em outros veículos (notadamente a Revista de Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo), versando sobre assuntos de interesse local.

Esta coletânea, pela importância de que se revestem os estudos ali reunidos, é de ser melhor examinada. Compõe-se de: 1) “Os

Primeiros Anos (Conflito nas Colônias Agrícolas Espiritossantenses – 1827-1882), episódio da colonização italiana no Espírito Santo; 2) “Assimilação de Alemães no Espírito Santo- Brasil”, sobre a colonização alemã, para cuja elaboração serviu de base o já referido artigo “Atitudes perante a Lei em um Sub-Cultura Brasileira”; 3) “Graça Aranha no Espírito Santo”, em que historia todo o dia-a-dia do magistrado no exercício de suas funções na Comarca de Santa Leopoldina; 4) “Um Caso não Resolvido de Autoria?”, em que soluciona equívoco ligado à autoria do texto “Memórias para servir à História até o ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Re no do Brasil. Escritas em 1818 e publicadas em 1840 por um capixaba”, atribuindo-o a Francisco Alberto Rubim; 5) “O Primeiro Partido ‘Operário’ no Espírito Santo”, contribuição para a história dos Partidos Políticos no Estado; 6) “Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, num documento inédito”, divulgando manuscrito de 1881 de autoria do engenheiro Deolindo José Vieira Maciel, catalogado na Biblioteca Nacional; e 7) “Introdução à História do Livro Capixaba”, levantando os esforços pioneiros que se fizeram com o fim de situar o Espírito Santo no mapa editorial brasileiro e que pensou em complementar com o levantamento bibliográfico completo de todos os livros publicados no Estado, o que estava a cargo da Biblioteca Pública Estadual à época.

Renato Pacheco foi um dos idealizadores e o criador do nome da recente série editorial “Memórias da Ilha de Vitória”, pensada com o objetivo de divulgar documentos de interesse para o estudo da história e ciências afins do Município onde o IHGES tem a sua sede, assim como outros assuntos que guardem, de algum modo, relação com a Capital. A terceira edição da série de folhetos trouxe o auto do Padre José de Anchieta “Quando, no Espírito Santo, se recebeu a Relíquia das Onze Mil Virgens”, documento que apre-

sentou e comentou em conjunto com Lea Brígida Rocha de Alvarenga Rosa. Aqui também se situa sua derradeira iniciativa no campo da edição pelo IHGES, ao propor ao Conselho Editorial, dias antes de seu falecimento, a publicação do texto “Peroás e Caramurus”, de autoria do consócio já falecido Jair Etienne Dessaune, e que pelo infausto acontecimento acabou ficando a meu cargo comentar.

4.Fechamento:

Como já referido por diversas vezes, Renato Pacheco esteve presente em mais da metade da história do Instituto, e esta presença foi sempre atuante, tanto na administração da Casa quanto na produção pessoal que pudesse “concorrer para o seu engrandecimento”, na forma do art. 7.º do Estatuto de 1992, editado na sua gestão. Homem de múltiplos interesses que se lhe chamou acima, sua produção, no entanto, adquire uma evidente unidade lógica se examinada à luz do propósito que, desde que começou a produzir cultura, sempre balizou seus esforços. Este propósito, seu projeto pessoal - ele o revelou inúmeras vezes – era o de produzir principalmente sobre o Espírito Santo, “...primeiro, porque sou discípulo de Mestre Guilherme. Segundo, porque estou imbuído do mesmo projeto, que é ‘o Espírito Santo em primeiro lugar’. O Brasil em segundo. O Brasil entra porque o Espírito Santo é Brasil”³⁸.

No Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo produziu sobre, e para, o Espírito Santo. E assim, pelo casamento feliz do propósito que norteou sua obra com os propósitos da própria instituição a que serviu, em melhor abrigo não poderia ter ido ele dar. E por muito tempo ainda, ao se falar de Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a associação com Renato Pacheco será

inevitável. Da mesma maneira que, felizmente para nós, a associação contrária também o será.

Praia da Costa/ES, outubro de 2004

NOTAS

● 3.º Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

¹ Com detalhes em Neves, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do IHGES. Vitória, IHGES, 2003, pp. 80/81.

² Discurso de Posse na Presidência do IHGES, em 12/06/91. Publicado na Revista n.º 41, ano 91/92.

³ A de n.º 17, ano 44/57.

⁴ Conforme constatei em Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 2003, pp. 95.

⁵ “A Justiça contra Guilhermina Lübke”, n.º 28/30, ano 67/69.

⁶ Publicado no n.º 28/30, ano 67/69.

⁷ Vide meu “Considerações à Volta do Pensamento Jurídico de Renato Pacheco”, in *O Reino Conquistado*. Vitória: IHGES, 2003.

⁸ In “Dois Pequenos Estudos”, publicado no n.º 21, ano 1960.

⁹ Idem, por se tratar do segundo dos “Dois Pequenos Estudos”.

¹⁰ Publicado na Revista do IHGES, n.º 55, ano 2001.

¹¹ Publicado no n.º 54, ano 2000.

¹² Publicado no n.º 55, ano 2001.

¹³ Publicado no n.º 18, ano 1958.

¹⁴ O mais longo artigo publicado na Revista do IHGES é “A Imprensa no Espírito Santo”, de Heráclito Amâncio Pereira, que veio à luz nos n.ºs 03, ano 1922; 04, ano 1925; 05, ano 1926 e 06, ano 1927.

¹⁵ Publicado no n.º 56, ano 2002.

- ¹⁶ *In* “Três Pequenos Estudos”, publicado no n.º 40, ano 1990.
- ¹⁷ Publicado no n.º 45, ano 1995.
- ¹⁸ Publicado no n.º 41, ano 91/92.
- ¹⁹ *In* “Três Pequenos Estudos”, publicado no n.º 40, ano 1990.
- ²⁰ *In* “Três Pequenos Estudos”, publicado no n.º 40, ano 1990.
- ²¹ Publicado no n.º 43, ano 93/94.
- ²² Publicado no n.º 44, ano 1994
- ²³ Publicado no n.º 50, ano 1998.
- ²⁴ *In* “Três Pequenos Estudos”, publicado no n.º 28/30, ano 67/69.
- ²⁵ Publicado no n.º 43, ano 93/94.
- ²⁶ Publicado no n.º 55, ano 2001.
- ²⁷ Publicado no n.º 57, ano 2003.
- ²⁸ Entrevista publicada em Jones, Theomar. Renato Pacheco: Presença na Vivência Cultural Capixaba. Petrópolis: [s.n.], 2001, pp. 39/50.
- ²⁹ Publicado no n.º 50, ano 1998.
- ³⁰ Publicado no n.º 31/33, ano 80/82.
- ³¹ Publicado no n.º 45, ano 1995.
- ³² Publicado no n.º 17, ano 44/57.
- ³³ No n.º 52, ano 1999.
- ³⁴ Vide Neves, Getulio Marcos Pereira. Notícia do IHGES. Vitória: IHGES, 2003, pp. 50.
- ³⁵ *Idem*, pp. 97.
- ³⁶ De suas próprias palavras no Prefácio
- ³⁷ Publicada na Revista do IHGES, n.º 54, ano 2000, pp. 237/252.
- ³⁸ Entrevista a Oscar Gama Filho para a Revista *Você*; *in* O Reino Conquistado. Vitória: IHGES, 2003, pp. 305.

MESA REDONDA REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2004 NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO E. SANTO SOBRE JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA

Renato Pacheco – Presidente de Honra do IHGES

Reinaldo Santos Neves - Associado do IHGES

Sérgio Blank - Jornalista e editor

Ivan Borgo - Professor e Associado do IHGES

Luiz Guilherme Santos Neves - Professor e Associado do IHGES

Abertura da mesa pela professora Lea Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Presidente do IHGE, que fez a apresentação dos componentes da mesa, passando a Presidência dos trabalhos ao Presidente de Honra, Renato Pacheco

PALAVRAS INICIAIS DO PRESIDENTE DA MESA RENATO PACHECO

Nós estamos muito honrados de estarmos aqui coordenando os trabalhos desta Mesa Redonda sobre um dos maiores escritores do Brasil - José Carlos de Oliveira e, cujo recente livro “O Rebelde Precoce” está sendo lançado hoje neste Instituto.

Na seqüência vamos ouvir Reinaldo Santos Neves, Sérgio Blank, eu mesmo, Ivan Borgo e Luís Guilherme Santos Neves. Não sei se ficou fixado um tempo, mais acho razoável um prazo máximo de vinte minutos para cada um. Não serão comunicações longas. Inicialmente, com a palavra Reinaldo Santos Neves, que é do Núcleo e Pesquisa e Literatura do Espírito Santo, da UFES, membro do Instituto e que praticamente foi uma das últimas pessoas a conviver com José Carlos de Oliveira aqui em Vitória, quando ele veio aqui passar seus últimos dias, como ele sentia, o seu coração dele queria e porque ele foi Professor visitante da UFES em convênio com hotel Porto do Sol. Com a palavra Reinaldo dos Santos Neves:

Reinaldo dos Santos Neves

Eu gostaria de fazer um rápido relato da origem do projeto que resultou no livro que está sendo lançado hoje, que são as crônicas da adolescência de José Carlos de Oliveira. Poderíamos dizer que tudo começou com a biografia do autor, escrita pelo jornalista carioca, Jasson Tércio, publicada pela Editora Objetiva em 1999, no Rio de Janeiro. Jasson Tércio esteve aqui em Vitória para fazer a pesquisa necessária sobre a fase capixaba de José Carlos, e entrevistou certas pessoas como Renato, Ivan, que conheceu bem o José Carlos, inclusive eu que não tive a oportunidade de estar com ele. Posteriormente o Jason me enviou um questionário, para que eu fizesse um histórico dos últimos seis meses de vida do José Carlos, que eu acompanhei, porque eu estava envolvido com o projeto residente, do qual ele participava e que acabou produzindo os capítulos referentes aos dezoito anos de vida de José Carlos, que ele passou aqui no Espírito Santo. Posteriormente, depois de publicado o livro tive a oportunidade de conversar com Jason Tércio e este me disse que não tinha gostado da parte que escreveu sobre essa fase capixaba da vida de José Carlos e que já tinha sido editada pela Objetiva em sua versão final. Por isto, acrescentou, gostaria que o texto na íntegra fosse divulgado aqui no Espírito Santo, sem cortes. E, conversa vai, conversa vem, chegamos à idéia de um projeto, que apresentamos à Lei Rubem Braga, para a publicação de um texto sobre os primeiros dezoito anos de vida de José Carlos, na íntegra, tal como ele tinha sido composto originalmente. O Jason Tércio sugeriu, inclusive, uma idéia que eu achei magnífica: que esse relato autobiográfico fosse anexado ao livro de crônicas que José Carlos tinha publicado quando era adolescente aqui em Vitória, sobre o qual o próprio Jasson Tércio tinha feito pesquisa na biblioteca, nos jornais, na Tribuna, Folha do Povo, Vida Capixaba, que, inclusive, tinha transcrito algumas delas. Esse foi o projeto que nós apresentamos na Lei Rubem Braga - um ensaio completo sobre os dezoito anos de José Carlos aqui em Vitória e as crônicas da adolescência,

que inclusive faziam parte desse projeto de vida dele. A Lei Rubem Braga aprovou o projeto e nós começamos a trabalhar. O Jason achou que devia acertar algumas coisas desse período vitoriense de José Carlos. A mim me coube a tarefa de transcrever as crônicas. Foi um trabalho braçal, mas eu fiz questão de fazer eu mesmo, tendo que ir a biblioteca publica estadual e consultar aquelas enormes coleções da Tribuna. A Nádia, que na época era diretora da biblioteca, colocou à minha disposição um computador e eu do jeito que pude, com aquele troço no colo, transcrevi oitenta e três crônicas de José Carlos da Tribuna, que posteriormente mandei para o Jasson Tércio. Ele então fez a seleção de cinquenta e cinco dessas crônicas para inclusão no livro, as quais se acrescentaram depois umas seis da Folha do Povo, que ele já tinha, e mais quatro da Vida Capixaba. Na Vida Capixaba ele publicou pouca coisa; agora, na Folha do Povo, ele publicou muita coisa, só que eu não agüentei mais encarar a tarefa de transcrever também as da Folha do Povo. Esse trabalho ainda está por ser feito. Imagino que as crônicas, não sei quantas são, mas imagino que devam ter qualidade também, comparativamente. É só a gente ver na Tribuna; mas esse trabalho ainda ficou de ser feito. Então da Folha do Povo nós publicamos apenas aquelas que o Jasson Tércio já tinha transcrito na época de sua pesquisa. Foi daí que se consubstanciou o livro, o ensaio biográfico do Jasson e um estudo crítico que ele também acabou acrescentando, falando da importância de José Carlos como escritor de crônicas e as cinquenta e cinco crônicas da Tribuna mais aquelas da Folha do Povo e da Vida Capixaba. Esse é o livro. Outra coisa que eu queria falar é que o Jasson Tércio é um entusiasta da obra de José Carlos. Ele acha, como disse o Renato, (que o José Carlos de Oliveira) é um dos maiores escritores brasileiros, não apenas como cronista, mas também como romancista, contista e intelectual. Ele (o Jasson) tem também alto apreço pela personalidade literária de José Carlos sendo um dos responsáveis pelo que se poderia chamar da redescoberta de José Carlos que está se processando este ano. Ele

conseguiu convencer a Editora Record a publicar pelo menos quatro livros de José Carlos este ano e, no ano que vem, três de crônicas temáticas e mais um de memórias, já que o diário de José Carlos está na sua posse. O Tércio também fez uma seleção de passagens do diário para publicação em formato de livro. O primeiro livro que deve sair agora, já estando inclusive em fase de prova, é uma coletânea de crônicas, selecionadas também por Tércio, sobre boemia, vida boêmia, essas coisas sobre as quais o José Carlos escreveu muito, pois ele era um boêmio. Aqui em Vitória ele já tinha inclinação para isso e em toda sua vida ele foi um grande boêmio, tendo escrito muito bem sobre o assunto, como tudo que fazia sobre isso. O diário, temos a impressão que vai ser um escândalo, provavelmente porque ele logicamente não escrevia para publicar; ele não pensava em publicar o diário, pelo menos é o que eu imagino, e ele falava, ele escreveu, registrou ali a opinião que ele tinha das pessoas suas contemporâneas e muitas delas, famosas. Ele falava muito mal dessas pessoas. Então esse diário vai dar o que falar eu imagino, porque vai ser um sucesso de escândalo. Queria finalizar dizendo que as crônicas que não foram aproveitadas no livro e que foram transcritas da Tribuna, nós pretendemos divulgar e já obtivemos a autorização da família de José Carlos de Oliveira, através da Regina Egito, que é sobrinha dele, para divulgá-las na Estação Capixaba, que é o site da cultural do Espírito Santo na Internet. Então as pessoas poderão ter acesso também àquelas crônicas que foram digitadas e que não puderam ser incluídas, até porque o livro já está bem volumoso sem elas. Quanto a participação da Gráfica Espírito Santo no projeto deixo o assunto para Sérgio Blank falar.

Presidente da Mesa

Convido também o Sr. Davi Cruz para também fazer parte da mesa, pelo grande apoio que tem dado às publicações do Espírito Santo. Com a palavra o escritor, jornalista e editor Sérgio Blank.

Sérgio Blank.

Eu estou aqui representando a coordenação de divisão cultural da Gráfica Espírito Santo. Quando fui convidado para participar deste projeto, imediatamente eu convidei Reinaldo para fazer a parceria junto com a UFES - Núcleo de Estudo e Pesquisa do Espírito Santo, e já tinha em mente, antes de saber deste projeto que já está na lei Rubem Braga, também já tinha em mente o nome de Carlinhos de Oliveira, o José Carlos de Oliveira, para participar da coleção, que é uma coleção que pretende publicar três livros por ano. Assim, dividimos um livro que seria a reedição de autores já falecidos, livros que já estão fora de catálogo e fora do mercado. Outro livro seria o de crônicas de autores contemporâneos que estão produzindo aqui no Estado e o terceiro seria um livro de autores inéditos. Este livro de José Carlos é o sexto volume da coleção e como eu já disse antes foi um dos primeiros nomes que cogitei, que a gente deveria homenagear, porque eu acredito que o José Carlos anda esquecido. É interessante que eu andei fazendo uma pesquisa, de boca a boca, e (descobri que) as pessoas não sabem quem é José Carlos de Oliveira. Uma curiosidade, inclusive, é que nós temos ali o Centro Cultural Carmélia Maria de Souza e o seu teatro que tem o nome de José Carlos de Oliveira e a própria imprensa e as próprias pessoas não citam que o nome do teatro é José Carlos de Oliveira. Chamam teatro da Carmélia e até isso se tem esquecido. Então o livro está aqui e vamos continuar essa luta. Agora eu gostaria que o Professor Renato falasse pois tem muito mais a acrescentar com certeza.

Pronunciamento do Presidente da Mesa:

Perguntaram a D. Geraldo Lírio da Rocha, que é professor de Filosofia aqui na faculdade, meu amigo e Arcebispo na Bahia: “Como vai Dom Geraldo? Ele respondia assim: “Vou melhor do que mereço”, e eu acho que é verdade que eu também vou melhor do que mereço principalmente na área dos amigos. Entre os falecidos eu tenho tido

grandes amigos - tenho saudade deles. Fui amigo de Guilherme Santos Neves, fui amigo de Jorge Lima, fui amigo de Norma de Tirso, fui amigo de Ceciliano Abel de Almeida, fui amigo de Cristiano Ferreira Fraga e de um monte de gente que está ai no espaço. Mas eu também fui amigo dos dois maiores cronistas do Brasil, amigo mesmo - Rubem Braga e José Carlos de Oliveira. Nosso objetivo hoje é José Carlos de Oliveira obviamente. Num dia de agosto de mil novecentos e quarenta e oito eu fui surpreendido pelo professor Nelson Gomes, que tinha sido nomeado despachante aduaneiro. Ele dava aula de inglês no Colégio Estadual e me disse: “Olha eu vou experimentar se esse negócio de despachante é bom e eu queria que você me substituísse por um mês”, eu dava aula de Português no suplementar; ganhava coisinha de nada. Luíz também já foi suplementarista. Agora é o tal BT, então ele disse:

-Você vai dar aula de inglês.

- Mas eu não sei nada de inglês, eu estudei inglês com Mister Piter Sancler há dez anos atrás!...

- Mas você sabe mais que esses meninos de doze anos aqui do colégio estadual.

E eu disse: - Ah! isso eu sei.

Peguei o livrinho e vi que começava lá, I, black, as cores e os desenhos da cor, então eu aceitei e foi uma grande felicidade para mim. Aceitei lecionar inglês, enquanto ele via se ia ser despachante aduaneiro ou não. E ai, em agosto de 48, comecei a dar aula de inglês no Colégio Estadual. Dei (aula por)um mês. Nesse mês encontrei José Carlos de Oliveira aluno, posteriormente ele passou para o Salesiano, no ano seguinte ele ganhou uma bolsa de estudos, (foi quando) passou para o Salesiano - o que ia modificar totalmente a sua vida e foi até um dos motivos de sua rebeldia. Já naquele ano ele fazia perguntas inteligentíssimas; logo depois eu fiz uma palestra para adultos na Escola Normal e apareceu aquele menino de uniforme do ginásio. Saiu do ginásio e foi lá para a palestra. E eu pensei: esse garoto tem mesmo

interesse. Vestido de daqui, e fazendo perguntas, interessado no que estava se falando... Imagina eu estava falando sobre Shakespeare, coisa sobre a qual eu não sabia nada mas que na época ninguém nada sabia aqui em Vitória. Reinaldo ainda não tinha aparecido, a faculdade de filosofia não tinha sido criada, de modo que a minha palestra até foi taquigrafada. E José Carlos estava lá presente. Aí eu disse: “Vem cá, você gosta de literatura, você não quer ir para academia dos novos não?” Ele disse: Eu vou lá! E foi alguns sábados. Mas ele era um espírito totalmente anti-acadêmico, tanto que nesse livro ai há uma reportagem notoriamente de José Carlos de Oliveira, embora tenha sido publicado com pseudônimo, em que ele critica todas as academias e associação de imprensa, até de certa forma causando um mal estar na cidade de Vitória. Criou-se até um processo judicial contra o diretor do jornal, Armênio Cláudio Zobem, porque ele era de menor e não podia ser processado. Mas o diretor foi processado, e como todo processo de imprensa no Brasil, acabou ficando prescritos. Mas nesse trabalho ele faz críticas a Rosendo Serapião que era amicíssimo dele. Rosendo era jornalista do norte; alguns aqui o conheceram. Era um escritor fantástico, escrevia muito bem à moda de Rui Barbosa, com nível elevadíssimo e gostava do que José Carlos escrevia, dando ênfase a esse trabalho na Tribuna. Mas José Carlos não estava se importando com amizade, com a paternidade que Rosendo dera a ele. Rosendo era presidente da Associação Espírito Santentese de imprensa; José Carlos queria criticar as academias de um modo geral e associação em particular. Havia comentários na cidade, falava-se coisas incríveis que estão ai nas crônicas: quem não leu deve ler agora. Então ele publicou e isto, de certa forma foi um gesto de menino, gesto de garoto rebelde, garoto precoce, mais publicou, e logo depois por causa desse processo, ele foi para o Rio - ou talvez por vontade de ter um horizonte mais longe. No Rio ele se tornou um grande cronista, do mesmo nível de Rubem Braga. Encontrei o José Carlos no Rio de Janeiro apenas duas vezes: na primeira vez ele estava na pior e

eu lhe perguntei: - “Vamos almoçar?”, ao que ele respondeu: - “Não, eu já almocei no Sapes”, naquele tempo o Sapes fazia aquele almoço na Praça da Bandeira, por cinquenta centavos; ai ele disse: - “Mas se você quiser me dar um livro...” - era a paixão dele pela leitura - , e eu respondi: - “Está bem, vamos ali na (não deu para entender). Estávamos no Hotel Avenida, naquela área em que todos os capixabas se encontravam, e ele escolheu *Luz em Agosto* de Palmi. Nunca havia ouvido falar em Palmi. Aí eu comprei um (exemplar) para mim também, e realmente eu e Ivan ficamos os dois grande fãs do Palmi aqui no Espírito Santo. Anos depois ele estava na melhor porque nós ficamos amicíssimo do Clovis. Na Manchete ele mandava e desmandava; depois ele brigou com o Clovis também, só não brigou comigo e com Reinaldo mas com resto ele brigou com Deus e o mundo. Então ele me convidou para almoçar na Manchete, (que era) ainda na Frei Caneca, onde todos os funcionários almoçavam e geralmente a política da casa era colocar três funcionários e três convidados. Na nossa mesa estava Carlos Heitor Cony, Eros Magalhães Júnior, José Carlos Oliveira representando a Manchete, eu, o provincianozinho do Espírito Santo, e duas moças lindíssimas, afro-brasileiras, Então nós estávamos ali naquele papo e José Carlos centralizou todas as atenções com palavões à moda de Rubem Braga; contava piadas, mexia com um, mexia com outro, enfim, foi uma duas vezes (que o encontrei). Quando ele precisava de alguma coisa em Vitória ele sempre lembrava do velho professor e amigo, porque nós ficamos realmente amigos. Assim ele me pediu uma cópia de *Sangue, Amor e Neve*, um livro que não tem hoje repercussão, ninguém fala mais nele, mas na época causou grande impressão em José Carlos porque era um livro romântico publicado por uma pessoa aqui de Vitória, o tenente Valmir Magalhães Filho. Tirei xerox (do livro) na biblioteca municipal e mandei para ele; depois ele me pediu a certidão de óbito do seu pai e eu consegui também no cartório e mandei; depois ele me pediu uma coisa que eu não consegui, (dizendo) a ele que eu não tinha conseguido. E ele queria escrever um

romance sobre sua obsessão: (a respeito de) um caso de adultério (ocorrido) em Vitória e que acabou matando um rapaz em frente o Hotel Avenida. Aquilo foi na cidade de 30.000 habitantes e foi uma coisa seríssima, mas não consegui. Falei para ele que na outra vez em que ele veio a Vitória ele disse: - “Vamos procurar.”, Fui então com ele ao cartório criminal e lá esse possesso estava com carga para o Conselho Penitenciário. Então nós descemos a escadaria Maria Ortiz (e fomos ao) Conselho Penitenciário. O Processo sobre da morte desse moço na porta do Hotel Avenida estava com carga no Cartório Criminal e sumiu; não existindo mais. O José Carlos não teve mais o material para escrever o livro dele, e também não ia querer escrever o livro porque ele era apaixonadíssimo pelo pivô do crime que realmente era uma moça, muito bonita, da qual ele era apaixonado porque conviveu com todos daquela família e ele estava por dentro daquele ambiente de classe média alta aqui no Espírito Santo. Foi uma pena que ele não tivesse encontrado o processo ou então foi má sorte: tanto faz. Vocês examinem pelo lado que quiserem.

Agora vamos falar rapidamente sobre o livro *O Rebelde Precoce*. É uma grande coisa que a gráfica Espírito Santo tenha trazido essa colaboração e já tem dado muitos e muitos livros de bons autores, cronistas capixabas. Mas há uns pontos às vezes pequenos, às vezes maiores (sobre os quais) que eu acho que devo falar. Por exemplo, na página 18 ele diz que não há nenhum registro que parentes, mesmo remotos, que tenha tido relação com a literatura e artes em geral, isto segundo o Jasson Tércio. Mas o pai dele (do José Carlos de Oliveira) que era um sargento músico, fez um dobrado que existe no arquivo da banda de música da policia militar. Então há uma relação de artes nisso. Agora na páginas 18 ele disse que foi morar no morro do São Francisco - naquele tempo a parte de cá, a encosta de cá, era chamada de morro do quartel. Morro do São Francisco era a parte onde está até hoje o Convento de São Francisco. Internaram José Carlos e Shirley no orfanato Cristo Rei - eu tenho impressão (de que

aqui) é só uma dúvida que eu tenho. Creio que na época o Cristo Rei só internava homens, a não ser que fosse uma menina muito pequena; não sei, talvez depois haja esclarecimento, mas as meninas eram internadas no Orfanato Santa Luzia, que era no alto de Santa Clara e que depois passou para onde hoje é a Emescam. Aliás (onde hoje é) a Emescam, a Santa Casa se apropriou do imóvel, que era o Orfanato Santa Luzia. Depois, na página 24, falamos sobre Convento da Penha: ele disse que se corria por uma trilha - não era uma trilha até hoje está lá uma ladeira calçada com pedras. Na páginas 25 ele fala que havia um homem alto e magro na pensão de dona Maria Oliveira - eu desconfio, e talvez Clementino possa me ajudar nisso, eu desconfio que era João Calazans, porque foi abrindo a porta que ele olhou e viu os livros que João Calazans deixou quando fugiu daqui numa das muitas fugas que ele fez do Espírito Santo e Belo Horizonte, de Recife e de toda a parte por onde andou. Agora, (também) na página 25 ele diz assim: “O país ainda vivia sob a ditadura do Estado Novo”, falando sobre a fundação da Folha Capixaba. A Folha Capixaba foi fundada exatamente quando o Estado Novo caiu, em 45, e viveu até abril de 64, quando Clementino foi preso lá e chamaram os jornalistas. Mas não tinha sido fundado ainda no Estado Novo; A Folha Capixaba foi fundada depois do Estado Novo. Na página 33 ele fala das missas na Igreja de São Gonçalo. Eu tenho uma vaga impressão que na Igreja São Gonçalo não eram rezadas missas; deve ter sido na Catedral, que estava em obras. Em todo caso não é muito importante. Na página 34 ele fala de Ivan Borgo, José Carlos Monjardim Cavalcanti, pertencente à Academia Capixaba dos Novos. Ele não pertencera. Eugênio Sette, ele coloca como membro da academia, mas Eugênio era muito mais velho que os outros e era portanto sócio honorário, não era um sócio da academia. Agora um erro maior é o que diz: “As reuniões eram realizadas aos sábados à tarde, nunca à noite, na sede da Academia Espírito-santense de Letras”. Eram realizadas (e isto quem informa sou eu) no terceiro andar no antigo prédio da Tribuna na Praça Oito.

Mas ele disse que as reuniões eram na AEI, que funcionava num porão do Carlos Gomes. Ora, o Carlos Gomes nunca teve porão, era numa sala lateral onde a AEI funcionou durante muitos e muitos anos até que Naum Prado conseguiu do Chiquinho um terreno na esplanada e fez aquele prédio que hoje é o amor e a dor de cabeça de Frederico Teixeira Filho. Na página 39 ele fala no elegante Bairro Moscoso. Eu sempre ouvi falar no elegante Parque Moscoso, que sempre como se falou em Parque Moscoso - agora é uma coisinha bobá, mas que pode servir para uma revisão na segunda edição. Depois ele fala no Beco da Miséria e dá a impressão de que o Beco da Miséria era longe da Praça Costa Pereira, mas não era: o Beco da Miséria era o bequinho da Praça Costa Pereira ligando a Avenida Jerônimo Monteiro. A gente fica com a impressão que eram duas entidades, mas não era uma só. Ele dá Cacau como morador de Jucutuquara, eu apelo para Ivan Borgo, para dizer que Cacau morava na rua Graciano Neves. Cacau, José Carlos Monjardim Cavalcanti, nunca morou em Jucutuquara. Era filho de “seu” Cavalcante, cortador de café, que morava na Graciano Neves. Depois ele diz na página 42 que as meninas da escola normal desciam da Cidade Alta pela escadaria Maria Ortiz. Não, desciam pela escadaria Dona Bárbara Lindemberg, porque era o caminho natural que saía da escola normal, descia a escadaria e aí passava na Praça Oito. Na página 43 ele faz a transcrição de uma reportagem sobre as academias, mas está deslocado. Chamo a atenção para uma segunda revisão, não está no local próprio. Na página 46 ele cita que Ieda Maria Finamore, que tinha sido Miss Espírito Santo; mas não é Ieda, ele quer se referir a Dona Ida Venturi Finamore, mãe de Ieda, que gostava de escrever e tinha livros publicados. Lilha Fernandes morava em Mimoso do Sul e está como moradora em Vitória; Zuleica Brandão, eu não consegui identificar quem era, talvez Reinaldo possa me ajudar. Agora, na página 47 e 48 há um erro maior que precisa ser reexaminado, é quando ele fala no “affair” José Carlos - Guilherme dos Santos Neves. Ele dá a entender que Guilherme dos Santos Ne-

ves vetou a publicação da crônica de José Carlos. Muito pelo contrário, Guilherme dos Santos Neves foi um dos primeiros a mostrar a genialidade do José Carlos, a capacidade literária do José Carlos. Então ele disse que José Luiz, – Jô, José Luiz -.nesse tempo estava na Gazeta, não estava mais na Vida Capixaba. A Vida Capixaba tinha sido entregue por Manoel Alves Pimenta a quatro cavaleiros do apocalipse: Eurípides, Eugênio, Guilherme e Renato, nós e que estávamos tomando conta da Vida Capixaba, e através da nossa direção José Carlos publicou a meu pedido. Ele cita ali “Renato as crônicas vai não sei o que ...”. Está aí no livro e então eu acho que isso é um dos pontos críticos da versão que o Jasson Tércio dá. Depois ele fala das catraias que atravessava a baía. Não, embora os remadores fossem chamados catraieiros, os barcos foram sempre chamados de botes, pelo menos que eu me lembre há setenta e cinco anos. Agora chega do Jasson. Não tem nada de errado, eu acho que (Jasson) foi de grande valor o jornalista ter se debruçado sobre a obra de um capixaba tão ilustre, e ainda por cima está comentado que editoras nacionais republicuem esta obra, publiquem novos livros, de modo que nós somos devedores a Jasson Tércio. Essas coisinhas eu até vou deixar com Reinaldo, que é o representante do núcleo, o que poderão eventualmente servir para corrigir pequenos sermões. Não estou criticando, dizendo que a introdução é uma porcaria. Agora nossa homenagem é a quem tornou possível isto, inclusive o próprio Reinaldo no computador com carinho aqui digitando as crônicas.

Então minha gente eu acho que foi muito bom ter sido convocado para esta mesa redonda. Foi bom o Instituto ter apoiado, porque realmente (José Carlos de Oliveira) é uma figura que deve ser sempre lembrada. Passo a palavra agora para Ivan Borgo.

O Presidente passou a palavra ao Professor IVAN BORG:

“Quando o conheci, em Jucutuquara, no final dos anos quarenta, ele era ainda bem menino. Nesse dia, passei por sua casa, na Praça

Asdrúbal Soares, acompanhando um amigo, o Fernando Tristão Fernandes, que era sobrinho da mãe de José Carlos. Logo assim que entramos, me impressionou muito a vivacidade daquele garoto que falava como gente grande. Em nossa conversa perguntou-me se eu não tinha um certo livro. Com a resposta afirmativa veio o pedido de empréstimo e, na manhã do dia seguinte, bem cedo, lá estava ele batendo palmas no portão de minha casa para pegar o livro prometido.

Depois disso, só ouvi falar de José Carlos Oliveira quando começou a escrever para jornais da cidade. Fiz coro, com todo mundo, quanto ao talento do escritor que surgia. Nos primeiros tempos de sua ida para o Rio passamos a nos corresponder. É de janeiro de 1957 uma carta com trechos assim: “Escrevo de uma redação, pátria forçada...Literatura: parada; tudo o que tenho escrito (e escrevi) me entristece. Não por mal escrito, não por mentiroso, não por sem brilho; é que não sei ainda bem o que quero...Ah, Ivan, alguém pode viver tranquilo quando passa entre alas de baionetas? Tudo me fere, sangro, agonizo, ergo-me e continuo; digo-me : tenho que chegar com esta cruz até o cimo daquele monte... Você sabe, sou duro na queda.” Ele realmente era “duro na queda”. Tanto que, apesar de todas essas dúvidas e sofrimentos, em 1999, no prefácio do livro que Jason Tércio escreveu sobre ele, Carlos Heitor Cony disse: “Sua obra, mesmo aquela mais contaminada pela vulgaridade do dia-a-dia, foi definida por ele mesmo como o *urro da caverna cravejada de avatares*. O texto de Carlinhos Oliveira, seja ele qual for, é um contexto de si mesmo. Neste particular, não tenho nenhuma hesitação em considerá-lo o escritor mais autêntico de nosso tempo, a despeito de lhe faltar um livro específico que justifique a classificação. Lida concomitantemente com sua vida, apesar de esparsa e fragmentada, pode ser encarada como o maior romance contemporâneo.”

No seu retorno a Vitória, em 1986, retomamos nossos encontros. É dessa época também um jantar, no Rio, no restaurante Antonio's. Ali

pude perceber o quanto nosso conterrâneo era admirado e querido por nomes importantes da vida carioca. Lembro-me que, nesse jantar, Zé Carlos se derramava em recordações de nosso cine Trianon, de Jucutuquara, especializado em filmes europeus. Um ícone de nossa adolescência, por tudo que representou na formação intelectual de uma mocidade que, ilhada em Vitória, apenas sonhava com a Universidade e com melhores oportunidades de conhecer as coisas do mundo. O Trianon foi um pouco a nossa Universidade. Até então, estávamos presos à fórmula de certo cinema americano que talvez para esconder a fealdade dos tempos da guerra, nos mostrava sempre um mundo cor-de-rosa e finais felizes obrigatórios. O Trianon do pós-guerra nos avisou que o tempo dos heróis e dos bandidos, o tempo do maniqueísmo, havia terminado (a Guerra Fria, em embrião, era apenas uma ameaça virtual) Agora era o momento das pessoas de carne e osso do neo-realismo italiano, dos boas-vidas felinianos com problemas iguais aos nossos. O momento do cinema francês com as atuações sofisticadas de atores do naipe de Louis Jouvet, Gérard Philipe e atrizes como Suzy Delair, ou as peninsulares Silvanas Mangano e Pampanini que atiçavam a imaginação dos adolescentes. Ao invés dos sombrios noticiários de guerra, as charmosas “Atualidades francesas”, cheias de imagens de uma bela Paris reconquistada, seus desfiles de miss, uma espécie de borracha no triste passado recente. O Trianon foi isso e bem mais. Claro que não estou reproduzindo aqui palavras de José Carlos mas estou certo de interpretar, com minhas próprias impressões, seu discurso inflamado de exaltação de nosso cinema de Jucutuquara. A ponto de um dos ouvintes, um cineasta, dizer que a cidade devia erguer uma estátua ao fundador do Trianon.

Estas são algumas recordações que trago aqui nesta tão oportuna mesa-redonda que marca o lançamento de sua obra de mocidade, esparsa em jornais e que, em boa hora, foi reunida nesse volume da coleção de crônicas da Gráfica Espírito Santo em convênio com a Ufes.

Muito obrigado.”

Finalmente, para fechar com chave de ouro vamos ouvir Luiz Guilherme Santos Neves.

Leitura de Luiz Guilherme Santos Neves:

CRÔNICA DE UMA CIDADE RENUNCIADA

Luiz Guilherme Santos Neves

“A crônica nasceu histórica e se tornou literária. Mas na verdade, nunca perdeu suas raízes primordiais.

Como gênero literário em que se converteu prima pela abordagem do efêmero no dia-a-dia das sociedades, em textos econômicos, leves, de leitura fácil e ligeira. Dentro desta linha e desta estrutura, derramou-se sobre a história cotidiana captando o consciente e o inconsciente da mente de uma coletividade.

As crônicas que José Carlos Oliveira produziu em série quando iniciava suas atividades de jornalista na cidade natal, de 1951 a 1952, hoje selecionadas e reunidas no livro *O Rebelde Precoce*, coordenado pelo jornalista Jason Tércio, são um bom exemplo do viés histórico que aquele gênero literário pode apresentar, com valor de retrovisor dos tempos.

Nesses textos do cronista, quase sempre marcados pelo seu estilo nervoso e sarcástico, mas também emotivo, a cidade de Vitória transparece como um cenário marítimo, de feições ainda nitidamente provincianas, sem chegar sequer a se anunciar como o grande centro urbano em que se transformaria (ou se transfiguraria) nas décadas seguintes.

Vitória tinha então 50.000 habitantes. Esta população se distribuía pelo centro da cidade, entre a Vila Rubim e a Capixaba, e os bairros de Santo Antônio (com ligeira inflexão na ilha das Caieiras), Jucutuquara, e mais as praias do Suá, Santa Helena e Comprida (não se falava em Praia do Canto). Bairros hoje populosos como Maruípe e Camburi eram praticamente desabitados, com matas de sesmarias beirando o civilizado mundinho vitoriense.

O meio de transporte mais usado pela população era o bonde, de custo módico e com a virtude de colocar em contato direto os bairros que acabamos de citar.

Estudantes transitavam nos dias úteis pelo centro da cidade, inclusive os que atravessavam a baía de bote ou de lanchas, vindos de Vila Velha para as aulas dos colégios de ensino médio da Capital. Comerciantes, bancários, funcionários públicos, empregados da Vale do Rio Doce, compunham o grosso de uma população que vivia a pacatez honrada do seu bonheur capixaba.

Praias, cinemas (em sessão única ou dupla), e circuladas na praça Costa Pereira, à noite, antes das sessões do Carlos Gomes e do Glória, faziam parte do lazer de todos nós, havendo ainda para o masculino público os jogos de futebol aos domingos no Estádio Governador Bley, em Jucutuquara, ao qual se podia ir a pé, do centro de Vitória, mas que ninguém ia porque bonde não faltava e o capixaba achava longe andar sobre as próprias pernas mais de três quilômetros.

No centro da cidade, poucos restaurantes porque não se tinha o hábito de comer fora de casa; e alguns cafés, porque já se tinha hábito de saborear o cafezinho em pé (Café do Almeidinha, na praça Oito) ou sentado, no Café Avenida (na Costa Pereira), além do não menos divulgado hábito de se tomar cerveja e, vez que outra, um chope. À noite, sem televisão, mas com os programas radiofônicos das rádios Tupi, Tamoio, Marink Veiga e, sobretudo, Rádio Nacional, a gente capixaba recolhia-se domesticamente cedo ao poleiro de suas residências.

Ruas e avenidas da cidade tinham pouco trânsito de veículos particulares (eram carros europeus e americanos) e de carros de praça, como se dizia, estes com ponto fixo na Costa Pereira e na Praça Oito. Ser atropelado por um desses veículos era um escândalo público.

Os primeiros ônibus começavam a trafegar em direção a Jucutuquara e Praia Comprida, e os maiores deles eram chamados de gostosões. Órgãos de imprensa havia. A revista *Vida Capixaba*, de tiragem mensal mas infalível; e jornais como *A Gazeta*, a *Tribuna* e *Folha do Povo*, para onde Zé Carlos se transferiu com direito à re-

muneração, já que na *Vida* e em *A Tribuna* trabalhava a leite de pato, segundo informação de Renato Pacheco.

Ser cronista de jornal em Vitória, nessa época, era tirar leite de pedra. E Zé Carlos tirou. A rigor, tirou leite de paralelepípedo, de que era a cidade calçada. Em uma dessas crônicas escreveu: “um cronista tem que procurar assunto em tudo. Se uma questão está em dia, deve abordá-la.”

Pois é graças a essa abordagem sobre tudo e sobre nada, feita pelo cronista, que podemos colher um mosaico de fragmentos da cidade de Vitória, a que se pode hoje atribuir valor de informação sobre o nosso cotidiano histórico.

O que daí resulta é uma verdadeira *crônica da cidade renunciada* antes de Zé Carlos deixá-la, batendo asas para o Rio de Janeiro.

Eis uma pequena mostra desses fragmentos em catança nos textos ora republicados:

“Estava eu na Praça Costa Pereira, esperando o bonde. Eram cinco horas da tarde, e o ponto estava cheio de estudantes e funcionários das mais diversas modalidades de serviço. (...) Foi quando o altofalante lançou no ar a belíssima melodia de Valdir Azevedo. / A Rua Gama Rosa nos leva ao passado, nos faz recordar os tempos perdidos do passado com aquele cheiro de folclore, com aquela poesia das cantigas de roda. (...) Depois, dirigir-se à Praça Costa Pereira, chocar-se com o presente, voltar bruscamente ao Hoje, desviar-se de um conversível, tropeçar com uma mocinha de meias nylon, cumprimentar um amigo que masca chicletes e usa óculos ray-ban. Ver um garoto lendo gibi, um adolescente assoviando um swing, uma normalista bebendo coca-cola. Depois sentar no banco de um gostosão e dirigir-se para casa. / Um rádio longínquo toca “Serenata ao luar” (...) Crianças brincam de roda, a cirandinha invade a redação... (...) ... Um bonde estremece o assoalho. / Nossa mesa, no Avenida, fica encostada à parede, ao lado da charutaria. / Bem, vou embora, que o frio é muito,

a falta de assunto pior...[naquele tempo fazia frio em Vitória] / Os bondes passam com as cortinas abaixadas, pouca gente nos estribos. (...) Sou o único homem nesta cidade de Vitória do Espírito Santo, às onze horas da noite. / Já estão chegando os visitantes para o nosso aniversário [alusão às comemorações do 4º centenário de fundação de Vitória]. Os trens da semana passada chegaram cheios de turistas. / A máquina [o cronista se refere a um automóvel] veio dos Estados Unidos. Olhemos os que passam: três automóveis, uma normalista de olhos tristemente azuis, um bonde, um cachorro vira-latas e um vereador, para estragar a paisagem. / Vitória é uma cidade sem novidades. Os bondes daqui nunca saem da linha, os desiludidos do amor nunca se suicidam, não desabam tempestades ou pragas sobre os homens e as casas, nada acontece que seja digno de nota. Não acontecem crimes tenebrosos, os políticos não são tão sujos como os do resto do mundo - seja dita a verdade, senhores vereadores -, os operários não fazem greve, tudo é calmo, melancolicamente calmo, enervantemente calmo. O sol sempre vem à mesma hora, as mulheres sempre passeiam à mesma hora, os cinemas sempre começam à mesma hora, tudo está certo nesta cidade. Eta cidade chata!... (...) E pensar que Deus teve tanto trabalho para fazer o Penedo, para ninguém pular lá de cima. / O bonde parou no desvio à altura do Saldanha, e fico a olhar um homem que quebra pedras. / J. Carlos, que dizem ser eu, mas que peço para ninguém acreditar, comenta o filme do Glória. (...) Onde já se viu dizer que Esther Williams é uma artista medíocre? / O leitor percorre a sétima página avidamente, onde Luís Monteiro comenta o último clássico da cidade, em que o Rio Branco saiu vencedor. / O leitor desce do bonde, chega no mercado, compra um quilo e meio de carne (em Vitória ainda se encontra um quilo e meio de carne). / Tarde ensolarada de Domingo. Pessoas vindo da matinê, pessoas indo para a Exposição, pessoas indo não sei para onde; todos de roupa nova, todos despreocupados; famílias de funcionários públicos, compostas de pai, da mãe, de quinze filhos e uma cozinheira, comendo pipocas e passe-

ando. Rapazes despreocupados, casais de namorados, inspetores de veículos. Vitrines abertas e comércio fechado. Um sujeito cretinamente imbecil diria: “Eis um Domingo como qualquer outro”: pela manhã, missa e praia; galinha e macarrão no almoço, provavelmente cerveja; à tarde, matinê, rádio e futebol; à noite, passeios pela praça. (...) Fui à farmácia de plantão comprar uma escova de dentes. / Minha condução diária é o bonde e só tomo o ônibus quando Ataré está por perto e pode pagar minha passagem.(...) Gasto meu dinheiro em poucas coisas: cerveja, cinzano e jogo do bicho. / No bonde de Jucutuquara só viajam conhecidos, os quais formam uma grande família: a Família Bonde de Jucutuquara. / Quero descrever, isso sim, a capixaba, essa coisa inquietante que roda na Praça, dança no Saldanha e não perde uma matinê do Glória. (...) O namoro da capixaba não é muito bom: a mamãe sempre está por perto, não pode ouvir o som de beijo que faz logo um escândalo dos diabos, exige reparação do erro, chama o Juiz e o Sacerdote. / A Praça da Independência, que não é da Independência, é Costa Pereira (não sei quem é esse cara). Vitória não passa dessa praça. O resto é subúrbio. É nessa praça que a gente pega os bondes de todos os bairros: Jucutuquara - Praia Comprida - Praia de Santa Helena - Praia do Canto - Praia do Suá - Forte - Santo Antônio - Maruípe ... (...) Maruípe não tem bonde nem poste de luz. Mas tem o Sanatório (...) Santo Antônio para mim é um bonde e um cemitério. (...) Ilha do Príncipe, minha ilha do Princepezinha! (nas noites de amor a prostituta passa a navalha no malandro). (...) Caratoíra: casas subindo o morro que faz gosto, samba descendo o morro na voz nostálgica e arrepiante dos mulatos. (...) Acabaram os bairros. Portanto, acabou a crônica. / E acabaram também as minhas citações de José Carlos.

Que são apenas exemplos desse quadro vivo que ele nos deixou da cidade morta de Vitória, no ano da graça de 1951, quando fez 400 anos de fundação. Daí a mais ou menos trinta anos, a cidade seria outra.

Foi nessa outra cidade que Zé Carlos morreu, como escritor residente a serviço na Universidade Federal do Espírito Santo. Mas, sobre esta outra cidade, o cronista não cronicou. Ou seja: não temos a história do cotidiano de Vitória visto através das lentes perspicazes de quem fez registro histórico sem a menor intenção de fazer registro histórico.

E se ele estivesse presente aqui neste auditório, onde pela idade poderia estar, possivelmente ao ouvir a observação que acabo de fazer, transformando-o em historiador involuntário, certamente não a deixaria passar impune.

Por muito menos, simplesmente porque meu pai um dia deu-lhe um conselho de editor de plantão da revista *Vida Capichaba*, dado, e isso eu posso afiançar, pelo muito bem que dedicava ao jovem cronista, para que ele evitasse abusar da bebida em suas crônicas, mereceu a resposta de uma gozação em dó maior, apontada como a última colaboração de Zé Carlos na revista.

Que pode ter sido a última, pode, mas não porque lhe tivesse sido tolhida a freqüência àquelas páginas pelo motivo mal interpretado, até porque nunca teve o conselheiro improvisado o vezo da censura a quem quer que fosse, sobretudo pelo motivo indicado. Seria, aliás, uma atitude incompatível com quem religiosamente dava-se o prazer de saborear todo santo dia uma batida de limão preparada por mãos domésticas, antes do almoço de cada dia.

Feito este reparo como nota de pé de crônica, nada mais a dizer.

Texto lido no dia 10 de março de 2004, na mesa redonda sobre o escritor José Carlos Oliveira ao ensejo do lançamento do seu livro de crônicas *O Rebelde Precoce*, realizada no IHGES com a participação de Reinaldo Santos Neves, Sergio Blank, Renato Pacheco e Ivan Borgo.

NOTA DO EDITOR: Apelamos para a compreensão do leitor no sentido de que nem sempre foi possível converter adequadamente a linguagem coloquial em linguagem literária. Mantivemos o original da gravação.

**CONFERÊNCIA DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE
DE MINAS GERAIS,
DR. JOSÉ CARLOS DE CARVALHO,
REALIZADA EM 02/06/2004,
NO AUDITÓRIO DA REDE GAZETA.**

José Carlos de Carvalho
Secretário de Meio Ambiente de M.G.
Associado correspondente do IHGES

Eu gostaria de saudar as autoridades da Mesa nas pessoas que compõem a Mesa, à professora Lea Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Secretária Maria da Glória Barros, cuja presença aqui também honra a realização desse evento. Quero saudar os associados e associadas do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, amigos e companheiros de longa data que estão aqui, com os quais compartilhei alguns momentos da minha carreira, importantes jornadas de trabalho e por fim dizer que é uma honra para mim o convite que recebi do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo para abordar a temática do meio ambiente, exatamente no período que coincide com as comemorações da semana alusiva ao meio ambiente que estamos celebrando, cujo dia é 5 de junho próximo, Dia Mundial consagrado ao debate e às discussões dos problemas ambientais.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para realizar uma reflexão a respeito desse tema, procurando situá-la no contexto histórico e geográfico para ficar, tanto quanto possível, em sintonia com o pensamento daqueles que estão aqui e que integram os quadros do Instituto, até porque sem entender as razões históricas dos

diversos movimentos da humanidade, nós seguramente teremos dificuldade para entender os desdobramentos políticos, culturais e sociais desses eventos ao longo do tempo e imaginei iniciar esta reflexão falando da origem do nome do nosso país e aí nós vamos para um contexto histórico que nos parece extremamente relevante.

O Brasil é a única nação do mundo que tem nome de árvore por razões históricas conhecidas que é absolutamente desnecessário aqui mencionar. Então nós temos na gênese da nossa formação como nação o nome que herdamos ainda no período colonial, o nome que foi emprestado por uma árvore, o pau Brasil, que serviu como primeiro ciclo inclusive da nossa economia, da economia colonial daquele tempo. E embora o Brasil tenha nome de árvore, embora o pau Brasil esteja ligado de uma maneira muito estreita e visceral à nossa história, mesmo dando nome ao nosso país, o pau Brasil é hoje uma espécie que está na lista de espécies da flora ameaçada de extinção. Então esta é uma questão que eu gostaria de introduzir para que nós pudessemos fazer algumas reflexões a respeito das questões de meio ambiente no contexto histórico da formação histórica brasileira.

(Foi mencionado aqui) o título da palestra que eu tive oportunidade de proferir em setembro do ano passado no 12º Congresso Florestal Mundial, realizado em Quebec, Canadá. Naquela oportunidade fomos solicitado a fazer uma reflexão a respeito das questões relacionadas à pobreza e recursos florestais, recursos naturais e pobreza porque também nessa concepção, embora possa parecer dicotômica, nós vamos perceber, examinando a História, não só do Brasil, mas de outras nações, que o motor que promove a degradação ambiental é o mesmo que promove a exclusão social. Há uma estreita conexão entre as forças que, combinadas, promovem a degradação ambiental e ao mesmo tempo social e com isto não podemos aceitar a tese de que a degradação do meio ambiente e a exclusão social sejam um determinismo da História. Não é. A História não projeta os erros do passado quando as gerações do presente têm capacidade de se mobilizar para mudar os seus rumos e o curso dos

acontecimentos. E é, no meu entendimento, isto que nós vislumbramos nessa virada de milênio, particularmente em nações emergentes como o Brasil que ainda tem um extraordinário ativo ambiental e que, por isso, tem também uma responsabilidade adicional em relação à gestão deste patrimônio. Embora tenha acumulado grandes passivos ambientais no passado, decorrentes dos uso desordenado do solo, ocupação desordenada do território, da degradação das bacias hidrográficas, principalmente no sul e no sudeste, o Brasil ainda é hoje uma das nações com maior ativo ambiental no planeta. Isto nos dá uma situação especial porque no Brasil nós temos em torno de 14% da água doce disponível em todo o planeta, temos o maior patrimônio de biodiversidade do mundo, a maior reserva de floresta tropical do mundo, temos 8.000 quilômetros de litoral e isto, evidentemente, representa um ativo ambiental extraordinário. Então é fundamental entender que as políticas ambientais brasileiras, sobretudo, têm de combinar dois aspectos fundamentais: numa vertente, temos que trabalhar com a recuperação dos passivos ambientais que foram acumulados no passado e numa outra vertente, fazer a melhor gestão dos nossos ativos ambientais de tal maneira que seja possível extrair benefícios econômicos e sociais da utilização desses recursos para melhorar os padrões de qualidade de vida da sociedade brasileira e ao mesmo tempo proteger o meio ambiente porque é uma incoerência imaginar boa qualidade de vida sem boa qualidade do meio ambiente.

Então, essas são questões e esses são os desafios que devem nortear o debate dessas questões no nosso país. Infelizmente, o passivo que acumulamos no passado nos dá hoje uma situação absolutamente difícil em algumas regiões. Estamos aqui no Espírito Santo, que é um Estado praticamente com todo o seu território inserido no domínio da mata atlântica e todos sabemos o que aconteceu com a mata atlântica ao longo de três séculos de ocupação territorial, até porque coincide com a região brasileira de ocupação mais intensa e mais antiga, porque a ocupação se deu prioritariamente na costa, principalmente na costa do sudeste do Brasil e do sul onde o avanço da ocupação

do território foi mais acentuado. Então temos hoje a mata atlântica reduzida a menos de 10% da sua cobertura original e foi nesse contexto que o pau Brasil, que é uma espécie da mata atlântica específica, também chegou ao ponto de hoje estar freqüentando as listas das nossas espécies ameaçadas da flora.

É evidente que, se no passado, essas questões ocorreram por desinformação ou mesmo por uma necessidade imperiosa de promover a ocupação do território, não podemos imaginar e muito menos aceitar que os procedimentos do passado ainda seja aqueles mais adequados para promover as medidas necessárias ao desenvolvimento do presente. Isto nos remete a uma avaliação que eu considero intrinsecamente relacionada com aquilo que nós fizemos no Brasil nos últimos três séculos, considerando principalmente que a ocupação mais forte do território se deu nos últimos trezentos anos. Está inteiramente associada à maneira como concebemos na civilização ocidental as diversas etapas e ciclos de crescimento e desenvolvimento.

Ao longo dessa história eu gosto sempre de mencionar que nós construímos na civilização ocidental, sobretudo, dois grandes mitos que afetam diretamente as opções que as sociedades nacionais, tanto no plano nacional como no internacional têm adotado na sua relação com a natureza e com o meio ambiente: um desses mitos e o da inesgotabilidade dos recursos naturais - basta recorrer à História que vamos perceber isto com extraordinária clareza. Criamos o o mito da inesgotabilidade dos recursos naturais e esse mito é tanto mais acentuado em países de dimensão continental como o Brasil e com abundância desses recursos como nosso país. Os nossos antepassados que se dedicaram a substituir a mata atlântica por outros usos e eu me situo entre aqueles capixabas descendentes de italianos que chegaram no fim do século XIX para promover a ocupação territorial em substituição ao trabalho escravo eles obviamente não podiam imaginar diante da extraordinária extensão territorial e da abundância de recursos que qualquer iniciativa naquela época pudesse produzir os resultados que temos hoje. Isso vale para o uso de qualquer outro recurso natural:

vale para as florestas, vale para a água, vale para os solos, que nós temos perdido em fertilidade do solo uma quantia extraordinária de riqueza neste país e vale também para a fauna que depende desses outros três recursos para sobreviver. Não existe fauna abundante sem floresta, água e solo com território-capacidade para o seu desenvolvimento. E a novidade que eu acho que podemos destacar é que dois mil anos depois, na virada desse terceiro milênio, a gente nota que as sociedades estão mudando e mudando rapidamente sua percepção a respeito desses problemas.

Em 1972 houve a primeira grande reunião de chefes de estado, em Estocolmo, para tratar da questão do meio ambiente e do desenvolvimento. Há pouco mais de trinta anos a questão ambiental foi colocada pela primeira vez como um tema central nos debates das políticas públicas tanto em nível nacional quanto internacional. Um pouco antes disso, a palavra meio ambiente era sequer dicionarizada, não existindo com o conceito que nós entendemos hoje porque o que tinha era natureza, flora, fauna e uma série de outros conceitos como recursos naturais, renováveis, não renováveis, etc..

A minha geração, para cá, que entrou na Universidade em 1971, começou a ter uma compreensão diferente dessas questões e essa nova percepção, no meu entendimento, vai alterando esse mito, até porque na medida em que somos colocados diante de realidades absolutamente opostas aos nossos antepassados.

Os nossos antepassados chegaram para conquistar um território, na maioria de mata atlântica, e hoje esse território tem menos de 10% da cobertura florestal daquele período. Até pelo fato de termos em nosso território 14% da água doce disponível no planeta, também começamos a nos dar conta que o recurso água é também um recurso escasso.

Nesse contexto vamos fazendo uma outra descoberta fundamental para as mudanças que estão em curso e que, no meu entendimento, irão se acentuar num futuro próximo. Nessa avaliação, vamos considerar um outro dado que pedimos emprestado à Geografia – por

isto que estou aqui tentando me balizar por esses dois parâmetros – que está relacionado à questão demográfica e que é uma questão fundamental: até o ano de 1700.

Mais ou menos em algum momento do século XVIII, o mundo atingiu o primeiro bilhão de pessoas. Então, levamos 1700 anos da era cristã, mais provavelmente entre 3 e 5 mil anos para trás, quando as sociedades estavam se organizando, levando-nos a dizer que levamos e em torno de 5000 anos para atingirmos um bilhão de pessoas. Pois bem, nos últimos trezentos anos passamos de 1 para 6 bilhões.

São estas as questões que temos de considerar no debate das questões de meio ambiente. Não podemos entender mais o debate de meio ambiente com debate como se fossem coisas supérfluas, periféricas, marginais, preocupações de sonhadores deslocados em um mundo em franca explosão tecnológica, porque não é. Estamos diante de questões cruciais para o futuro da humanidade. Nós, que há trezentos anos chegamos a 1 bilhão de habitantes, em três séculos setuplicamos o número de habitantes. E mais obviamente, mais que setuplicamos o consumo de bens e serviços que dependem de recursos da natureza. Por que? Porque os padrões de produção e consumo, que é outro tema que eu considero crucial, foram estabelecidos ao longo da história por conta dessa formação histórica que mencionamos: o conceito da inesgotabilidade, o conceito de que nada poderá faltar diante de tanta abundância.

Ao construirmos esse mito de inesgotabilidade da natureza fomos também construindo na economia global padrões de produção e consumo que hoje se revelam absolutamente insustentáveis. Estudos mais recentes, levando em conta o consumo médio de mais de 6 bilhões de pessoas, indicam que já estamos próximos - dependendo da corrente que tem se dedicado ao exame desse assunto - do potencial de consumo de todos os recursos naturais existentes no planeta. E, aí vem a questão que acho fundamental: como 2/3 da população mundial vive próximo da miséria, sendo natural que aspirem melhores padrões de bem estar, que significa mais consumo, porque levando em conta os

parâmetros, os paradigmas de bem estar com os quais vivemos na sociedade moderna, se incluirmos esses dois terços, e raciocinando por absurdo, entendermos que se queremos dar, se queremos um bem estar extraordinário, pois gostaríamos que todo cidadão do mundo tivesse o mesmo padrão de bem estar que o cidadão dos Estados Unidos da América, isto significa ter quatro carros na garagem e toda a infinidade dos índices de desenvolvimento humano e bem estar da sociedade norte-americana.

Já vivemos hoje um problema crucial decorrente desse cenário que estou mencionando, sobretudo dos padrões de produção e consumo que é as mudanças climáticas decorrentes do efeito estufa provocado por gases que são lançados na atmosfera sobretudo por veículos, por queima de combustíveis fósseis. Então, vamos imaginar que tenhamos os seis bilhões hoje de pessoas no mundo com o padrão de vida norte-americano, inclusive usando veículo, queimando combustível, usando gasolina, etc. Dá para avaliar as conseqüências desse processo para a mudança de clima que é hoje, sobretudo para as pessoas da nossa geração, aqueles que como eu já passaram a primeira metade, de perceber que temos uma mudança de clima que não depende mais de ler dos estudiosos - ela é visível, é perceptível.

A mudança de clima hoje não depende mais de estudo de especialistas; ela está visível. A única pessoa no mundo que não percebe isto é o Presidente Bush. Para mim deve ser o único, que ao insistir em não ratificar o protocolo de Kioto e adotar uma série de providências é uma das poucas pessoas no mundo que ainda não percebeu que temos mudanças sérias de clima e que serão muito acentuadas se mantivermos os padrões de produção e consumo nos níveis e com a qualidade de hoje.

Não entendo, definitivamente, que com isto estou pregando que tenhamos que fazer um retorno à caverna para que o mundo possa ser uma maravilha. Nada se trata disto. Nada disto! Precisamos encontrar padrões de produção e consumo sustentáveis. Esse é o desafio. Padrões de produção e consumo sustentáveis que possam ser suportados por uma oferta sustentável de bens e serviços extraídos da natureza.

O que significa isto? Uma coisa óbvia mas que, apesar da obviedade, não é normalmente observada. Precisamos de que a utilização dos recursos naturais observe o princípio fundamental da capacidade de regeneração da natureza. Basta observar a capacidade de regeneração da natureza, de continuar produzindo bem. E para isto, temos hoje um estoque de conhecimentos, cursos profissionalizantes, cursos superiores dedicados à gestão de recursos naturais, biologia, engenharia florestal, agronomia, enfim, temos um conjunto de profissionais que vêm sendo formados nos últimos quarenta ou cinquenta anos pra cá que têm capacidade de começar a intervir nesse cenário, nesse mecanismo para que possamos chegar a padrões de produção e consumo sustentáveis.

O que deriva desse falso conceito da inesgotabilidade de recursos da natureza? Além da questão histórica da colonização, por termos sido colonizados por uma metrópole cujo principal objetivo era extrair riquezas naturais para o benefício da Coroa, da Europa, diante de tudo aquilo que sabemos da formação histórica brasileira, essa formação histórica tem desdobramentos na formação da nossa cultura, porque normalmente a cultura de um povo pode ser condicionada pela escassez ou pela abundância de recursos naturais. É assim no mundo. Nas regiões onde há escassez de água a cultura de uso da água é completamente diferente do cidadão que está na Amazônia onde tem a maior porção de água do mundo. Então isto tem desdobramento na cultura. Via de regra a escassez condiciona cultura de austeridade na relação de bens e serviços na relação com a natureza e a abundancia cria uma cultura de desperdício que é exatamente a cultura brasileira.

Diante dessa percepção equivocada de que vivíamos em mundo de recursos infinitos criamos uma cultura de desperdício, uma cultura perdulária, na nossa relação com a natureza. Isto vale para tudo, inclusive para a água.

Se formos avaliar o que é o consumo de água no mundo, aquilo que fazemos no Brasil e é sempre bom citar o exemplo da crise energética que tivemos há três anos, crise energética que tam-

bém pode ser entendida como crise ambiental. Como a nossa matriz energética é fundamentalmente baseada em energia hidráulica, naquele momento a crise energética decorreu de um processo de esvaziamento dos reservatórios, porque tivemos um período de 7 ou 8 anos de pouca chuva além de problemas de planejamento governamental – não vamos aqui tapar o sol com a peneira - houve problema de planejamento governamental, mas que foram agravados por uma escassez de água.

Então, quando enfrentamos o problemas da crise de energia estávamos num quadro brasileiro de escassez de água. E quando tivemos que reduzir o consumo de energia nas nossas casas, na verdade, ainda que de maneira não muito clara, pela primeira a sociedade brasileira foi colocada diante da escassez de um recurso da natureza.

Então, naquele momento nosso conceito de abundância sofreu uma inflexão, porque na hora que não tivemos condição de acender todas as luzes da nossa casa, de botar para funcionar todos os nossos equipamentos, era porque não tínhamos uma oferta suficiente de energia e não tínhamos porque estava faltando água nos reservatórios. Assim, pela primeira vez fomos colocados diante da escassez de um recurso natural. Talvez naquele momento tenhamos vivido um momento cívico extraordinário da vida brasileira, porque a população aderiu às medidas de economia de energia; podia ter cometido um processo coletivo de desobediência civil, não aderindo e se não aderisse teríamos tido apagões fenomenais, mas a sociedade brasileira teve um momento extraordinário – aderiu inteiramente.

O que eu gostaria de citar como elemento auspicioso desse momento: diante da escassez de água que promovia a falta de energia, tivemos que lidar com a escassez e é um dado que gosto sempre de repetir, à exaustão: mesmo depois com os reservatórios todos cheios e a Medida Provisória determinava como suspensa a

economia de energia e a população toda pode consumir energia livremente, o consumo de energia no Brasil continuou sendo 15% menor. Por que? Por tivemos a oportunidade de fazer um exercício e descobrimos que usávamos perdulariamente pois não havia necessidade de termos um freezer na cozinha com dez por cento da sua capacidade ocupada, ligado vinte a trinta dias por mês; que não precisava acender todas as luzes de todas as dependências da casa e assim sucessivamente. Então, ali tivemos a oportunidade de descobrimos que vivemos (o brasileiro sobretudo) num país e num planeta de recursos finitos.

Ao mesmo tempo que colocamos em questionamento essa cultura perdulária na nossa relação com a natureza, também vamos fazendo, no meu entendimento, sobretudo as gerações mais jovens, as gerações mais novas, que um mundo com desenvolvimento material igual tem sido as nações emergentes, mas vai fazendo uma outra descoberta que considero extraordinária para a mudança de comportamento agora e no futuro próximo: que o desenvolvimento material, sem qualidade de vida produz uma falsa prosperidade. Não adianta ter um desenvolvimento material extraordinário se não há qualidade de vida; não adianta o filho estar navegando na Internet e não poder tomar banho no córrego que passa a dois quarteirões da sua rua porque corre mais risco de morrer poluído do que morrer afogado. O perigo hoje não é mais o medo de morrer, como a minha mãe tinha comigo, no córrego Cristal lá de Jerônimo Monteiro, o medo de morrer afogado desaparece porque hoje a possibilidade de morrer poluído hoje é muito maior. Então não adianta essa riqueza material enorme se você não tem qualidade de vida porque você acaba tendo uma prosperidade absolutamente falsa.

Então isto significa que nós estamos mudando a percepção e mudando rapidamente. Essa mudança de percepção vai fazer, no meu entendimento, a mudança verdadeira, porque a mudança verdadeira – mais uma vez vamos recorrer à História – primeiro, ainda que eu possa exagerar um pouco, nenhuma grande mudança da história ocorre sem

românticos e radicais. Nenhuma. Em alguma momento uma grande mudança mobiliza românticos e radicais. E talvez a História saiba como é, trata logo em seguida de deixar os radicais e os românticos fora do processo. Mas isto é uma questão fundamental. Então é preciso entender que as verdadeiras mudanças só ocorrem com mobilização e engajamento da sociedade. As verdadeiras mudanças só ocorrem com cidadania ativa. As verdadeiras mudanças não ocorrem porque um líder, um messiânico qualquer, acha que tenha capacidade de fazer as mudanças e que pode fazer mudanças com leis, com decretos, com todo o arsenal que possa ter disponível, porque não vai haver mudança.

A verdadeira mudança depende do engajamento das pessoas. E muitos dos problemas ambientais que nós temos só serão resolvidos com mudança de comportamento da sociedade e com a mudança de atitudes dos cidadãos. Ainda que os governos tenham que ser mais competentes, tenham que adotar políticas mais inteligentes de gestão, ainda que o setor privado possa investir mais, que haja mais investimentos das empresas para proteger o meio ambiente, parte da solução dos problemas ambientais depende de mudança de comportamento da sociedade e de uma mudança de atitude dos cidadãos, inclusive para influenciar as mudanças nos padrões de produção e consumo, que mencionamos, sem os quais não há, (aqui falta continuidade)

quer dizer, nos temos discussões que se a gente for avaliar, Minas Gerais particularmente, que é o Estado onde eu dediquei toda a minha vida profissional, tem um contencioso muito grande que é a mineração, que é uma atividade realmente poluidora, efetivamente poluidora, degrada o meio ambiente, embora já haja tecnologias suficientes hoje para ter uma mineração com razoável bom padrão de qualidade ambiental, é impossível fazer mineração sem mexer na natureza. Então se pode num primeiro momento entender-se o seguinte: para proteger o meio ambiente vamos acabar com a mineração. Só que hoje, com os padrões de produção e consumo que temos isto é irrealista, isto é uma utopia. Aqui mesmo na minha mão tem minério; neste auditório tem minério prá todo lado; onde vocês estão sentados

tem minério; na mesa tem minério; neste microfone, nesse computador é 60% é minério... E assim é a vida real.

Então, o que nós temos que fazer é fazer mudanças com o objetivo de buscar um padrão de consumo sustentável, que possa realmente atender às demandas de melhoria da qualidade de vida da população, sem criar uma pressão antrópica sobre os recursos da natureza que não possa ser suportado pela capacidade de regeneração dos recursos naturais, sobretudo dos recursos naturais renováveis.

Ainda com relação a mudança de comportamento, eu gosto sempre de mencionar a questão do lixo. Acabamos de refletir aqui um pouco a questão sobre o desperdício, da cultura perdulária. No Brasil, em média, si varia um pouco, mas muito pouco de um estado para o outro, de um município para outro, mas em média 60% do lixo no Brasil é lixo orgânico, vale dizer na sua quase totalidade sobra de comida, sobra de comida, num país que tem como o programa mas importante do atual governo um programa de fome zero, então nos vivemos essa dicotomia, isso tem haver com meio ambiente, isso tem haver com conservação e pobreza que é o tema que o Armando mencionou, porque nos temos um modelo de tal maneira organizado numa lógica equivocada que nos temos um grande programa para matar a fome de um contingente expressivo dos nossos compatriotas e ao mesmo tempo temos 60% do lixo brasileiro com matéria orgânica que praticamente em boa parte é sobra de comida, e não adianta, vem o outro momento também dessa questão conceitual da mudança de comportamento que eu menciono, por que nos cobramos da prefeitura a limpeza das ruas, isso é necessário isso é exercício da cidadania e hoje a tecnologia disponível para ter aterro sanitário de alto padrão tecnológico, usinas de reciclagem tudo aquilo que nos conhecemos que a tecnologia já oferece, mas não adianta, não adianta., absolutamente não adianta que a prefeitura tem um aterro sanitário com a melhor tecnologia disponível pra fazer a melhor disposição final do lixo, se as pessoas continuam jogando lixo nas ruas, essas são questões fundamentais que tem haver com o meio ambiente, não adianta, nós

temos um estudo de caso em Belo Horizonte para quem conhece Belo Horizonte a Avenida Paraná uma das principais avenidas populares de Belo Horizonte, a avenida Paraná tem que ser varrida seis vezes por dia, para ficar razoavelmente limpa, seis vezes e aí nos temos que encontrar a lógica certa o verdadeiro conceito porque o que é que é o verdadeiro conceito. O verdadeiro conceito de cidade limpa é cidade que a população não suja, cidade limpa não é só cidade que a prefeitura tem que varrer duas, três, ou quatro vezes por dia não, cidade limpa é cidade que a população não suja, esse é o verdadeiro conceito de cidade limpa, e isso tem tudo haver com meio ambiente. Com meio ambiente e com um conceito hoje derivado do meio ambiente mas amplo que é o conceito da sustentabilidade, porque além de degradar o meio ambiente não é sustentável, depois nós vamos reclamar que o IPTU está caro, mas um cidade que tem que varrer uma rua seis vezes ao dia quanto custa para o poder público municipal isso tem que estar embutido no IPTU, então não é sustentável, são recursos que podiam estar servindo a outro destinação mas voto do interesse da própria população então é nesse contexto que eu queria refletir com vocês sobre a questão do meio ambiente.

Também na história da civilização moderna há um outro mito que no meu entendimento ajudou a construir essa lógica desigual na relação com meio ambiente que é um mito na hegemonia do homem sobre a natureza. Nós somos habituado a um cultura antropocêntrica, de um predomínio de uma hegemonia do homem reforçada sobre tudo pela religiões monoteístas e que também é um conceito absolutamente equivocado porque o homem é apenas mas um elo na imensa cadeia da vida essa é a realidade, essa que é a realidade, nós não podemos esquecer que o homem adispeito de toda as tecnologias que estão ao seu dispor que avançaram nesse século passado de uma maneira extraordinária seguramente no século XX vai ser caracterizado como século da tecnologia mas a adispeito de todas as tecnologias seu dispor, o homem não consegue sobreviver sem os demais seres vivos sem o meio físico que o cerca, hora, se nos não somos capazes de

sobreviver sem os demais seres vivos e sem o meio físico que nos cerca, que hegemonia nós temos na nossa relação com a natureza, ao contrário um ser dotado de inteligência somos o que tem o maior potencial de destruição lamentavelmente é assim que temos agido mas também não há porque ser derrotista, porque ao mesmo tempo porque que é dotado de inteligência o homem é o único ser vivo com capacidade de refazer aquilo que foi mal feito e é esse novo homem que nós estamos começando a construir na medida que há uma mudança de percepção da sociedade na medida que todos começam a entender que a proteção do meio ambiente que extrapola as fronteiras do estado para situar-se no seio da sociedade e na esfera da cidadania essa e política ambiental que se começam a desenhar já hoje na maioria dos países e seguramente e esse a política ambiental que vai se consolidar neste século que nos estamos começando porque se o século XX foi o século do desenvolvimento da tecnologia o século XXI muito certamente tende a ser o século da qualidade de vida, das pessoas entenderem que há uma relação com a natureza que essa relação precisa de ser refeita que nós temos de ter uma relação de harmonia até porque nós não conseguimos até hoje tirar as lições que a própria natureza nós oferece todos os dias, um dos equívocos que a gente percebe ao longo da história que é muito comum na organização dos estados nacionais é o equívoco de fragmentar as políticas públicas e de departamentalizar a organização do estado como se as coisas ocorressem de maneira absolutamente separadas na natureza, não ocorrem. Um dos ensinamentos que a natureza nos dar é que na natureza há uma relação de total interdependência entre tudo, há uma relação.

Não podemos falar em água sem falar em florestas, alias é um binômio no meu entendimento vai dominar cada vez mas o debate da problemática ambiental porque quando se fala em água, fala em floresta, fala em solo, porque a água não esta ai disponível na atmosfera, o solo e o grande armazém da água ou ela é superficial ou é subterrânea, mas ela é lá, a floresta que tem uma extraordinária capacidade de retenção de água de chuva, que é um dado técnico absolutamente co-

nhecido mas pouquíssimo respeitado e assim sucessivamente então é fundamental capturar a natureza aproveitar a própria arquitetura da natureza para desenvolver a arquitetura das políticas públicas e a organização do estado. Depois dessa reflexão eu queria concluir falando um pouco do Espírito Santo, meu estado natal e atendendo aqui a uma reflexão que eu já tive oportunidade de fazer com o Armando com a dona Léia no nosso almoço de hoje, o Espírito Santo como nós mencionamos foi um estado com 100% praticamente com seu retóricio há não ser algumas automontanhas incluindo a Mata Atlântica, os últimos dados não sei, não sei tem o que hoje Espírito Santo quantos por cento? 8, é de floresta primária uns 8, ou menos de 8, então quer dizer 8% daquilo que tinha no passado num processo de ocupação territorial com os problemas que nós conhecemos, então o que significa hoje um política ambiental para o Espírito Santo. Primeiro um grande esforço recuperar os passivos ambientais, isso pressupõem reabilitar os ecossistema florestais, fazer um trabalho intenso de recuperação de bacias hidrográficas que foram fortemente antropisadas, criar as condições para desenvolvimento econômico do estado até porque num dado momento isso infelizmente ainda é comum na cabeça de alguns burocratas sobre tudo quando a gente trabalha em Brasília de que quando se coloca a questão de proteger o meio ambiente algum burocrata logo levanta para dizer é muito caro é muito caro, é muito caro despoluir o rio, é muito caro reflorestar as áreas que foram degradadas, e nesse momento eu acho que nós temos que responder com outra pergunta é quanto custa não proteger o meio ambiente? Quanto custa não, quanto custa o Brasil hoje a degradação de suas bacias hidrográficas? Quanto custa o Brasil hoje as internações hospitalares que dercorrem com o uso de águas não potáveis que representam mais de 50% das internações hospitalares nas regiões mais habitadas do país, quanto custo não proteger o meio ambiente essa e a questão essencial (...) E eu quando fui trabalhar desde de que me formei no Espírito Santo gosto sempre de dar o exemplo da Vale do Rio Doce tanto vale para o lodo mineiro quanto para o lado capixaba, que vive-

ram situação similares. O Vale do Rio Doce teve seguramente a mais luxuriante floresta do planeta mais do que a Floresta Amazônica. O Vale do Rio Doce teve as espécies florestais mais ricas comercialmente já tidas no mercado até hoje, sobretudo com jacarandá, peroba, Gonçalves Alves e outras espécies, e a ocupação do Vale do Rio Doce não dá um século, que na história de uma nação não é nada, pois bem, quando eu comecei a trabalhar, comecei a minha carreira na cidade de Governador Valadares, quando estava encerrando o ciclo madeireiro e iniciando o ciclo da pecuária, fins dos anos sessenta e início dos anos setenta. Governador Valadares rivalizava com Linhares, para saber quem tinha mais serraria, quem mais usava o recurso da mata atlântica, então nós estávamos encerrando um ciclo de economia baseado na madeira e começando um outro ciclo da pecuária, eu saí de Governador Valadares em 1976. Em 76 a média da pecuária nas baixadas da região do rio doce entre Governador Valadares e Aimorés era de quatro cabeças por hectare, hoje é 0,8, então eu retomo a minha questão, quanto custa não proteger o meio ambiente? Que pecuária competitiva nós vamos ter no Vale do Rio Doce com 0,8 cabeça por hectare. No momento de globalização da economia, tendo que competir com Argentina e com o Uruguai, que tem uma pecuária extremamente avançada ou mesmo competindo com a pecuária avançada do Triângulo Mineiro, do Mato Grosso, do Pantanal e de outros estados de outras regiões da federação, então a questão é essa hoje é fazer com que o conceito da sustentabilidade esteja presente nas decisões, a questão não é cair numa discursão esquizofrenia do pode ou não pode, que lamentavelmente é um rumo as vezes seguidos por alguns seguimentos da população, nessa área do meio ambiente da mesma maneira que nós não podemos aceitar a tutela do poder econômico nós não podemos admitir as posições equitárias e mobilistas daqueles que acham que a solução também é não fazer nada, é a nossa obrigação encontrar as melhores alternativas, para isso é que precisa ter política do meio ambiente. A política do meio ambiente moderna é aquela que seja capaz de encontrar as alternativas para atender as demandas da po-

pulação, melhorar os padrões de bem estar da população e ao mesmo tempo manter a qualidade do meio ambiente em níveis que seja considerados satisfatório, para o bem estar também da população. E ao citar o Vale do Rio Doce que é como mencionei de ocupação recente no caso do Espírito Santo a ocupação da margem direita do Rio Doce só foi ocorrer depois da ponte, que deve ter sido nos anos cinqüenta, (Ponte de Linhares), não essa é de Colatina, Linhares é cinqüenta, pois é, década de cinqüenta, então aquela região ali do Espírito Santo até a década de cinqüenta era uma floresta, e também a pecuária marchou para aquela região e hoje cinqüenta anos depois, de ostentar este patrimônio que nós mencionamos, as elites do Espírito Santo comemoram a inclusão dessa região na área da SUDEM, essa é a realidade, estou falando de meio século, nós trocamos uma das mais luxuriantes florestas do mundo, e não estou defendendo que ela tivesse que permanecer intacta lá, aliás ela podia esta dando mais renda para a população do Espírito Santo se estivesse sendo bem manejada do que a pecuária que esta lá no lugar da floresta, sou capaz de assegurar que esta situação que estou mencionando aqui pode ser comprovada, então nós substituímos a floresta por uma pecuária de baixíssima produtividade em cinqüenta anos e no lugar de uma das florestas mais ricas do mundo, hoje nós comemoramos o fato de aquela região esta na região semi árida brasileira, e nós não podemos imaginar eu daqui a outros cinqüenta anos tenhamos que estar fazendo outra comemoração desse tipo, e por isso a gente espera que a mudança de comportamento da sociedade, que a mudança de atitude do cidadão possa induzir a novas políticas e que essa políticas possam fazer aquilo que é essencial na minha avaliação para qualquer boa política é encontrar o equilíbrio. Toda boa política é a política que seja capaz de encontrar o equilíbrio e o Brasil pela imensidão do seu território, pela abundância de seus recursos naturais pode tornar-se potencia no futuro, não potencia financeira como critério que até hoje é usado, ou potencia militar, mais pode tornar-se uma potencia se souber gerir de maneira inteligente o imenso patrimônio natural que nós temos, porque isso fará

a diferença no futuro com as demais nações, a diferença no futuro é de quem tem água e de quem não tem água, até porque a tecnologia do hidrogênio já está chegando e com mais algum tempo o petróleo é uma reminiscência, agora água não, não há outra maneira, então nós podemos fazer a diferença no futuro com aquilo que nós temos de melhor que é o imenso patrimônio natural e se nós soubermos fazer as escolhas certas, adotar as melhores alternativas, nos seguramente vamos fazer com que o Brasil não tenha que repetir os equívocos que cometeu no Vale do Rio doce. Eu estou certo que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, pela competência dos seus associados e associadas, pela qualidade do seus membros pode contribuir de maneira decisiva para refrescar na memória dos capixabas, os equívocos do passado e consultá-los a fazer as melhores opções para o futuro. Muito Obrigado.

NOTA DO EDITOR: Apelamos para a compreensão do leitor no sentido de que nem sempre foi possível converter adequadamente a linguagem coloquial em linguagem literária. Mantivemos o original da gravação.

MIGUEL CALMON DU PIN ALMEIDA
MARQUÊS DE ABRANTES
DIPLOMATA – ESTADISTA - ECONOMISTA –
PARLAMENTAR – POLÍTICO.

José Tristão Calmon Fernandes
Professor e Associado do IHGES

O grande e imortal escritor, espanhol Miguel de Cervantes autor da imortal obra “Dom Quixote de La Mancha” classificou os homens de grande linhagem e grandes estirpes em quatro categorias:

“Os que tiveram grandes princípios e os conservam.”

“Os que tiveram humildes princípios e os elevaram à suma grandeza.”

“Os que tiveram grandes princípios e os deixaram perde.r”

“ Os que não tiveram bons princípios e bom fim”, que na classificação cervantina na sua obra impercível afirmara ser os mais numerosos por não se esforçarem e traírem suas origens.

Os Calmons são das primeiras espécies, pois mereceram o reconhecimento dos seus contemporâneos e o dos seus pósteros. Já dizia o grande baiano Afrânio Peixoto: - “Poucos baianos têm sido como eles, poucos brasileiros se comparam a eles.”

Miguel Calmon du Pin Almeida – Marquês de Abrantes (1796 – 1865), segundo os registros geneológicos familiares nasceu a 26 de outubro de 1796, (divergência de datas entre dois ilustres baianos: Pedro Calmon e Afrânio Peixoto, escritor) em sua terra natal Santo Amaro da Purificação, no recôncavo baiano, distrito de Petativa e estava fadado a realizar uma das mais brilhantes carreiras políticas, tendo muito contribuído para a consolidação do prestígio do Império brasileiro, com atuação marcante tanto no 1º reinado sob impulsos absolutistas de Pedro I, quanto no pacífico

reinado de Pedro II, e mesmo na tumultuada Regência Trina Provisória, que continuou como Ministro da Fazenda do Primeiro Ministério de 19 de setembro de 1837, e, sob a liderança da Regência Uma, de Araújo Lima.

Os Estudos em Universidades da Europa

Iniciou os seus estudos em Salvador onde fez o curso secundário tendo seguido para Coimbra, em 1816, lá se aperfeiçoou nos cursos de Latim, Grego e Retórica, iniciados no Colégio das Artes, na capital baiana. Em Coimbra, matriculou-se no curso de Direito, por onde se doutorou em Leis, premiado pela congregação com defesa de tese que o consagrou como aluno de grandes méritos. A missão de representar os deputados baianos na Corte Portuguesa, a fim de que lesse um manifesto que antecipava assim a nossa Independência, num movimento pioneiro e revolucionário, na cidade de Cachoeira cujo desfecho foi a organização de uma Junta Governativa que se propunha lutar pela independência da pátria tem sido, Calmon, escolhido secretário desta Junta representando o distrito de Abrantes, movimento que se prolongou até o dia 02 de julho de 1821, quando foi desfeito.

Vida Parlamentar na Côrte

Eleito Deputado Geral à constituinte em 1827, tendo tido uma das atuações das mais brilhantes na defesa do Império e na aprovação da futura Carta Magna, foi convidado por D. Pedro I para pasta da fazenda, tendo sido nomeado a 20 de novembro de 1827 no conhecido ministério, o sétimo do primeiro reinado. Tinha apenas 31 anos de idade, e D. Pedro o agraciou com o título de Barão, Visconde com grandeza e Marquês de Abrantes, homenagem ao seu distrito natal, Abrantes. Em sua carreira sempre em ascen-

são, foi escolhido e eleito Senador pelo Ceará em 1840, por indicação dos ilustres cearenses. Após o término do seu mandato como Senador, foi convidado e aceitou novamente para a pasta de Ministro dos Estrangeiros, no oitavo ministério, de quatro de dezembro de 1829, posto que ocupou, também, no décimo ministério, em 05 de abril de 1831. Na Regência Araújo Lima, o período mais agitado na política brasileira, ocupou novamente o cargo de Ministro da Fazenda. No segundo Reinado, sob Pedro II ocupou o segundo Ministério dos Estrangeiros, conservador, em 23 de março de 1841.

Na Pasta da Fazenda e dos Estrangeiros

Nos cargos de Ministro da Fazenda no 1º Reinado, 2º Reinado e na Regência, após a abdicação, a atuação do Marquês foi impecável mantendo a moeda acima do par, que tinha como padrão a libra esterlina inglesa.

Nas pastas dos estrangeiros, todos os problemas administrativos e de implicações internacionais teve pleno êxito, com a projeção do Brasil no concerto das nações. Foi o 1º Ministro do império a ter a visão de criar um banco com ilustres financistas baianos, o Banco Econômico, que foi administrado pela família Calmon até adoção da flutuante e insegura moeda do plano Real, que levou vários bancos a falência, e a ajuda a verdadeiros “tamboretetes”, como os banquinhos CIDAM e MARKA, objetos das mais severas críticas da mídia, e, ainda sendo apurado pelo Ministério Público. O último diretor do econômico, que era uma potência, foi Ângelo Calmon de Sá, ex-ministro do comércio no governo de Ernesto Geisel e ex-diretor do Banco do Brasil, nomeado com a aprovação do Senado, em igual período da Revolução de 1964. A Bahia deve a Miguel Calmon a criação de um conceituado estabelecimento de crédito que vinha do início do século XVIII, hoje, incorporado por outros bancos, protegidos pela política do atual governo.

Contribuição à Vida Eclesiástica

(Católico militante, Inspirou à família participação maior ao patrimônio religioso brasileiro).

Foi provedor da “Santa casa da Misericórdia do Rio de Janeiro”, ainda como ministro da Fazenda sob a direção dos conservadores. Sua prima Sórora Mariana da Penha de França, da família Calmon, a Segunda, a professar com este nome, nascida em 1707, religiosa do convento do desterno de Santa Clara da Baía, foi uma das fundadoras do convento da cidade do Rio de Janeiro, do qual foi abadessa, em 1748, retornando a Baía em 1762. O cônego João Calmon, que teve referência do historiador Rocha Pitta, por ser o braço direito do Arcebispo Monteiro da Vinde. O jesuíta Martinho Calmon, que foi o reitor do colégio de Pernambuco. Francisco Calmon pai da freira Maria da Penha de França, uma das fundadoras do convento da Ajuda do Rio de Janeiro.

O marquês de Abrantes se orgulhava de ser maçom proeminente, grau 33 do conselho cadosh do Grande Oriente do Brasil, com atuação harmoniosa com a Igreja e os “Filhos da Viúva”, tal como Duque de Caxias, maçom, respeitado, católico praticante, ex-grão-mestre do Grande Oriente brasileiro, que mesmo nos campos da batalha, levava consigo um altar portátil, para assistir as missas as vésperas das batalhas, em defesa da unidade da pátria.

Aqui no Espírito Santo, tivemos o frei Franciscano João de Santo Antônio Calmon, vigário de Linhares em 1860, quando D. Pedro II visitou Linhares, objeto de um livro-Documentário de Levy Rocha.

O escritor e político Eurípides Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, (monsieur Pedrinha), poeta, organizou o bispado Capixaba, estruturou-o, e através de seu prestígio parlamentar, escritor de renome, poeta emérito, presidente do congresso Espírito Santense, duas vezes, obteve do Papa a aprovação do bispado, que foi ocupado por D. João Batista Nery, uma vez que o monsieur era político, e, por

certo, não obteve unanimidade vez, que era um padre liberal, sendo o primeiro a celebrar no país, um casamento civil aprovado pela República, tendo, por isso, respondido um processo, em que se defendeu com grande brilho, e foi absorvido, foi transferido para a paróquia de Copacabana onde foi pároco por muitos anos.

Deixou intensa obra poética antológica. Foi vigário na Freguesia de N. Senhora da Conceição de Linhares na ausência do vigário titular, o João Pe André Gasella, atividade exercida em abril de 1891, conforme livros da paróquia.

A Maçonaria atuou nas Lides da Independência

O grande movimento, que culminou com a nossa independência do jugo português, teve início pelos anos de 1821, com atuação do Grande Oriente do Brasil, quando a partir de 1831, houve a fusão dos dois orientes, fato que ocorreu depois da abdicação de D. Pedro I, na capital do país, o Rio de Janeiro sob o título de o Grande Oriente brasileiro, segundo Instituição maçônica em, 21 dezembro de 1882.

Miguel Calmon, teve atuação em todos os movimentos em que a maçonaria foi atuante, tendo sido Grão-Mestre do Grande Oriente Chanceler – grau 33 do Soberano Conselho, enfim um maçom que dignificou a sublime ordem, em cuja presidência, o Grande Oriente brasileiro, foi atuante, figurando entre os proeminentes irmãos, como José Bonifácio, Gonçalves Ledo, Frei Caneca, Prudente de Moraes, Campos Sales, e outros de elevado nível cultural e entranhado amor ao Brasil, não se esquecendo do Marquês de Duque de Caxias, que foi também Grão-Mestre. Para esses homens, que foram estadistas em seu tempo, devemos tentar seguir os seus exemplos, que pouco frutificou entre nós a esta altura do estágio de nossa política, distanciada da ética, da moral e da razão, sem uma orientação que parta de cima, dos que detêm o poder, esquecido da própria JUSTIÇA, que devia imperar, para que possamos salvar a nação do estigma da corrupção, esta palavra condenada que, infelizmente está em moda e em

alta! Carlile (1785 – 1881), historiador inglês dizia que “a história era a quintessência de inúmeras biografias”. Para ele, pensador inglês, a História do mundo é a história dos grandes homens. Assino e dou fé. Quando se escasseiam, as nações correm sérios perigos.

Na Diplomacia foi Decisiva em Pacificar as crises, com a Absolutista Inglaterra, que visava Impor seu Poderio Bélico e Hegemônico.

Joaquim Naburo em sua profunda e imortal obra “Um estadista do Império” registrava o valor de Miguel Calmon na diplomacia do Império.

A sua atuação na diplomacia foi altamente significativa. Ainda no Primeiro Reinado teve oportunidade de prestar importantes serviços a família real quando o Imperador D. Pedro I perdeu a sua esposa, Arquiduquesa Leopoldina de Harisburgo, a culta e querida Imperatriz brasileira, mãe do futuro Imperador D. Pedro II, que viria a assumir o Reinado em 1840, com a revolução da maioria, cujos políticos brasileiros para salvar a Monarquia entregaram-lhe o poder com 15 anos incompletos.

D. Pedro viúvo, desgastado por seus amores com a Marquesa de Santos, entregou ao Marquês de Barbacena a difícil incumbência de encontrar nas casas reais da Europa uma Segunda esposa. Nessa missão diplomática, e especial, recorreu à ajuda do Marquês de Abrantes que teve papel importante na escolha na futura Princesa do Brasil, comentário de Otávio Tarquínio de Souza em A Vida de D. Pedro I. Também em correspondência entre dois marqueses (Calmon e Barbacena) D. Amélia de Leustenberg Napoleona de Boarné, uma Princesa da Baviera que se tornou assim a Segunda imperatriz do Brasil, por ironia do destino, parenta indireta do grande Corso Napoleão Bonaparte, que D. João VI, antes da fuga imprevista, para o Brasil, enviou agentes Diplomáticos propondo casamento de D. Pedro I, ainda com 9 anos com uma sobrinha de Bonaparte afim de unir as coro-

as. A essa altura as forças do General Junot já haviam atravessado as regiões do Pirineus, estando quase às portas de Lisboa. Ainda em missão diplomática Miguel Calmon contribuiu quando da crise eclodia entre o Brasil e Inglaterra quando um estúpido diplomata inglês, William Dougal, provocou uma crise diplomática sem precedentes em nossa história, exigindo do governo imperial indenização por um afundamento de um navio mercante inglês na costa do Rio Grande Do Sul, em seguida, dois oficiais ingleses à paisana foram presos embregados no Rio de Janeiro, mas logo soltos, cujo embaixador exigiu satisfações do governo, mais as indenizações da pilhagem do navio. O Marquês de Abrantes colaborou sugerindo ao Imperador assumisse pessoalmente a queatão, o que foi feito, tendo governo, brasileiro recusado as exigências da diplomacia inglesa, rompendo relações diplomáticas com a Inglaterra e determinado que o embaixador Christie se retirasse do país o que foi feito.

A pendência foi entregue ao arbítrio do Rei Leopoldo I da Bélgica, sobrinho da Rainha Vitória da Inglaterra, que veio a dar razão ao Brasil em um laudo arbitral, que exigia a censura do embaixador e as desculpas da Rainha da Inglaterra ao Imerador do Brasil. D. Pedro se encontrava em Uruguaiana em pleno teatro da guerra do Paraguai quando recebeu ali mesmo as desculpas de sua Majestade, que diante dos fatos aqui se em reatar nossas relações diplomáticas.

Na obra de Jayme Sá Menezes, da cadeira número sete do Instituto Genealógico da Bahia presta, aquele autor, o seguinte depoimento, a cerca do biografado: “Grande do Império, ninguém o superou na inteligência, no prestígio, no espírito público com que serviu o Brasil. Homem da sociedade, requintado no trato, fidalgo nas maneiras, elegante, verdadeiro aristocrata, manteve muitos anos um salão, dos mais famosos salões do Império. A sua casa no “CAMINHO NOVO DE BOTAFOGO” hoje Rua Marquês de Abrantes, no Rio de Janeiro, onde se hospedava ao tempo de regência para passar dias e tomar banho de mar, a rainha D. Carlota Joaquina, acorria a fina sociedade carioca nas noite de festa e gala. Iluminado o amplo paço

do Marquês de Abrantes, era de ver, máxime no tradicional baile anual de 15 de agosto, os desfiles intermináveis das mais ilustres figuras do Império, das damas elegantes, dos diversos titulares do reino, embaixadores, figuras de prola, enchiam os amplos salões e davam ao ambiente o toque de mais Alta nobreza.

O Marquês e a sua esposa, a fina dama D. Carolina Bahia, que deixou fama de ter sido a fina dama que mais bem sabia receber nos reluzentes salões do segundo reinado. O salão dos Abrantes foi dos mais requintados do império. Falecido a cinco de outubro de 1885, sem ter deixado herdeiro, a sua morte repercutiu em todo o reino como das mais sentidas da época.

Em 1946 quando fixei residência no Rio de Janeiro, fui morar no bairro do Catete. Por este tempo seguindo orientação de minha avó Maria Amália (Zico), católica praticante fervorosa, assistia as missas e as festas da igreja de Nossa Senhora do Outeiro da Glória, onde muitas vezes admirei, num nicho que exibiam as valiosas jóias da Marquesa de Abrantes, D. Carolina Maria, que as doou para a igreja. Acredito que hoje essas preciosas jóias devem estar guardadas em cofre especial. Se ainda existem.

O escritor Pedro Calmon que ao morrer deixou mais de cem obras publicadas, inclusive dois volumes dedicados ao Marquês, ao depor sobre a família Calmon declarou: “a geração seguinte dos Calmons pertencem: José Gabriel, pai do Marquês de Abrantes, D. Ana Romana de Aragão Calmon, condessa de Itapagipe, João Felipe de Almeida Calmon, tronco da família que frondosa ramificou no Espírito Santo.”

Pedro Calmon foi Ministro da Educação duas vezes: no governo Dutra e Kubistcheck. Membro da academia brasileira de letras por 50 anos, orador primoroso, historiador e considerado o único magnífico reitor do Brasil, por isso os reitores atuais são chamados “magníficos”.

Ele sentenciou antes de morrer, aos 88 anos, “todos os Calmon são parentes”. “É simples: descendem do mesmo patriarca, O Capitão João Calmon, heróica figura das guerras holandesas, que em 1655 instalou-se definitivamente na Bahia.”

É por isso que os Calmons de Linhares são parentes dos da Bahia e para cá trouxeram o escritor Afrânio Peixoto e seu irmão Filogônio Peixoto que fizeram grandes fazendas de cacau no baixo Rio Doce. Afrânio, também da Academia Brasileira de Letras, adquiriu por intermédio do irmão parte da fazenda que foi a pioneira do fundador de Linhares, João Felipe Calmon du Pin Almeida, cuja sesmaria lhe doada pelo Imperador D. Pedro II, via Tovar, que dirigia a Capitania do Espírito Santo. O capital João Felipe Calmon du Pin formou sua fazenda Bom Jardim onde é hoje a Ceplac, outrora Estação Goitagases, início do plantio o cacau no baixo Rio Doce.

BIBLIOGRAFIA

Obra:

A vida de D. Pedro I (3 Volumes) 1950

Autor:

Octavio Tarquínio de Souza – Historiador.

Obra:

História Diplomática do Brasil

Autor:

Helio Viana; Prof. Catedrático em História.

➤ **Edições Melhoramento.**

Famílias Baianas (Calmon) – Jayme de Sá Menezes; -

Autor Instituto Genealógico da Bahia. – 1975.

Miguel Calmon – Vida e Obra – autor Pedro Calmon,

Academia Brasileira de Letra Professor e Historiador.

O PODER POLÍTICO NA DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE VITÓRIA ^{1 2}

Vitor Amorim de Angelo
Graduando em História pela UFES

Resumo:

O século XIX foi um período de profundas transformações na estrutura político-econômica do Espírito Santo. A partir de 1850, a monocultura açucareira cedeu espaço para a agricultura do café, tendo a região sul do estado como a principal área produtora. Entretanto, o café capixaba era exportado pelo Porto do Rio de Janeiro, considerando-se a infra-estrutura historicamente inexistente no Espírito Santo. É nesse sentido que, com o advento da República e maior autonomia concedida aos governos estaduais, o poder público capixaba buscou centralizar a produção cafeeira na cidade de Vitória a fim de manter os lucros obtidos com o comércio do produto no próprio estado. Foi a partir deste projeto que teve início um radical processo de transformação na capital do Espírito Santo. Através de políticas implementadas pelo poder público, a cidade foi dotada de saneamento básico, pontes e um porto aparelhado que pudesse receber a demanda crescente do comércio cafeeiro. Sob a perspectiva da história econômica, analisou-se uma parte selecionada dos livros e artigos escritos sobre o assunto bem como os discursos de dois ex-governadores – Muniz Freire e Florentino Avidos. Desta maneira, o presente artigo busca associar as mudanças econômicas observadas no Espírito Santo durante o século XIX e suas implicações na transformação do espaço urbano de Vitória.

Palavras-chave: políticas públicas, economia cafeeira e planejamento urbano.

1. Introdução

A história econômica brasileira do século XIX foi marcada pelo declínio da cultura da cana-de-açúcar e pela divisão internacional do trabalho, onde o país assumiu um papel de relativa dependência em relação às nações industrializadas. A produção do açúcar de cana – cuja decadência foi resultado da descoberta de um concorrente similar no mercado mundial, o açúcar de beterraba – foi substituída pela produção cafeeira.

Em relação à divisão do trabalho, o Brasil assumiu um papel de país agrário-exportador, tendo o café como seu principal produto. Ao mesmo tempo importava da Europa – que buscava novos mercados consumidores – os produtos industrializados que necessitava. Essa relação economicamente deficitária para uma das partes resultava em um comércio desigual e com tendências à crescente dependência das nações periféricas (entre as quais se insere o Brasil) em relação aos países centrais.

A desigualdade e a dependência existentes no comércio internacional também ocorriam internamente. No Brasil, por exemplo, a economia do Rio de Janeiro, então capital do Império, sobressaía sobre as demais regiões do país. Esse fenômeno ocorria em relação a todas as regiões brasileiras, prejudicadas pelo modelo político centralizador da época que privilegiava os investimentos na província carioca.

É dentro deste quadro que o presente artigo pretende analisar como as transformações políticas e econômicas ocorridas no Espírito Santo ao longo do século XIX influenciaram decisivamente no processo de urbanização da cidade de Vitória.

2. O desenvolvimento da economia cafeeira capixaba e sua dependência em relação ao Rio de Janeiro

A economia do Espírito Santo acompanhou as transformações ocorridas na conjuntura nacional com a progressiva predo-

minância da monocultura do café sobre a da cana-de-açúcar. A partir da Tabela I, pode-se observar que a produção açucareira foi perdendo espaço ao longo do século XIX para a agricultura do café. Se entre 1844 e 1849, o Espírito Santo exportava 224.835 arrobas de açúcar, entre 1853 e 1860 este volume teve um decréscimo de aproximadamente 75%. Paralelamente, nos mesmos intervalos de tempo, o volume de exportação de café aumentou de 82.863 para 105.787 arrobas.

Tabela I
Exportação de açúcar e café do Espírito Santo
1844 a 1875

PERÍODOS	PRODUTOS (em arroba)	
	Açúcar	Café
1844-1849	224.835	82.863
1853-1860	54.757	105.787
1863-1875	25.812	404.527

FONTE: Siqueira, 1995:36.

A produção cafeeira se concentrava sobretudo na região sul do Espírito Santo – com destaque para a cidade de Cachoeiro do Itapemirim, que polarizava a economia local. Rapidamente o produto se tornaria o principal item da pauta de exportações capixaba, ressaltando a dependência em relação à monocultura do café e deixando a província sujeita às oscilações do preço internacional do produto.

Apesar da crescente produção observada na segunda metade do século XIX, a menor parte dos lucros obtidos com o comércio cafeeiro permaneceu no Espírito Santo (SIQUEIRA, 1995). Em função da inexistência, na Província capixaba, de uma infra-estrutura mínima capaz de atender às necessidades para a exportação

cafeeira local (SIQUEIRA, 1995), a produção da região sul era escoada para o Porto do Rio de Janeiro. Essa dependência em relação ao capital mercantil-exportador fluminense fazia com que os lucros do comércio cafeeiro fossem apropriados pela província carioca, e não pelo Espírito Santo.

Não obtendo a maior parte dos recursos provenientes da produção cafeeira, a província capixaba permanecia sem condições para criar a infra-estrutura necessária para acabar com a dependência em relação à capital do país. Essa situação era agravada ainda mais pelo modelo político centralizador predominante na época, que não privilegiava o investimento em outras regiões que não o Rio de Janeiro.

Além disso, o Governo Imperial não tinha interesse em diminuir o volume de exportações pelo Porto do Rio de Janeiro, criando as condições para que as atividades de exportação do café capixaba fossem transferidas para o Espírito Santo. Somente com o advento da República e a autonomia conquistada pelos governos estaduais a partir de 1889 é que o Espírito Santo conseguiria promover a modernização material do estado (BITTENCOURT, 1978).

O aumento no preço internacional do café também contribuiu no sentido de capacitar economicamente o governo estadual a realizar estes investimentos. De acordo com a Tabela II, pode-se verificar que os primeiros anos que se seguiram ao fim do Império, sob o aspecto econômico, foram positivos para o Espírito Santo. Tanto o volume de exportação quanto a receita obtida com o comércio do café cresceram progressivamente entre os anos de 1892 a 1894. A partir de 1895, os projetos do governo estadual que visavam dotar o Espírito Santo de infra-estrutura foram inviabilizados em função da baixa no preço internacional do produto.

Tabela II
Demonstrativo da exportação de café do ES (1892-1896)

ANO	Exportação (sacas de 60 kg)	Total (Réis)	Receita (% em relação à receita total)
1892	277.766	271:510\$700	52,00
1893	362.717	418:375\$284	90,99
1894	387.619	562:625\$116	76,00
1895	410.511	527:447\$189	80,00
1896	419.229	842:217\$813	76,00

FONTE: Herkenhoff, 2001:108.

3. A transformação econômica da capital

Durante o período de transição da economia açucareira para a cafeeira, Vitória, por exemplo, ainda permanecia apenas como sede política do governo, enquanto a cidade de Cachoeiro do Itapemirim polarizava a produção e o comércio do café na região sul do Espírito Santo (CAMPOS JÚNIOR, 1996 e BITTENCOURT, 1987).

Essa realidade era decorrente de dois fatores: 1) a falta de vias de comunicação entre as regiões produtoras e a capital, o que inviabilizava o transporte do café para o Porto de Vitória; e 2) a proximidade da região sul com o Porto do Rio de Janeiro, o que favorecia o escoamento da produção cafeeira do Vale do Itapemirim para aquela região. A relação existente entre os produtores capixabas e os comerciantes cariocas foi intensificada no final do século XIX a partir da construção da Estrada de Ferro Leopoldina, que ligava a área sul do Espírito Santo à capital federal.

Somente com a autonomia política que o estado havia conseguido após a proclamação da República é que os líderes capixabas conseguiram elaborar e concretizar as políticas públicas que visavam aumentar o volume comercial de Vitória (SIQUEIRA, 1995). O interesse político-econômico desse projeto era claro, já que o governo pretendia não só dinamizar a capital, como também atrair os recursos do comércio cafeeiro que até então, em sua maior parte, eram apropriados pelos capitalistas mercantil-exportadores do Rio de Janeiro.

Voltando à Tabela II, é possível entender como a baixa do preço internacional do café – responsável por 99,4% do valor total das exportações capixaba em 1895 (SIQUEIRA, 1995) – inviabilizou a concretização imediata desse projeto. Com a crise que se iniciou no final do século XIX e prosseguiu nas primeiras décadas do século seguinte, o governo estadual não conseguiu criar a infra-estrutura pretendida (abertura de estradas, inauguração da malha ferroviária e aparelhamento do Porto de Vitória, por exemplo) para concentrar na capital do estado todo o comércio do café capixaba.

Nesse sentido, o governo Muniz Freire (1892-1896) buscou construir uma estrada de ferro que ligasse Vitória a Cachoeiro do Itapemirim, a fim de deslocar a produção dessa região para o Porto da capital, isolando o Rio de Janeiro do comércio do café capixaba. Entretanto, como já foi dito, a crise financeira que assolou a economia estadual no final deste governo prejudicou o projeto.

A partir de 1870 é que esse quadro de isolamento da cidade de Vitória (DERENZI, 1965) em relação às demais regiões do estado vai se modificar, quando são formados os primeiros núcleos de imigrantes na região central do Espírito Santo. Assim como na região sul da província, o café foi o principal produto cultivado pelos colonos estabelecidos nos núcleos formados na área serrana.

Logo, a recuperação das estradas e a abertura de novas linhas de comunicação entre a região central e a cidade de Vitória possibilitou o escoamento do café para a capital. De acordo com Bittencourt (1987:47), “[...] à proporção que se foi efetivando a ocupação do solo pelo imigrante, simultaneamente ao crescimento da produção cafeeira, foram viabilizadas as estradas para o fluxo contínuo da produção”.

É a partir do escoamento do café produzido pelos núcleos de imigrantes em direção a Vitória é que tem início a primeira etapa do desenvolvimento comercial da cidade. Entretanto, ainda não havia excedente econômico gerado pela produção cafeeira da região central do estado que tornasse possível a construção de ferrovias ligando a capital ao sul do Espírito Santo (HERKENHOFF,2000)

O café produzido pelos imigrantes era transportado para Vitória mais pela proximidade entre a cidade e os núcleos produtores do que por qualquer outro fator. Enquanto isso, o sul do estado ainda permanecia sob a influência do Rio de Janeiro – situação que teria fim logo nos primeiros anos do século XX.

Somente em 1910 é que Vitória passou a concentrar todo o comércio portuário do Espírito Santo, resultado de dois fatores: 1) o Porto de Itapemirim, por onde era escoado o café produzido na região sul do estado, mostrava-se insuficiente para atender às embarcações de maior porte; e 2) o governo estadual inaugurou os primeiros trechos de ferrovias, permitindo o transporte do café em direção ao Porto de Vitória (SIQUEIRA,1995).

Além desses dois aspectos, ainda havia o comércio de Minas Gerais que estava sendo exportado pela capital capixaba a partir da ampliação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, ligação entre os dois estados (SIQUEIRA,1995). Com base nestes fatos, pode-se concluir que o início do século XX marcou o fim da subordinação político-econômica do Espírito Santo em relação ao Rio de

mar Vitória em um grande centro comercial, visto que a situação na qual se encontrava a cidade não despertava o interesse dos comerciantes ligados ao café – o principal produto da pauta de exportações capixaba – em se estabelecerem no local.

Por se tratar de uma cidade portuária, Vitória estava sujeita a mais um fator agravante: as doenças migratórias. Os navios que aportavam na capital traziam consigo portadores de doenças que, em meio à falta de saneamento, espalhavam-se rapidamente. A febre amarela, a varíola e a peste bubônica compunham uma leque de doenças comuns à cidade daquele época, o que, segundo Derenzi (1965), contribuiu para que a mortalidade entre os habitantes de Vitória tivesse alcançado cifras impressionantes.

Neste contexto, além da necessidade de se criar vias de comunicação entre as regiões produtoras de café e a capital do estado, outra exigência daquele momento foi a de sanear a cidade, realizando um sonho secular dos capixabas (DERENZI, 1965).

Dentre os projetos de urbanização elaborados neste período (final do século XIX), pode-se destacar o de construção do Novo Arrabalde. Confiado ao engenheiro sanitário Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, o Novo Arrabalde foi um projeto orientado no sentido de promover uma organização mais racional do espaço, superando os condicionamentos que limitavam a ocupação da cidade.

Esse objetivo torna-se claro quando se observa o discurso de Muniz Freire (1895:17): “no intuito de conquistar novas áreas para o prolongamento da cidade, mandei fazer rigoroso levantamento topográfico das planícies situadas na parte oriental da ilha”. Esta área compreende o que hoje são os bairros de Bento Ferreira, Praia do Suá, Praia de Santa Helena e Praia do Canto (antiga Praia Cumprida).

A construção do Novo Arrabalde esteve inserido no contexto do planejamento urbano defendido por Muniz Freire. Segundo o programa do governo estadual, a cidade deveria ser dotada

de toda a infra-estrutura necessária para que o comércio e todos os seus desdobramentos sócio-políticos pudessem se desenvolver plenamente.

Nesse sentido, o ideário do governo Muniz Freire consistia na premissa de que o crescimento da cidade deveria preceder o desenvolvimento do comércio, para isso, apoiando-se financeiramente no crescimento inicial da exportação do café produzido pelos imigrantes. De acordo com Faria (1992:110), “[...] para Vitória se transformar numa cidade comercial e, portanto, atrair a produção cafeeira da zona Sul e seus agentes, tornava-se primordial dotá-la de conforto, dando-lhe todos os recursos para que se transformasse numa cidade aprazível”.

Contudo, a crise do café que se verificou a partir do último ano desse governo inviabilizou o planejamento urbano de Vitória. Prova disso foi que a ocupação do Novo Arrabalde só ocorreu de forma intensa a partir da década de 1940, resultado da incapacidade financeira que o poder público teve nas primeiras décadas do século XX para urbanizar a região (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Por isso, pode-se considerar que foi o desenvolvimento do comércio que fez crescer a cidade, e não o contrário. As tentativas de planejamento observadas no governo Muniz Freire fracassaram, entre outros aspectos, pelo fato de buscarem organizar uma cidade muito maior do que a que realmente existia. De acordo com Campos Júnior (1996), o Novo Arrabalde possuía uma área seis vezes maior que a ocupada pela capital na década de 1890. Desta forma, na passagem do século XIX para o seguinte, Vitória – conforme assinalado por Muniz Freire acima – ainda era uma cidade de características coloniais.

Todo esse contexto desfavorável mudaria no governo de Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912). Assumindo em uma conjuntura de recuperação do preço internacional do café e com um governo cuja economia já não estava mais subordinada ao Rio de Janeiro, o que mantinha os lucros do comércio cafeeiro no Espírito Santo,

Jerônimo Monteiro pôde então realizar uma série de melhoramentos na capital.

De acordo com Derenzi (1965), o programa de urbanização da cidade elaborado pelo governo compreendia os seguintes aspectos: drenagem, aterros, criação de redes de água e esgoto, limpeza pública, visita domiciliária, construção de um hospital, cemitério público, matadouro e lavanderia. Além disso, a construção de jardins e parques, a arborização, o alargamento de ruas e o melhoramento da iluminação pública fizeram parte do vasto projeto de melhoramentos do governo Jerônimo Monteiro.

Conforme assinalou Derenzi (1965:195), a criação da rede de água, somada à urbanização de Vitória, fez da capital “uma cidade habitável quanto às condições sanitárias, e em pé de igualdade com as melhores capitais brasileiras”. Sob esse aspecto, pode-se concluir que o governo Jerônimo Monteiro deu início às obras de urbanização que fizeram com que a cidade perdesse o aspecto colonial que a caracterizava ainda na primeira década do século XX. Entretanto, foi a partir do governo de Florentino Avidos (1924-1928) que Vitória sofreu uma profunda transformação na sua morfologia urbana, ganhando parte do atual traçado da cidade.

5. Construção do Porto de Vitória

Vitória possuía um porto natural amplamente utilizado até o final da década de XX. Entretanto, com o desenvolvimento do comércio cafeeiro na capital – de acordo com os motivos já apontados anteriormente – o Porto de Vitória passou a necessitar de um aparelhamento que lhe garantisse condições de atender à crescente demanda pela exportação do café.

Tendo em vista que a Estrada de Ferro Vitória-Minas e a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo inauguraram suas estações

na região de Argolas, área localizada no continente, os estudos para a construção do porto apontaram para a vantagem de executar a obra em um lugar próximo às linha férreas (SIQUEIRA, 1995). Desta forma, a produção mineira e o café do sul capixaba seriam trazidos pelas estradas de ferro até Argolas e, da estação, seguiriam para o embarque nos navios.

Porém, o interesse político dos dirigentes capixabas era transformar Vitória, e não Vila Velha (o bairro de Argolas é localizado nessa cidade), em um grande centro de comércio cafeeiro. Assim, a decisão de se construir o Porto na ilha foi resultado da vontade política do governo estadual. Desta maneira, buscou-se desenvolver a capital, que àquela altura, já contava com um comércio local em crescimento (SIQUEIRA, 1995).

Além do impulso sócio-econômico que esta medida acarretou, a construção do Porto em Vitória teve conseqüências para a reestruturação do espaço urbano da cidade. Inúmeras obras foram feitas no sentido de reorganizar a capital para este novo empreendimento. Entretanto, por ocasião da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), todos os projetos foram interrompidos, sendo retomados no governo Florentino Avidos.

Foi durante esse governo que a morfologia da capital foi alterada radicalmente (DERENZI, 1965). Como havia sido decidido que o Porto seria construído em Vitória, foi necessário criar linhas de comunicação entre a ilha e as estradas de ferro que chegavam em Argolas – na parte continental.

A partir dessa necessidade é que o poder público estadual decidiu construir a primeira ponte que ligaria Vitória ao continente. Sob a coordenação do Eng. Moacir Avidos – filho do governador Florentino Avidos e então diretor dos departamentos “Serviços de Melhoramentos de Vitória” e “Obras do Porto” – o governo estadual contratou a empresa alemã *Machinenfabrik Augsburg* para executar o projeto (DERENZI, 1965 e SIQUEIRA, 1995).

A ligação entre Vitória e Vila Velha se daria de duas formas: uma ponte menor ligaria a capital à Ilha do Príncipe e um segundo trecho faria a ligação entre esta área e a região de Argolas. Pela ponte, que recebeu o nome do próprio governador Florentino Avidos, passavam os caminhões que traziam a produção cafeeira da região central do Espírito Santo, assim como as linhas férreas, que traziam a produção de Minas Gerais e da região sul capixaba (GURGEL,2001 e AVIDOS,1927).

Além disso, para a construção dos armazéns e do cais do Porto de Vitória, foi necessário realizar aterros na área central da cidade. Assim, inúmeros cais independentes que operavam na região antes do início das obras do porto acabaram desaparecendo.

Entre eles, pode-se destacar o Cais do Santíssimo (ou Cais da Imperatriz), onde hoje é o Teatro Glória; Cais Schmidt (antigo Cais do Queimado), onde funcionava a Vila Rubim; Cais de São Francisco, desaparecido ainda no governo Jerônimo Monteiro, com o aterramento da área do Parque Moscoso; Porto dos Padres, onde hoje está localizada a Avenida Florentino Avidos; e Cais das Colunas (que passou a se chamar Cais do Imperador após a visita de D. Pedro II à província, em 1884), localizado em frente ao Palácio Anchieta – sede do governo do Espírito Santo (GURGEL,2001).

Havia outros cais de menos importância comercial que igualmente desapareceram com os aterros para a construção do Porto de Vitória, como é o caso do Cais Grande, do Comércio, do Couto, do Mercado, do Peixe e da Batalha (GURGEL,2001).

O aterro feito na região do centro da cidade deu àquela área parte do traçado atual. No local, além das modificações urbanas ocorridas nos governos seguintes, foram construídos vários edifícios que transformaram o visual da região (GURGEL,2001), até então marcado pela existência de inúmeros cais e casas de comércio que ditavam o cotidiano do lugar.

6. Conclusão

Analisando o desenvolvimento econômico capixaba a partir de 1850, pode-se concluir que a concretização do projeto estadual de transformar Vitória em uma grande praça comercial implicou em profundas e radicais transformações na estrutura urbana da cidade.

Ao centralizar o comércio cafeeiro das regiões central e sul do Espírito Santo, além da produção de Minas Gerais, a cidade conheceu um intenso desenvolvimento comercial. Dentro desse novo contexto, Vitória passou a exigir obras que dotassem a cidade de infra-estrutura e saneamento básico necessários ao bem-estar de uma população em crescimento.

Além disso, a construção do Porto – a fim de atender à atividade exportadora do café – modificou a paisagem urbana da capital, sobretudo no governo Florentino Avidos, quando pontes foram construídas e aterros realizados.

Dessa maneira, a análise das transformações econômicas ocorridas no Espírito Santo em meados do século XIX e seus reflexos na cidade de Vitória podem ser relacionados às modificações de caráter urbano observadas na capital durante o período compreendido entre 1890 e 1930.

Referências

AVIDOS, Florentino. **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Typographia do Diário da Manhã, 1927.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Café e modernização (O Espírito Santo no século XIX)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

_____. O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870-1889). In: **Caderno de História**. n.4/5. Vitória: UFES, 1978.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, 1996.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

FARIA, Nara. A formação da infra-estrutura de Vitória (1892-1928). In: **Revista de História**. n.3. Vitória: UFES, 1992, pp. 105-126.

FREIRE, José de Mello Carvalho Muniz. **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Typographia do Estado, 1895.

GURGEL, Antônio de Pádua. O porto revoluciona a face da cidade. In: **Portos do Espírito Santo**. Vitória: Contexto, 2001, pp. 24-31.

HERKENHOFF, Simone Lemos Vieira. **Mauá e Moniz Freire: ferrovias e pioneirismo econômico do século XIX**. Vitória: IHGES, 2000.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O desenvolvimento do Porto de Vitória – 1870-1940**. 2ªed. Vitória: CODESA, 1995.

NOTAS

¹ Este artigo foi originalmente apresentado no XIV Simpósio de História da Universidade Federal do Espírito Santo sob o título “Economia cafeeira e reestruturação urbana de Vitória”.

² Agradeço ao Prof. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, cujas observações me auxiliaram na construção deste texto.

³ . E-mail: vitordeangelo@terra.com.br.

A OFERTA NO ALTAR DO TEMPO

Ivan Borgo

Professor aposentado da UFES

Associado do IHGES

Resumo: tópicos na evolução da sociedade econômica com referência especial ao papel histórico do “homem econômico” e sua propensão de estabelecer um elo entre suas necessidades e as crescentes ofertas de um aparelho produtivo dotado de alta eficiência. A ética num contexto de vida econômica de baixa produtividade em confronto com uma ética utilitarista. A dicotomia: acumulação *versus* compartilhamento.

A condessa Gina Pietranera em “A Cartuxa de Parma” observa que o lago de Como não é rodeado, como o lago de Genebra, de grandes pedaços de terra bem cercados e cultivados segundo os melhores métodos, coisas que lembram o dinheiro e a especulação. Aqui na Itália - diz ela - por todos os lados vejo colinas de alturas desiguais e cobertas de ramilhetes de árvores plantadas ao acaso e que a mão do homem ainda não estragou nem forçou a *dar renda*.

Lembrei-me desse trecho da obra-prima de Stendhal quando no outro dia recebi um encarte de jornal mostrando duas fotografias de Camburi: numa delas, a praia selvagem com seus coqueiros e sua enseada de traçado muito belo. As únicas marcas humanas eram uma choupana rústica, coberta de sapé e um pequeno bote ancorado na areia da praia. Cenário de cartão postal. Na outra fotografia, a nova praia de Camburi, anos depois, ocupada por prédios e casas unifamiliares.

As várias atitudes possíveis diante desse antes e desse depois.

A primeira intenção, de caráter obviamente publicitário, procurava mostrar como tudo mudou para melhor, etc. Outra atitude, mais de acordo com certas posturas politicamente corretas, seria de condenação a esse ataque a bens naturais em favor de um uso utilitário na linha de observações da condessa Pietranera.

Essas atitudes, para ir um pouco mais fundo, reportam a Vargas Llosa que retomava a velha polêmica: a chegada e a ocupação da América pelos europeus foi a maior façanha do Ocidente Cristão ou um crime histórico monumental? Llosa argumenta que seria possível ficar discutindo isso interminavelmente, isto é, o que teria acontecido se a História fosse diferente. Mas ele diz também que isso não é prático. Não há como saber se a sorte do novo continente teria sido melhor ou pior se astecas, incas e outras culturas indígenas tivessem seguido sua evolução sem a fratura representada pela chegada dos europeus com suas roupagens renascentistas.

Tentei colocar os termos desse mesmo problema num pequeno escrito intitulado “No vazio da onda”, incluído em livro publicado em julho passado.(1) Não existe ali qualquer pretensão descabida de falar em caminhos, afinal tema de tantos estudos prospectivos. Trata-se apenas de uma anotação das perplexidades que nos acossam por todos os lados nesta altura da História e que estão pedindo respostas.

Gina Pietranera em sua Itália pré-industrial que conservava intocados seus lagos e belezas mas cevava privilégios e protegia poltrões do tipo do marquês Del Dongo ou, ao revés, iniciativas que tentam adequar o meio ambiente às necessidades humanas mesmo com algum prejuízo aos bens naturais?

Ainda que sem falar em caminhos há, porém a convicção de que não é possível voltar. Isto é, a evolução econômica fechou as portas do suposto paraíso das sociedades primitivas. Ou melhor, a

possível volta de um Ulisses de mãos vazias, se ocorresse, seria a de um fracassado que talvez nem mesmo encontrasse a fidelidade de uma Penélope, provavelmente seduzida por apelos consumistas que a fariam jogar pela janela aqueles valores clássicos tão ciosamente guardados até então. Mas quem fala em certo ponto da evolução econômica está se referindo a uma quebra, ou melhor, a uma mudança na idéia que o homem faz de si próprio. De uma postura passiva diante de entidades sobrenaturais para outra em que se considera capaz de moldar o próprio destino, ser um agente de sua História.

Como seria o mundo caso Vasco da Gama aceitasse os conselhos do macróbio que, da praia, lançava fundos lamentos e imprecava contra a expedição que estava abrindo uma nova fase para a humanidade, participava da expansão européia pelo mundo? Dizia o velho: “Buscas o incerto e incógnito perigo/Por que a Fama te exalte e te lisonjeie/Chamando-te senhor com larga cópia”. (*Os Lusíadas-Canto IV*).

Da perspectiva daquele velho, “*Cum* saber só de experiências feito”, é bem aceitável sua postura. Isto é, ele via a expedição dos lusíadas como uma repetição de tudo o que a humanidade havia assistido até então, fenômeno semelhante à expansão dos impérios do mundo antigo baseada na escravidão. É certo que os impérios coloniais dos séculos XVI e XVII ainda dariam razão ao velho do Restelo. Mas desde aí, em especial a partir do final do século XVIII, se iniciaria um processo de mudança radical e onde a façanha do Almirante deveria se inscrever num novo painel.

A divisão do trabalho, as novas tecnologias, a aplicação de novas fontes de energia, a mudança de cultura política e, mais tarde, a produção em escala(2), compunham um processo de acréscimo de bens harmonizado com um novo personagem: o “homem econômico”. A crítica banal que se faz dessa abstração não resiste ao confronto com o “homem tradicional”, no sentido que lhe dá

a inserção de indivíduos em padrões de consumo definidos por agentes externos e vinculados a um perfil autoritário. Mais ainda, com tal vinculação determinada por contingências técnicas de produção inelutáveis. Por mais que se condene ou ridicularize uma sociedade que torna possível o comportamento de “homens econômicos” insaciáveis em sua ânsia de consumir, não há condenação ou ridículo comparável, por exemplo, com uma sociedade que justifica o infanticídio por razões econômicas. Ou melhor, que não tenha alternativa para um procedimento alheio a um nível aceitável de desenvolvimento humano.

Enfim, o “homem econômico”(3) que surge dos escombros do medievo no mundo Ocidental é o que quer mais bens econômicos ao invés de menos e que torna possível a existência de um campo de conhecimento próprio para contemplar tal comportamento, isto é, a ciência da Economia. Lamentavelmente, essa ciência que vai se esboçando não convoca os bons sentimentos dos humanos. Ao contrário, lhes diz para serem egoístas, que tenham liberdade para procurarem satisfazer seus próprios interesses. Escândalo? Adam Smith, o professor de Glasgow, diz que não se preocupem. Ao espicaçar os próprios interesses, os homens promovem o interesse geral. Em passagem célebre de sua “A riqueza das Nações” ele diz que não é dos bons sentimentos do padeiro que podemos esperar o nosso pão, mas provocando o seu (dele) próprio interesse. Ah bem, as fortes críticas que tais idéias provocaram. Como estamos formulando este pequeno ensaio em conceitos bem concentrados e esquemáticos, diga-se que a despeito de todas as justas restrições que podem ser feitas ao ideário liberal, um dado é inquestionável: a oferta e o consumo ascenderam a patamares inéditos na História. É fato que, inicialmente, essa avalanche de bens exigida pelo “homem econômico” atingiu a pequenas parcelas da sociedade humana. Mas há uma clara tendência de universalização do fenômeno se não do ponto de vista de sua realização efetiva, ao menos de um ângulo de “aspirações” cuja única barreira no horizonte visível é a de uma visão teocrática fundamentalista.

A cooperação? Se quisermos um exemplo notável de cooperação na área de produção e consumo na sociedade humana podemos citar o caso do povo! Kung Sang que vive próximo da fronteira com a Namíbia Botswana. Há uma parcela desse povo que está num estágio coletor-caçador. O ritual de caça descrito por Leakey (4) é um extraordinário exemplo de cooperação. Caçado o animal, começa um ritual de repartição da carne crua. A partilha percorre as linhas de parentesco, alianças e obrigações. Enfim, o ato de compartilhar é fundamental na cultura dos!Kung. Aliás, a ética da reciprocidade -diz Leakey-é uma característica dos caçadores-coletores em geral. O processo de transição é também observado pelo antropólogo. Para o caçador-coletor, armazenar alimento é uma heresia. Não há estoques entre eles. Assim, quando alguns!Kung começam a se fixar como agricultores surge uma contradição fundamental porque a idéia de *compartilhar* é substituída pela idéia de *economizar* como ocorreu com a maioria dos caçadores-coletores que se fixaram e tornaram-se agricultores há milênios atrás. O caso narrado por Leakey é a de um agricultor!Kung, chamado Debe, recém egresso da atividade caçadora, que recebe parentes da antiga aldeia e que pedem a Debe para serem alimentados. Ele, sob forte pressão social, vai atendendo a esses parentes abatendo as cabras que criara (armazenara). Ao final, de vários anos, Debe vendeu ou deu o resto do rebanho. Enfim, a ética caçadora-coletora se sobrepôs à sua nova situação econômica.

Pode ser visto como um dado lamentável que tal ética tenha sido substituída pela visão utilitarista. Mas é definitivamente inegável - como disse - que a oferta de bens e serviços econômicos, alicerçados num sistema de preços implícitos na ordem liberal, alcançou padrões inimagináveis. Com uma distribuição que lembrasse a ética dos caçadores-coletores? Obviamente, não.

Fugiria ao formato deste artigo uma listagem das principais críticas feitas à ética utilitarista. Mas a referência à crítica marxista-leninista é indispensável na medida em que implica também numa filosofia, isto é, não é uma crítica que se esgota no viés econômico. Enfim, que pretende executar um ataque radical ao sistema utilitarista sem excluir suas realizações no campo prático. Tratar-se-ia de levar a revolução burguesa - para usar o jargão - a seu término lógico e criar a nova sociedade. Para isso, como providência inicial, elimine-se o sistema liberal, implante-se o coletivismo integral visando à eliminação do comércio e indústria privados, o jogo de mercado, da moeda e do crédito. Posteriormente, após um recuo dessa política que ocasionaria grande confusão, instale-se o planejamento centralizado e autoritário. A base do planejamento? A teoria do valor na concepção marxista. Reconheçam-se as circunstâncias econômicas reais e se instaure a política “a cada um, segundo o seu trabalho”. Esta fase preliminar antecede à fase final onde a política será “a cada um segundo suas necessidades”. Desta forma, não será seguida, de imediato, a idéia de *compartilhar*, mas a de seguir uma lógica implantada pela evolução econômica.

Claro, estamos falando da experiência da URSS. O primeiro grande problema do planejamento centralizado residia na quase ingenuidade que presidiu a sua implantação. Aparentemente, os bolcheviques não tinham noção das colossais dificuldades de uma solução do problema econômico por essa via, considerado o grau de complexidade já então atingido pela economia russa. Para se comprovar isso basta ver a idéia inicial de Lênin a respeito que é de um primarismo desconcertante.(5) A parte pior fica evidentemente para a forma de imposição do plano que implicou em massacres talvez dos mais violentos da História humana. Estamos convencidos não fosse a ausência de liberdade a debacle da experiência soviética viria bem antes do que ocorreu. Além disso, o processo de acumulação propiciado pelo planejamento autoritário resultou na formação de núcleos de

O título deste ensaio fez um jogo de palavras com o romance “A oferta e o altar”, de Renato Pacheco, um marco fundamental da literatura capixaba. Espero que ao longo das linhas anteriores esse título tenha sido justificado.

A localidade de Ponta D’Areia, do romance de Renato pode estar situada em qualquer lugar do mundo e até mesmo no Norte do Estado do Espírito Santo. Pode ser uma cidade formada por imigrantes europeus chegados ao Novo Mundo no século XVI. Economicamente podem estar situados na fase da “aldeia sedentária” e ligados à atividade agrícola. Uma atividade que poderá ter a farinha de mandioca como principal produto e com níveis de excedente que pode ser trocado por outros produtos. Mas, caracteristicamente, a atividade econômica se desenvolve em baixos níveis de produtividade e o excedente é de pequeno tamanho. A resultante é a estagnação econômica que se arrasta por séculos. De súbito, porém, no século XX, a possibilidade de rompimento do ciclo da pobreza através de investimento externo à cidade que pretende explorar recursos naturais existentes na localidade e que pode ser a exploração do petróleo, fonte básica de energia na ordem econômica moderna. Instalada a empresa petrolífera começa a mudar o cenário da cidade. Alguns dos antigos habitantes não compreendem o que está acontecendo. Uma personagem que poderia se chamar Joanhina do Muxá, se admirava com esse gasto de dinheiro usado na perfuração de buracos só pelo gosto de ser tatu. Talvez sem muita sinceridade, diz que seria melhor fosse o dinheiro dado aos pobres. Outros habitantes, ao contrário, especialmente os donos das casas alugadas à empresa petrolífera, os comerciantes, os rapazes sem emprego colocados pela empresa ficavam muito alegres porque o dinheiro entrava na cidade para quebrar o ciclo da pobreza. Enfim, onde muitos já poderiam usar os rendimentos adicionais para efetivar uma demanda secularmente asfixiada.

Vitória, ES, setembro de 2003.

Referências:

(1) BORGIO, Ivan. "Novas Crônicas de Roberto Mazzini"; Vitória, Gráfica Espírito Santo-UFES, 2003.p.141/6.

(2) Exemplo da dinâmica do processo industrial (produção em larga escala):

ANO	Vendas unitárias carros Ford	Preço do mod. típico (turismo) em US\$	Modelo
1907—1908	6.398	2.800	K
1908—1909	10.607	850	
1909—1910	18,664	950	T
1910—1911	34,528	780	
1911—1912	78.440	690	
1912—1913	168.304	600	
1913—1914	248.307	550	
1914—1915	221.805(*)	490	
1915—1916	472.350	440	
1916—1917	730.041	440	

(*) 10 meses

Fonte: HEILBRONER, Robert L. - "A Formação da Sociedade Econômica" - quinta edição; Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984 p. 145. "Muito embora a maquinaria necessária à produção em série seja extremamente dispendiosa, a produção aumenta tão depressa que os custos *por unidade* produzida caem espetacularmente". Idem, p. 144.

(3)-"A definição tradicional (de *homem econômico*) é a seguinte: o homem que luta pela satisfação máxima com um mínimo de sacrifício. Mas tal definição é trivial e tautológica; nenhum outro tipo de homem é imaginável. Para o perdulário, a orgia ocasional proporciona tanta satisfação quanto a contemplação do dinheiro parado para o usuário. O que se entende então por "satisfação" na definição do "homem econômico",

é algo mais limitado; não a satisfação como tal, mas uma forma definida de satisfação: a que vem da obtenção de mais bens e não menos.” HEIMANN, Eduard – “História das doutrinas econômicas”- terceira edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976 p. 81.

(4)- LEAKEY, Richard E. - “A evolução da humanidade”; Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.p. 107.

(5) – “Registro e controle, eis o essencial tanto para a” “organização” como para o funcionamento regular da sociedade comunista em sua *primeira fase*... O registro e o controle neste domínio foram simplificados ao extremo pelo capitalismo que os reduziu às operações mais simples de fiscalização e anotação e ao fornecimento dos recibos correspondentes, coisas ao alcance de qualquer um que saiba ler e escrever e conheça as quatro regras aritméticas “. *In Lênin, V.I. ;” O Estado e a Revolução* “- Rio de Janeiro, Editorial Vitória Ltda. 1961.p.123”.

(6)- Tomando-se como base o ano de 1850 encontramos uma variação positiva de preços da ordem de cerca de 4% e uma variação positiva de salários da ordem de mais de 80% no ano de 1907. Note-se que no intervalo entre 1850 e 1907, manteve-se a tendência de os salários subirem mais que os preços o que indicou melhoria do padrão de vida da população inglesa no período. Vd. Apêndice bibliográfico de “Princípios de Economia Política” – MILL, John S. - México, Fondo de Cultura Económica, 1951, p.856.

Esses últimos dados afloram um problema crucial que não é, obviamente discutido aqui senão em termos conceituais, isto é, a dicotomia *acumulação e compartilhamento* que está na raiz da discussão entre crescimento *versus* desenvolvimento econômico e que, para uma qualificação mais conservadora e também mais imprecisa, teria os nomes de capitalismo e socialismo. Exemplos típicos de concentração encontram-se nos estudos relacionados com a sociedade agrícola tradicional o que leva Cipolla afirmar que “No entanto, é inegável que uma das principais características da Europa pré-industrial, como de *todas* (grifo meu) as

sociedades agrícolas tradicionais era um contraste impressionante entre a miséria abjeta da massa e a opulência e a magnificência de um pequeno número de grandes ricos”. CIPOLLA, Carlo M. – “História da Europa pré-industrial” - Lisboa – Edições 70, 1988, p. 20/1. Por outro lado, o próprio Cipolla cita um aspecto da sociedade inglesa do século XVII onde seu rendimento anual total foi calculado em cerca de 43 milhões de libras. Diz Cipolla: “O fato de 28% de esse rendimento estar concentrado nas mãos de somente 5% das famílias significava que essas famílias tinham um rendimento médio anual de 185 libras e, desse modo, uma notável possibilidade de economizar. De fato, George King calculava que essas famílias poupavam 13% do seu rendimento anual. A sua poupança total de 1,3 milhões de libras representava 72% da poupança nacional (1,8 milhões de libras). Se o rendimento nacional de 43,5 milhões de libras tivesse sido subdividido de modo perfeitamente igualitário entre os 1,36 milhões de famílias que constituíam a população inglesa, cada família teria recebido um rendimento de 32 libras. A este nível, nenhuma família estaria em situação de poupar e a poupança nacional seria reduzida praticamente a zero”. CIPOLLA, Carlo M. idem, op.cit. p. 52. O que, acrescento, inviabilizaria um dos fatores que deflagraram a revolução industrial. Então, o velho problema: até onde políticas distributivistas ou concentradoras? Um problema extremamente complexo e que não comporta soluções simplistas e muito menos poderia ser desdobrado aqui. Com toda cautela talvez se possa dizer que numa sociedade agrícola onde a estagnação é a regra, a concentração leva à decadência. O exemplo típico é o de Roma onde a carga tributária incidente sobre a pequena propriedade fez com esta fosse abandonada e ensejou o mote “O latifúndio arruinou a Itália”. Uma discussão que implica também em posições ideológicas bem marcadas já que os interesses dominantes têm influência decisiva sobre os rumos da política econômica. Galbraith, com sua ironia peculiar, ao abordar o assunto disse o seguinte: “Nada caracteriza de maneira mais segura a grande verdade social, a verdade econômica em particular, do que a tendência de ser agradável ao interesse econômico dominante. O que os economistas crêem e ensinam, quer nos EE. UU. quer na União Soviética, raramente é hostil às instituições – a organização empresarial privada

ou o Partido Comunista – que refletem o poder dominante. Não perceber isso requer muito esforço, embora muitos consigam”. GALBRAITH, J.K. – “A era da incerteza” – São Paulo, Editora da Universidade de Brasília, 1979, p.84. Acho que os economistas poderiam dizer que não lhes cabe determinar o que “deveria ser” mas o que “é”, na clássica distinção entre *doutrina* e *teoria* proposta por Gaetan Pirou. Isto é, os economistas devem decidir, com base na escassez relativa de recursos, as melhores alternativas para suas alocações e não cogitar como seria melhor o mundo se..., tema mais apropriado para os que determinam a política econômica. Além disso, numa perspectiva futura, a aferição exata de dados estatísticos, da aplicação de técnicas econométricas, trabalho de economistas, será de importância para sugerir políticas que tendam a melhorar a distribuição de renda. Uma distribuição que, por exemplo, não pode se efetivar no quadro indicado por Cipolla na nota supra mas que também não pode se cristalizar em privilégios no caso de acumulação predatória, algo que fica aqui com essa precária qualificação. Mas este, afinal, é o tema principal deste ensaio que poderá ser desdobrado em sub-temas, com a esperança de que após percorrer caminhos mais longos ou atalhos possam, ao termo, voltar à idéia de uma “Oferta no altar do tempo”. A fundada expectativa de que isso possa ocorrer é que para ancorar todas as possíveis e inevitáveis especulações/verificações empíricas, seria indispensável que o dado da oferta no tempo fosse preservado. Quero dizer, nas várias fases históricas quais as reais possibilidades do aparelho produtivo responder pela oferta de bens necessária para a sobrevivência da sociedade que esteja em análise. Desejável também que nos vários estágios em que se desenvolve a ação humana destinada a suprir necessidades econômicas fossem também indicados dois parâmetros fundamentais: ordem e liberdade. Para lembrar Heimann: liberdade sem ordem é fisicamente impossível; ordem sem liberdade é eticamente intolerável.

Ivan Borgo é professor aposentado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde lecionou as disciplinas de História do Pensamento Econômico e História Econômica.

MEMÓRIA ÍTALO-CAPIXABA

(Mesa Redonda)

Ivan Borgo

Professor aposentado da UFES

Associado do IHGES

Tempo da Segunda Guerra.

Lembro de certa noite em que meu pai conversava com o hábil mecânico alemão Ricardo Shorling, na sala de jantar de minha casa da infância. Meu pai era proprietário de uma pequena indústria de madeira, localizada em Campinho, em nossas montanhas. Para atender aos pedidos dos artefatos produzidos em sua indústria, precisava aumentar o estoque de matéria-prima, ou seja, tábuas serradas extraídas das matas próximas. O processo tradicional de produção dessas tábuas ocorria nos chamados estaleiros onde dois homens acionavam uma grande serra chamada *grupião* (não encontrei a palavra nos dicionários consultados). Uma pessoa ficava na parte inferior do estaleiro e a outra em cima da tora. Com movimentos alternados, para cima e para baixo, as tábuas eram produzidas. Um processo trabalhoso e demorado.

De modo então que meu pai e o Shorling conversavam naquela noite e meu pai havia feito o desenho de uma máquina que utilizava energia elétrica, substituindo assim, a energia humana no processo de serrar as tábuas. O Shorling fez as adaptações técnicas necessárias e fabricou um engenho em sua oficina mecânica que ficava nos arredores da vila. Para fabricá-lo, usou uma sucata de carros Ford, modelo T, já que, em virtude da Guerra, havia grande escassez de material acessório.

Mais tarde, vendo o engenho funcionar cortando tábuas com rapidez incrível, asseguro que, a meus olhos infantis, nunca a técnica humana me pareceu tão maravilhosa.

Ainda como memória desse espaço encantado da infância, estou ouvindo a conversa de meu pai com o Roberto Kautsky Sênior, produtor de vinho de laranja. Mais tarde, seus herdeiros ampliaram a empresa que hoje é a maior indústria de refrigerantes do Estado, a Refrigerantes Coroa. Pois nessa época, o Kautsky encomendava a meu pai uma roda d'água para acionar sua pequena fábrica. A fim de atender ao pedido, meu pai contratou um artesão de nome Taquetti. A roda foi instalada e funcionou durante vários anos.

São lembranças de fatos que uma certa ótica poderia até qualificar como sem importância. Não creio que sejam. Valem não apenas como recordação sentimental mas comportam alguns significados.

Nesta mesa-redonda em que se procura rastrear a memória daqueles que vieram para a nova pátria a fim de reconstruir suas vidas e afinal participar da construção da pátria que os acolheu, esses são exemplos singelos, é verdade. Mas têm força emblemática. Estão ligados a esses personagens que aqui chegaram a partir do século XIX e a seus descendentes que também estão comprometidos com a inovação, com a mudança nos processos de *fazer*. Fatos que, estou certo, se multiplicam, até com dimensões maiores, na memória de muitos dos que aqui se encontram.

Quando se fala em *inovação*, tem-se presente os vários tamanhos que o termo possui. Contudo, seja em que dimensões forem, a inovação, do ponto de vista da atitude do homem face aos recursos naturais, tem sempre a mesma característica: colocar a natureza a seu serviço como objeto de consumo ou meio de produção. Assim tem sido desde a invenção da roda. De um ponto de vista essencialmente econômico, as inovações, introduzidas por empreendedores e empresários, no contexto do desenvolvimento capitalista, assume até a dimensão de motor do ciclo econômico da prosperidade, como na tese de Schumpeter se quisermos extrapolar a inovação econômica para uma dimensão maior.

Os italianos que emigraram o fizeram por motivos econômicos ou políticos, mas, de qualquer modo, generalizando, se vinculavam a uma tradição pré-industrial com fortes ligações culturais ao medievo. As inovações que procuraram implantar, de início, se ligavam antes de tudo à necessidade de sobreviver. Na seqüência, a possibilidade de criar reservas fundamentadas na abstinência. Um processo que resultou na formação de capitais que deram origem a vários empreendimentos capixabas.

Nesta altura me parece oportuno socorrer-me de Carlo Cipolla, professor de História Econômica das Universidades de Pavia, na Itália e Berkeley, na Califórnia, através de sua “História Econômica da Europa pré-industrial”. Diz Cipolla que o tema dominante das concepções de mundo greco-romana e oriental era o da harmonia entre o homem e a natureza – parentesco que pressupunha a existência de forças invisíveis na natureza às quais o homem devia submeter-se. Um exemplo: “Quando os habitantes de Cnidus perguntaram ao oráculo de Delfos sua opinião acerca da oportunidade de abrir-se um canal que cortasse o istmo de sua península, o oráculo respondeu: _Zeus teria criado uma ilha e não uma península se tal fosse sua vontade”. Diz Cipolla que, de algum modo, o mundo medieval conseguiu quebrar essa tradição, identificando nos santos do catolicismo elementos de inconformismo, necessários para a mudança. Cipolla afirma que os santos estavam empenhados em suplantar as forças da natureza. Ou seja, domesticar a natureza não era um pecado. Era um milagre.

Quem conhece as montanhas do Espírito Santo nas áreas de colonização italiana, sabe das inúmeras capelas semeadas por vales, montes e quebradas, em intenção dos santos da tradição católica. Nas minhas recordações mais caras estão sempre presentes as festas na capela de Santo Antonio, no sub-distrito de Santo Antonio de Araguaia, na beirada da Mata Atlântica, com seus *crostollis*,

queijos, polentas com frango, vinho e muita cantoria. Santos que inspiraram os imigrantes para que realizassem, através do trabalho, o milagre da sobrevivência em meio a inúmeros obstáculos.

Não existe assim a menor dificuldade para compreender que essas capelas e igrejas representam símbolos que precisam ser preservados por seu significado mais profundo da cultura desse bravo povo das montanhas. Aqui, o registro inevitável. Esses símbolos não podem ser destruídos como ocorreu com a recente demolição da igreja de São Miguel de Araguaia. Um ato equivocados e sem qualquer justificativa plausível. Faço eco à opinião do jornalista Tales Alvarenga que, em artigo publicado na revista “Veja” desta semana, diz que “Nada existe de saudosismo na atitude de sentir falta de um passado demolido. Acontece que o futuro costuma nascer da reelaboração do passado. Quando não se tem um passado, fica impossível reelaborar as coisas que preencherão o futuro”.

Cláudio Lachini, hoje jornalista famoso, ítalo-capixaba de Colatina, em artigo publicado na “Gazeta Mercantil” de São Paulo, em 6 de agosto do ano passado, fala do moto-contínuo, a máquina fantástica. Diz ele: “Quando criança vi meu pai, Francesco Giuseppe, dito Chico, construtor de rodas d’água, enrolador de dínamos, mestre de sinos e obras, trabalhar meses a fio em uma miniatura de rodas sobre rolimã que giraria até o final dos tempos, nossos e dos que hão de vir”. Isto é, Lachini dá um exemplo de mais uma manifestação dessa síndrome do milagre, traduzido em ação humana. A busca para vencer as dificuldades que os imigrantes enfrentaram valorosamente.

Para finalizar, seria oportuno situar historicamente as ações dessas pessoas em sua procura de utilizar forças da natureza em favor de objetivos práticos, visando atender necessidades humanas e que, no caso deles, nos primórdios, foram essenciais para que sobrevivessem. Um tema que, em termos mais refinados, foi tratado por Georg Lukács. Mas o assunto é vasto e estaria fora das intenções

desta mesa-redonda, creio eu. De qualquer modo, será necessário enfatizar que seria procedimento anacrônico uma análise negativa das ações dessas pessoas num contexto atual em que se tenta estabelecer os necessários limites ao uso da natureza.

Muito obrigado.

(Esta mesa-redonda foi realizada no dia 9 de junho de 2004, na Universidade Federal do Espírito Santo-Ufes/Departamento de Línguas e Letras. Além do autor destas notas participaram da mesa-redonda Lea Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Ezequiel Ronchj Neto, Ermano Minuto e Paolo Spedicato, coordenador da mesa. Apoio do Vice-consulado da Itália em Vitória, do Instituto Italiano de Cultura do Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo).

PEDRO E O PÊRO DA CARTA

José Mário Tironi

A espiritualidade tem mostrado que não existe “coincidência” nem fatalidade quanto aos acontecimentos em nossa vida e conseqüentemente nos fatos que influenciam o holopensene, ou seja, o pensamento dominante de uma comunidade ou de um povo. Muitos interpretam esses fatos considerando-os apenas sincronicidade conjuntural, por vezes benéficos, por vezes nefastos.

Há aproximadamente 500 anos, **Pedro Álvares Cabral e Pêro Vaz de Caminha**, navegando “por mares nunca de antes navegados” e empurrados pela calmaria da sincronicidade, aportam ao leste de um continente, considerado em princípio uma ilha, conforme registros históricos; sendo que um tinha a missão de comandar uma frota e o outro a incumbência de relatar, através da palavra escrita, tudo de interessante que acontecesse naquela viagem de endereço, dizem, duvidoso. O **Pedro**, no caminho certo, ou não, cumpriu sua missão, levando seus comandados às novas terras, acrescentando um imenso território ao poderio português. O **Pêro**, que também significa **Pedro**, poderia ter feito diferente e mudado o rumo da nossa história, se escrevesse aquela carta com menos entusiasmo e encanto com o que por aqui viu; onde poderia ter omitido frases como: “os arvoredos são muitos e de infindas maneiras”, quando **Portugal** não teria dado tanta importância à descoberta — o que não aconteceu nos primeiros anos, após o descobrimento — propiciando a que outras nações fizessem a colonização da **Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz ou Terra do Brasil** — nome mais conhecido, devido à cor vermelha, como brasa, do pau-brasil, madeira abundante nesse **Novo Mundo**,

sendo os franceses, holandeses, espanhóis ou ingleses, nossos prováveis colonizadores.

Fazendo uma reflexão com enfoque tipicamente **capixaba**, mas com uma abrangência nacional; **se fossemos colonizados pelos franceses**, teríamos a maravilhosa cultura francesa a nortear o nosso dia-a-dia e haveria espalhado pelo país, réplicas do **Louvre**, com seu magnífico acervo. Conviveríamos com a “finesse” de uma língua sensual e bela, trazida pelo charme de **Paris**, quando naturalmente Cariê, reforçando esse charme, já teria lançado seu CD, cantando em francês e com toda chance de “estourar nas paradas”, tendo certamente Jorge Saadi como seu parceiro para os arranjos de teclado e nossa Maysa teria cantado mais “pérolas”, em francês, sendo que Regina e Hélio não precisariam mais ir à Paris para tomar “banho de civilização” e o lançamento do livro de Hélio causaria o maior “frisson” na nossa sociedade, pois seria em francês, feito com requinte e em uma edição de luxo. O “**Occident Express**” seria um trem luxuoso que sairia da “**Estação Bermudas**” na **Praia do Canto**, com destino à sofisticada **Beverly Hills**, via **Ball Harbour**, com direito a um roteiro alternativo para o sul, passando por **Ipanema**, **Vieira Souto**, **Jardim Europa**, **Punta Del Este** e pelo bairro da **Ricoleta**, em **Buenos Aires**. Cada moqueca do **Restaurante Pirão** teria a elegância de ser numerada e servida com cerimônia e com todo requinte da boa mesa francesa. **Que venha a 16.523**, sem “**escargot, s’il vous plaît**”, porquê a moqueca é a do Pirão e o “escargot”, só se for preparado por Irajá Resende Andrade e além da riquíssima literatura francesa, seríamos agraciados com a vasta cultura de Gilbert Chaudanne, ao vivo e em cores, enriquecida com o mais puro francês, o que nos possibilitaria entender melhor o teórico de teatro, escritor, poeta, ator de cinema e teatro, desenhista e cenógrafo Antonin Artaud. Já teríamos há mais tempo hipermercados modernos, com graciosas fiscais de caixa, usando vistosos uni-

formas e “deslizando” suavemente em seus patins. Certa empresa para comemorar o sucesso, em **Cachoeiro de Itapemirim**, mandaria construir, em **Vitória**, o nosso **Arco do Triunfo**, provavelmente entre o **Penedo** e o antigo **Clube Saldanha da Gama**, por ser um local bem visível, marcando, para sempre, aquele acontecimento. Outra empresa, para ganhar espaço na mídia, aproveitaria o visual e mandaria aterrar a **baía de Vitória**, criando um magnífico “**Champs Élysées dos Trópicos**” e que se danasse as exportações e importações da “village”, pois o “**Port de Requin**” — leia-se **Porto de Tubarão** — poderia incumbir-se dessa tarefa. O **Convento da “Notre Dame de la Roche”** — ou **Nossa Senhora da Penha** — devido a sua privilegiada localização no alto daquela majestosa montanha, seria um importante ponto turístico internacional, bem explorado pela mídia e conhecido em todo mundo, pois pouquíssimos locais no mundo são tão belos quanto aquele Convento iluminado, iluminando os passos de um povo que pode perder tudo, menos a fé. **A Torre Eiffel**, seria erguida ao lado do nosso aeroporto, o que não seria incoerência, pois faria contraponto a elevação que estrategicamente (sic) existe na cabeceira do **Aeroporto de Goiabeiras** e mesmo o **Parque Moscoso**, com suas flores e a bucólica pontezinha sobre seu lago, seriam impressionantemente pintadas por **Claude Monet**, com todas as gamas de matizes e tons, revelados magistralmente em transparência, brilho e reflexos.

Se os holandeses fossem nossos colonizadores, teríamos alguns moinhos embelezando nossas paisagens e cada esquina da cidade seria contemplada com um quadro original do genial **Vincent Willen Van Gogh**. Os tamancos holandeses que são de madeira, poderiam agradar a muita gente, menos a **Carmen Miranda** que subiria literalmente “nas tamancas”, pois encontraria dificuldade em fazer seus requebros no “chica-chica-bum”, equilibrando-se no salto daqueles calçados pesados, sendo que certo Prefeito, que no mais puro holandês, teria o nome de **Paulus**,

encheria nossa cidade de tulipas, conseguindo a proeza de tornar a **Praça dos Namorados**, ainda mais bela e colorida.

Caso a colonização fosse espanhola e apesar dos tratados acordados entre **Castela e Portugal**, certamente o **Maracanã** seria nossa **“Plaza de Toros Monumental”** e os “olés” das torcidas dos campos de futebol, seriam ainda mais vibrantes e apaixonados. O **Vale do Canaã**, por sua beleza natural, seria nosso **“Vale de los Caídos”**. Teríamos o conforto e a facilidade de praticar um **“alpinismo metropolitano”** no belo **“Parque de la Piedra de la Cebolla”**, sem desembolsar nenhuma “peseta” e criaríamos emocionados um **“caliente” tango-sincopado**, cantado por **Nelson Gonçalves**, encarnando a figura de **Gardel**. A culinária portenha, provavelmente seria comparada à nossa; quando Tiêta e Ronaldo não necessitariam acompanhar grupos em excursão para saborear as delícias gastronômicas de **Buenos Aires** e nosso **“tupiniquim-tour”** teria um roteiro passando pelo burburinho do famoso e badalado **“Triângulo das Bermudas” na Praia do Canto**, nas confrontações das ruas **João da Cruz, Aleixo Neto e Joaquim Lírio**. A **“paella”** seria colorida pelo toque aborígene do urucum, tornando aquele prato mais atraente e saboroso. Nosso **Portinari**, pela proposta social da sua obra, talvez tivesse **Goya** em seu nome e poderíamos ter ainda obras literárias esplêndidas, como a do “cavaleiro da triste figura”, no célebre **“El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”** de **Miguel de Cervantes Saavedra**.

Se colonizados pelos ingleses, em lugar da cidade de **São Sebastião do Rio de Janeiro**, teríamos um clone de **Londres**, com direito a um **Cristo Redentor** e ainda o maior estádio de futebol do mundo, o que seria perfeito, pois o **Maracanã** estaria na terra dos inventores do-**“soccer” – futebol** - onde o **Rei Pelé** certamente adentraria aos estádios em carruagens puxadas por cavalos puro-sangue e com todos os brasões e insígnias a que merecida-

mente tem direito e seríamos campeões de todas as Copas do Mundo e não ficaríamos tão ansiosos a cada quatro anos, pois a coisa seria tão fácil que a **“Copa Jules Rimet”, atual “Copa FIFA”,** teria o nome de **“Tacinha Brasil”,** ou **“Pelé- Gar- rincha- Bobby Charlton Cup”**. O nosso **Parlamento**, por necessitar grandiosidade e notoriedade, provavelmente seria erguido na **Enseada do Suá**, facilitando a comunicação entre as entidades públicas, sendo que os ônibus do **Transcol**, seriam vermelhos e de dois andares, provocando um destaque de cores, no alto do vão central da **Terceira Ponte**, facilitando a visão dos pilotos da **“British Airways”** cujos aviões não fariam vôos rasantes, como ocorre atualmente, assustando os súditos da região **Norte do Condado**, ou seja, **moradores da Praia do Canto, Santa Lúcia, Santa Helena, Jardim da Penha, Mata da Praia, Jardim Camburi e Goiabeiras**. O palácio **Anchieta-Buckingham**, ostentaria luxuosos portões dourados e enfim teríamos certeza de que os restos mortais do nosso **Bea- to Anchieta** repousariam em nossas terras para sempre, ou já haveria algum **Saint James**, incorporado à nossa história e à nossa fé. As **“carroças”** que ainda usamos, seriam substituídas, há mais tempo

por carros de alta tecnologia automobilística da escuderia inglesa, trazendo a quase perfeição da **Fórmula 1**. Nossas Faculdades teriam a qualidade das **Faculdades de Cambridge e Oxford** e a passarela de concreto da **Winston Churchill Avenue – atual Avenida Fernando Ferrari** – seria usada

com maior frequência por estudantes bem alimentados, bem vestidos e disciplinados. Um relógio **Big Ben** seria instalado na **Estação Pedro Nolasco** e teríamos trem saindo exatamente às 16h23min com todo o charme e sofisticação da pontualidade britânica.

No entanto, como fomos colonizados pelos portugueses que permitiram na nossa formação étnica um fantástico caldeamento de raças e que nos deixaram, entre outras, a herança do gostoso bacalhau, principalmente se feito por Maria Alice Pessoa,

ou quando era preparado por David Teixeira Filho, sem esquecer da **“Lareira Portuguesa”** e do **“Tio Quinzinho”** e com certeza, devido á nossa índole; ao depararmos com a condição de vida de uma sociedade muito organizada, onde tudo funcionasse e bem; naturalmente nós, como bons brasileiros, perderíamos a espontaneidade e o otimismo para com as coisas boas da vida, comprometendo nosso alto-astral, quando seríamos um povo sisudo e carrancudo; entediados pela monotonia e rotina de uma disciplina rígida e severa.

Assim sendo, celebremos a máxima de **“Deus escreve certo por linhas tortas”** e façamos um brinde àquela providencial sincronicidade conjuntural que colocou uma calmaria no caminho de um **Pedro, o Álvares Cabral, propiciando a formação de um povo privilegiado e único, cuja energia positiva e fraterna vem atuando e influenciando na consolidação de uma egrégora de paz em nosso planeta, dando exemplo para o mundo do verdadeiro significado do que seja liberdade e otimismo, dentro da mais pura e sacrossanta alegria de viver, quando sabemos que em vários países, devido à rigidez imposta, ocorre um alto índice de pessoas que atentam contra a própria vida; lembrando da história daquele homem que era tão pobre, tão pobre, mas tão pobre, que só tinha dinheiro e ainda que certas coisas não se comprem e que as coisas boas da vida, não são coisas.**

Brindemos pois, pedindo: Que venha a 16.523, sem “escargot, s’il vous plaît”

Contatos - fontes: (27) 33156077
33251601 (fax)
Cel. 92932557
e-mail:jmtironi@terra.com.br

MEUS MESTRES INESQUECÍVEIS

José M.C.Valente
Professor aposentado da UFES

Considero o melhor período da minha vida aquele em que cursei o científico do Americano (1943-1945), inaugurando os três anos colegiais implantados pela Reforma Capanema, no meu entender a mais importante das reformas educacionais brasileiras.

Naquele tempo, eu “curtia” a vida balançando-me entre a “paquera dançante” no Clube Vitória e as raquetadas físicas e sociais no Praia Tênis Clube. Mas nem por isso deixava de levar a sério os meus estudos. De um lado, impulsionado pelo senso de responsabilidade e pela permanente fiscalização do meu saúdo pai; e, de outro lado, porque fui contemplado com uma plêiade de professores espetaculares. E são esses mestres inesquecíveis que pretendo homenagear aqui postumamente, com grande honra e prazer, citando os seus nomes pela ordem alfabética: ALBERTO STANGE JÚNIOR (Filosofia), CECILIANO ABEL DE ALMEIDA (Matemática), CÍCERO DE MORAES (Matemática e Geografia), CIRO VIEIRA DA CUNHA (Português), CRISTIANO FERREIRA FRAGA (Biologia e Espanhol), EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE (Português), IVO AMÂNCIO DE OLIVEIRA (Francês e Português), JOÃO CRISÓSTOMO BELESA (Física), MANOEL DOS PASSOS BARROS (Matemática), MAURO DE ARAÚJO BRAGA (História), NELSON ABEL DE ALMEIDA (História), QUINTINO BARBOSA DE FIGUEIREDO (Desenho) e SÉRYNES PEREIRA FRANCO (Química).

Cumpre-me destacar que todos eles eram autodidatas em suas respectivas funções docentes (a Faculdade Nacional de Filo-

sofia [atual UFRJ] da antiga Universidade do Brasil foi criada em 1939). E mais: todos, além de dominarem amplamente suas respectivas matérias eram também dotados de excelente nível cultural.

Por isso, parece-me que consigo avaliar, embora vagamente, o quanto lhes devo. Se dispusesse de tempo e da necessária disciplina para tal, gostaria de promover o desfile de suas personalidades; mas essa tarefa seria obviamente para um colega que possuísse os imprescindíveis atributos para executá-la. Nesse sentido, fico apenas no aperitivo e lanço o desafio para quem se animar a servir a refeição.

NOBREZA CAPIXABA

Paulo Stuck Moraes

Historiador e associado do IHGES

Ao contrário do que cita Eurípedes Queiróz do Valle (*O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses, páginas 42 a 44, 3ª edição, 1971*), o Espírito Santo não teve mais que sete representantes agraciados com títulos de nobreza. Pode, inclusive, ser contestado esse número, uma vez que alguns deles não eram nascidos em terras capixabas, apesar de terem fortes ligações com a solo espírito-santense. Os capixabas comprovados são apenas três (barões de **Aimorés**, **Monjardim** e o terceiro de **Itapemirim**), havendo dúvidas quanto ao barão de **Guandu** (pouco provável) e ao barão de **Timbuí** (bastante provável). Os outros dois eram um paulista e um fluminense (primeiro e segundo barões de **Itapemirim**, respectivamente). Quanto ao segundo barão de **Itapemirim**, considerando que, quando do seu nascimento, Campos dos Goytacazes ainda estava incorporada ao Espírito Santo¹, podemos considerá-lo capixaba, apesar de a cidade de seu nascimento hoje pertencer ao vizinho estado do Rio de Janeiro.

As citações de do Valle incluem barões que tiveram o título marcado por nomes de localidades capixabas (mera coincidência), sem, no entanto, qualquer ligação com a então província. O barão de **Castelo** (Manoel Luiz Rabello), era fazendeiro na região de Santa Maria Madalena (RJ). O barão de **Conceição da Barra** (José Rozendo de Carvalho) era nascido em Minas Gerais, tendo falecido em São João Del Rey, e foi conceituado chefe político naquela província. O primeiro barão de **Guandu** (Ignácio Antonio de Souza Amaral - falecido em 1878) era fazendeiro (Fazenda

Olaria, em Iguaçú) fluminense. Já o barão de **Vila Velha** (Joaquim Augusto de Moura) deve a sua denominação ao antigo nome de Livramento (BA), cidade para a qual fez vultosa doação para a instrução pública local.

As personalidades que podem ser consideradas da nobreza capixaba são as seguintes:

1º Barão de Itapemirim (1846-1860)

Joaquim Marcellino da Silva Lima

(São Paulo (SP), c.1780-Itapemirim (ES), 18.XII.1860)

Fazendeiro e político capixaba, de origem paulista. Veio para o Espírito Santo em 1802. Possuía terras que acompanhavam o rio Itapemirim, sertão a dentro, atingindo até a região de Alegre. Em 1820, recebe em sua residência, em Itapemirim, a comitiva comandada pelo sargento-mor Manoel José Esteves de Lima, que partira de Mariana (MG), com o intuito de explorar a região sul espírito-santense. Sendo vice-presidente da província, exerceu a presidência interinamente em diversas oportunidades: de 28.XII.1844 a 13.XII.1845, de 03.V.1846 a 27.V.1846, de 02.VIII.1849 a 09.VIII.1849, de 01.VIII.1853 a 04.II.1854, de 15.VII.1855 a 08.III.1856 e de 15.I.1857 a 18.VI.1857. Deputado provincial (1844-1845), (1846-1847), (1848-1849), (1852-1853). Presidiu a Assembléia Legislativa Provincial em 1853. Recebeu o título de Barão a 15.XI.1846. Foi elevado a Barão com honras de grandeza (único, na província) a 31.XII.1849. Teria falecido de desgosto, por D. Pedro II ter preferido se hospedar em um vizinho (e adversário político), quando da sua visita ao Espírito Santo, no início de 1860.

Barão de Timbuí (1874-1883)

Olindo Gomes dos Santos Paiva

(?, ?-?, 19.VIII.1883)

Político capixaba. Pesquisas genealógicas recentes indicam que talvez seja irmão da mãe do barão de Aimorés, o que o faria nascido em São Mateus, nos primeiros anos do século XIX. Deputado provincial (1870-1871), (1872-1873), (1874-1875). No seu ato de nomeação é citado por *relevantes serviços prestados à humanidade, à linha telegráfica do norte e em relação à Guerra do Paraguai*. Agraciado com o título em 16.IX.1874

2º Barão de Itapemirim (1888)

Joaquim Antonio de Oliveira Seabra

(Campos dos Goytacazes (RJ), 1828-Rio de Janeiro (RJ), 23.XI.1888)

Político e comerciante capixaba de origem fluminense. Vereador em Cachoeiro de Itapemirim (1867-1870). Exerceu a segunda vice-presidência da província do Rio de Janeiro. Casado com uma filha do primeiro Barão de Itapemirim, foi agraciado com o mesmo título (o segundo desse nome), a 16.V.1888.

Barão de Aimorés (1889-1893)

Antonio Rodrigues da Cunha

(Conceição da Barra (ES), 1834-São Mateus (ES), 31.VII.1893)

Proprietário rural na região de São Mateus e Nova Venécia, onde fundou a Fazenda do Centro. Foi casado, em primeiras núpcias, com uma filha do primeiro barão de Itapemirim, e, em segundas núpcias, com uma irmã do barão de Rio das Flores. Agraciado a 24.VIII.1889

Barão de Monjardim (1889-1924)

Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida

(Vitória (ES), 20.IV.1836-Vitória (ES), 06.VI.1924)

Militar e político capixaba. Filho do coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Na condição de vice-presi-

dente da província, presidiu-a, interinamente, nos períodos de 19.II.1878 a 04.IV.1878, 02.I.1879 a 07.III.1879, 19.VII.1880 a 06.VIII.1880, 12.II.1882 a 02.IV.1882, 17.III.1884 a 01.V.1884, 29.I.1885 a 03.III.1885, 28.VII.1885 a 21.VIII.1885 e 18.VII.1889 a 19.VII.1889. Deputado provincial (1864-1865), (1866-1867), (1868-1869), (1888-1889). Deputado à Assembléia Geral (1881-1884). Presidente (primeiro eleito, na República) do estado, no período de 07.VI.1891 a 18.XII.1891. Deputado federal (1909-1912). Agraciado a 24.VIII.1889

2º Barão de Guandu (1889-?)

João Bernardes de Souza

Proprietário rural na região de Castelo. Foi tenente-coronel da Guarda Nacional, exercendo o cargo na estação Santa Helena, em Castelo. Agraciado com o título em 25.IX.1889. Casado com uma neta do Barão de Cocais

3º Barão de Itapemirim (1889-1916)

Luiz de Siqueira da Silva Lima

(Itapemirim (ES), 10.IV.1844-Rio de Janeiro (RJ), 09.XI.1916)

Magistrado e político capixaba. Filho do primeiro Barão de Itapemirim. Agraciado com o título de Barão de Itapemirim (o terceiro desse nome), em 25.IX.1889. Vereador em Cachoeiro de Itapemirim (1877-1882). Deputado provincial (1862-1863), (1884-1885), (1886-1887). Senador (1900-1908).

Levy Rocha (Crônicas de Cachoeiro), cita um 4º barão de Itapemirim (na realidade, o encaixa como segundo), que não existiu, pois não havia sucessão hereditária na nobreza brasileira. Trata-se do filho homônimo do primeiro barão. O título só era concedido por decreto imperial, e esse segundo Joaquim Marcellino da Silva Lima não foi com ele agraciado. Além disso, deixa no condi-

cional a existência dos outros dois, que, de fato existiram, face a existência dos respectivos decretos de nomeação.

Em São Mateus, o filho do barão de Aimorés, também homônimo do pai, ficou conhecido como Tônico Barão, apesar de nunca o ter sido, posto que já se encontrava o Brasil na República, por ocasião do falecimento do barão de Aimorés.

¹ *Os municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes (antiga capitania da Paraíba do Sul) estiveram ligados administrativamente à província do Espírito Santo desde 01.VI.1753, por provisão do Conselho Ultramarino (após a compra da capitania por D. José I, dos herdeiros de Pero de Goes), até a Lei de 31.VIII.1832, que desanexou-os, passando a jurisdição para o Rio de Janeiro. (Vide **Daemon, Basílio Carvalho** - Província do Espírito Santo - Sua descoberta, História cronológica, sinopse e estatística, anos respectivos).*

A UTOPIA AMERICANA DE NERUDA

Ester Abreu Vieira de Oliveira
Professora do CESV e da UFES
Associada do Instituto Histórico do Espírito Santo
da Academia de Letras Espíritosantense
da Academia Feminina Espíritosantense de Letras
da Associação de Espanhol do Espírito Santo.

O homem tem uma vivência do mundo marcada pelo concreto, o que o faz reconhecer o cosmo, como o lugar que lhe é próximo e o faz criar a palavra para indicar alguma coisa palpável. Assim as palavras abstratas como vida e morte possuem realidade e, quando se relaciona vida como vitalidade, manutenção das funções dos órgãos e morte como o fim das funções vitais, essas ações abstratas criam vida, e se tornam percebidas. A morte, por exemplo, é percebida através do olhar que o vivo tem sobre aquele, ou aquilo que perdeu a vitalidade, a *pneuma* – o sopro vital. Mas o olhar não consegue apreender, através da imagem do que vê, o fim do órgão. Porém o homem, subjetivamente, cria possíveis imagens dissociadas entre o que vê e o que não vê pela realização de palavras que deixam de indicar apenas coisas existentes no mundo presente ou passado para ser capazes de criar conceitos, que podem ser compreendidos e aceitos pelo homem. As representações do mundo, criadas pelo homem, fazem esse cosmo existir.

Pablo Neruda é um poeta de tradição regional e de constante evolução formal e um dos poetas mais expressivos da América hispânica, que soube compreender a dor e a opressão do homem e expressá-las através de símbolos e imagens. Seu valor inquestionável como poeta nos leva a prestar-lhe essa singela homenagem, como uma forma de participar dos festejos que se realizam, neste ano, em várias países, em comemoração ao seu centenário.

Neruda nasceu em Parral, no sul do Chile, em 12 de junho de 1904, sendo batizado com o nome de Ricardo Eliecer Neftalí Reyes Basoalto. Em Temuco passou a sua infância e em Santiago sua juventude e, depois de haver vivido em vários países, nesta cidade morreu em 23 de setembro de 1973. Publicou o *Canto general (CG)* 1950, mas levou 10 anos para concluí-lo.

No *CG* Neruda se revela um escritor comprometido, um homem de ação e de palavra, um poeta cívico que busca na tradição o seu fôlego vital. É um canto em que há uma constante identificação emocional do poeta com os perseguidos e oprimidos, com os sufocados pela colonização espanhola ou pelos mecanismos do colonialismo econômico destes tempos. Suas identificações o metamorfoseiam em irmãos consangüíneos, em mãos, em sangue, em luz e outras coisas. Mas, ainda, identifica-se com os mortos da catástrofe de Sewel: “Yo me llamo como ellos, como los que murieron [...] / Soy pariente de todos los que mueren, soy pueblo / y por toda esta sangre que cae estoy de luto” (Canto VIII). Identifica-se com os mineiros: “Era una multitud grasienda, / hambre y harapo, soledades, / la que cavaba el socavón. / [...] – pero yo fui de esos tormentos (Canto IV), e, também, com a luz: “soy y estoy en la luz que me produce” (Canto VII) e com divindades e união: “pero yo soy el nimbo metálico, la argolla / encadenada a espacios, a nubes, a terrenos” (Canto VII).

O *CG* surgiu como um canto geral do Chile, ao qual foi acrescentando outros, em épocas variadas, até formar um canto geral à América, depois de o poeta ter passado por uns 20 países, de ter assumido o compromisso da solidariedade com o mundo e de ter chegado ao desejo de descobrir as raízes americanas. Mas depois da morte de seu pai, em 1938, que não aprovava o seu trilhar pela poesia..

“Alturas de Macchu Picchu”, por exemplo, Neruda escreveu, em 1945 em Isla Negra, algum tempo depois de haver estado nas

ruínas de Macchu Picchu. É a segunda parte do livro, mas não da ordem de criação, e contém 12 cantos em que evocam as ruínas e os homens que viveram nessa fortaleza. A localização pede ao poeta uma ascensão no tempo e no espírito. É um canto elegíaco com uma opulência de linguagem construída com barrocas metáforas e de base clássica.

O *CG* é um poema épico, mas a intensidade lírica, as imagens e metáforas próprias de uma construção lírica, o tornam uma obra intermédia entre o canto épico e o canto lírico. Os cantos não seguem uma simetria silábica em seus versos. O VIII canto, por exemplo, está construído em hendecassílabo. É a única parte que segue uma regularidade métrica. Nesse canto o eu poético descreve o presente. Primeiro os dois rios de Macchu Picchu: o Urubamba que “La plata torrencial del Urubamba/ hace volar el polen a su copa amarilla (p. 268)”, e o Wilkamayu “serpiente despeñada”, de “blanca espuma, como la nieve herida [...] canta y castiga despertando el cielo”. Em seguida, apresenta-nos um habitante habitual; o condor que do ponto mais alto da fortaleza deserta, onde fica o relógio do sol, entre céu e pedra, está voando: “Y en el Reloj la sombra sanguinaria/ del condor cruza como una nave negra”. A vida se mostra no vôo alto da ave de rapina e a morte na ação dos que alçaram o desejo de construir com pedra sobre pedra a fortaleza.

Para compreender a composição do *Canto Geral*, lembramos que, durante o período de 1920 a 1940, houve uma crise de transição na atividade humana. Foi um período de grande transtorno social e político. Na América, revoluções militares e crises econômicas, na Espanha, queda da República Espanhola. Nessa época surge o fascismo internacional, inicia-se a segunda guerra mundial e os poetas, sentindo-se desamparados frente a essa realidade, adquirem uma postura de solidão e angústia, diante de sua obra, ou de um sentimento metafísico como a de Jorge Luis Borges. A

partir de 1940, desenvolve-se uma poesia social e política, sendo Nicolás Guillén e Neruda os poetas hispano-americanos de destaque. Contudo, sendo Neruda um homem de seu tempo, percebe-se em sua obra as várias tendências literárias do seu momento de existência: o modernismo, o romantismo, um certo classicismo, o futurismo, o cubismo, o ultraísmo, o dadaísmo, o creacionismo, uma tendência ao hermetismo, um comprometimento com a realidade política e social. E no *CG*, ele deixou clara, sem pejo, a sua ascendência poética européia, quando se dirige aos novos poetas da América:

Que amen como yo amé mi Manrique, mi Góngora.
mi Garcilaso, mi Quevedo:
fueron
titánicos guardianes, armaduras
de platino y nevada transparencia,
que me enseñaron el rigor, y busquen
en mi Lautréamont viejos lamentos
entre pestilenciales agonías.
Que en Maiakovsky vean cómo ascendió la estrella
Y cómo de sus rayos nacieron las espigas (p. 707).

A obra de Neruda, como obedece a uma vivência profunda, é comprometida e afetiva. Nela podemos obter uma biografia do poeta. No *CG*, pode-se comprovar essa afirmativa em sua declaração que é um, “libro común de un hombre, pan abierto/ es esta geografía de mi canto” (p. 711).

No *CG* o eu poético quis conhecer a morte, que esteve sempre presente no mundo, contida em todas as coisas, mas invisível, como o sal nas ondas, atuando secretamente para a destruição da vida e por ela foi convidado morrer “a sua própria morte”, quando lhe faltou solidariedade:

[...] puse la frente entre las olas profundas,
descendí como gota entre la paz sulfúrica,
y, como un ciego, regresé al jazmín

de la gastada primavera humana.

[...]

La poderosa muerte me invitó muchas veces

era como la sal invisible en las olas

[...] quise nadar en las más anchas vidas,

en las más sueltas desembocaduras,

y cuando poco a poco el hombre fue negándome

y fue cerrando paso y puerta para que no tocaran

mis manos manantiales su inexistencia herida,

entonces fui por calle y río y río,

y ciudad y ciudad y cama y cama,

y atravesó el desierto mi máscara salobre,

y en las últimas casas humilladas, sin lámpara, sin fuego,

sin pan, sin piedra, sin silencio, solo,

rodé muriendo de mi propia muerte” (p. 261; 264; 265).

Nos cinco primeiros cantos de «Alturas de Macchu Picchu», o poeta propõe a questão da morte e procura a causa da existência dessa destruição do cosmo. Mas não se conformando com a morte do homem, sai à procura da existência dessa força oculta: “yo al férreo filo vine, a la angostura/ del aire, a la mortaja de agricultura y piedra.» (p. 264). Sai desse instante de vivência para compreender a falta de vida e se afasta da vida para metaforizá-la. Contudo, a busca do submerso, na palavra, só pode ser desvendada através do desempenho da razão e com a memória, que traz o passado ao presente, o acabado para a existência atual. Nessa busca do acabar, se depara com a própria morte: «rodé muriendo de mi propia muerte». Essa verificação leva o poeta a penetrar na degradação do ser humano e é, em sua lírica, que vencerá a morte e, ao representar-se a si mesmo, sente-se homem entre os demais homens, pois são «hermanos».

Neruda, alma sensível, visitando as ruínas da fortaleza de Macchu Picchu, no Peru, em 1944, imaginou o sofrimento humano desprendido na construção dessa fortaleza e o associou ao trabalhador de seu tempo, que pode ser o nosso.

Essa preciosidade arqueológica de nossa América, pode ser visitada, indo de Lima a Cuzco, antiga capital do império incaico, e dessa cidade, em uma viagem de três horas de trem, ir até essas, ruínas, antiga residência de reis incas, a 2.400 metros de altitude.

A descoberta dessa beleza arqueológica aconteceu no princípio do século XX e esteve perdida durante muitos séculos, devido à sua localização nos Andes Centrais, limitada de um lado por montanhas íngremes: “pedra e bosque” e do outro pelas correntezas do Urubamba. Esse lugar é, como diz Neruda, “uma torre enterrada/ fundindo sua espiral mais abaixo de todas”. Durante o trajeto, vê-se o caminho inca, El Cuzco –Quito margeando o rio sagrado que desemboca no amazonas, Wilkamayu, segundo Neruda, de “sonoros fios” (canto VIII e IX). Macchu significa, velho, Picchu, morro, montanha piramidal. Lembramos que montanha é símbolo de alto, vertical, supremo, divino, perto do encontro entre o céu e a terra. Essa é a impressão dos que visitam Macchu Picchu, de lugar onde há a integração da natureza e da arte. Sem dúvida, o encanto natural do local, a admiração pela constatação de um esforço humano grandioso desprendido na construção e a tristeza por ver um esplendor arruinado, absorve a alma daqueles que visitam esse lugar, e marcou a sensível alma do poeta Neruda, que, na parte do CG “Alturas de Macchu Picchu”, se faz o portavoiz dos desconhecidos operários daqueles desaparecidos habitantes, o que fica claro ao terminar o canto, quando diz: “Venho falar por vossa boca morta./[...] Falai por minhas palavras e por meu sangue”. Quando inicia o canto a Macchu Picchu há uma imagem de desolação: “Do ar ao ar como uma rede/ vazia, [...]”. Mas exalta o lugar sagrado quando o vai terminando com uma ladainha:

Águia sideral, vinha de bruma.
Bastão perdido, cimitarra cega.
Cinturão estrelado, pão solene.
Escalada torrencial, pálpebra imensa.
Túnica triangular, pólen e pedra.
Lâmpada de granito, pão de pedra.[...] (Canto IX).

Contudo, como a grandiosidade arquitetônica foi construída por escravos, na visão das ruínas que tanto o sensibilizam, o poeta, com a clássica pergunta retórica (*ubi sunt*), procura descobrir o homem que ali habitou:

Piedra en la piedra, el hombre, donde estuvo?
aire en el aire, el hombre donde estuvo?
Tiempo en el tiempo, el hombre dónde estuvo?
[...] Macchu Picchu pusiste
piedra en la piedra, y en la base harrapo?
Carbón sobre carbón, y en el fondo la lágrima?
Fuego en el oro, y en el temblando el rojo?
goterón de la sangre? [...] (p. 272-273).

Há no poema uma harmonia com a atitude de admiração à natureza e ao homem. O poeta admira o encanto do lugar e o esforço titânico do construtor e sente saudade de um reino que se perdeu, destroçado de seu poder. Para falar dessa morte, ele tem um tom patético, um ar severo e majestoso e faz uma viagem de ida e volta, não só espacial, mas também temporal. Enquanto se esfacelou a vida humana num tempo pretérito:

(Días de fulgor vivo fulgor en la intemperie
de los cuerpos: aceros convertidos
al silencio del ácido:
noches deshilachadas hasta la última harina:
estambres agredidos de la patria nupcial) (p. 261).

A natureza continua em sua harmoniosa ordem, obediente a seu ciclo vital:

Del aire al aire, como una red vacía,
iba yo entre calles y la atmósfera, llegando y despidiendo,
en el advenimiento del otoño la moneda extendida
de las hojas, y entre la primavera y las espigas,
lo que el más grande amor, como dentro de un guante
que cae, nos entrega como una larga luna. [...] (p. 261).

Nessa viagem o poeta descobre que esse reino morto vive, ainda em seu canto, em sua poesia: “Ven a mi próprio ser, mía,/ hasta las soledades coronadas/ El reino muerto vive todavía (p. 270)”. Mas a morte do homem é ingloria e diária. É pequena e é o resultado da fome, de trabalhos e da doença:

[...] La pobre mano, el pie, la pobre vida...
Los días de la luz deshilachada
en ti, como la lluvia
sobre las banderillas de la fiesta,
dieron pétalo de su alimento oscuro
en la boca vacía.
Hambre, coral del hombre,
hambre, planta secreta, raíz de los leñadores,
hambre, subió tu raya de arrecife
hasta estas altas torres desprendidas? (p. 272).

A morte é uma evidência e viver é estar frente a frente com ela. A flor fecunda a outra flor. O poeta descobre que há doação e continuidade de vida; que a pedra, mesmo depois de polida, conserva a sua origem mineral o homem, em contraposição dilacera a sua vida:

Si la flor a la flor entrega el alto germen
y la roca mantiene su flor diseminada
en su golpeado traje de diamante y arena,
el hombre arruga el pétalo de la luz que recoge
en los determinados manantiales marinos
y taladra el metal palpitante en sus manos.
Y pronto, entre ropa y el humo, sobre la mesa hundida
como una barajada cantidad, queda el alma:
cuarzo y desvelo, lágrimas en el océano
como estanques de frío: pero aún
mátala y agonizada con papel y con odio,
sumérgela en la alfombra cotidiana, desgárrala
entre las vestiduras hostiles del alambre (p. 262).

No Canto V, o poeta afirma que a vida está ameaçada pela morte e “cada día uma morte pequena”: “[...] No eres tú, muerte grave, ave de plumas férreas./ la que el pobre heredero de las habitaciones/ llevaba entre alimentos apresurados, bajo la piel vacía:/ era algo, un pobre pétalo de curda exterminada:/[...] (p. 265)”.

A morte chega para todos indistintamente, diz o poeta no Canto III. Essa dedução aproxima este canto à filosofia medieval das Danças da Morte em que todos são convidados a dançar a dança macabra.

El ser como el maíz se desgranaba en el inacabable
granero de los hechos perdidos, de los acontecimientos
miserables, del uso al siete, al ocho
y no una muerte, sino muchas muertes llegaba a cada uno:
cada día una muerte pequeña, polvo gusano, lámpara
que se apaga en el lodo del suburbio, una pequeña muerte
de alas gruesas

entraba en cada hombre como una corta lanza
y era el hombre asediado del pan o del cuchillo,
el ganadero: el hijo de los puertos, o el capitán oscuro del
arado,
o el roedor de las calles espesas:
todos desfallecieron esperando su muerte, su corta muerte
diaria
y su quebranto aciago de cada día era
como una copa negra que bebían temblando (p. 263-264).

Como driblar essa evidente destruição do ser? Como vencer a morte? O poeta consegue encontrar uma solução para esse enigma vital? Como renascer como a primavera? Como anular a morte? O poeta descobre que a identidade do povo se encontra quando irmanados e só assim se consegue vencer a destruição dos seres. Termina com um apelo: “Sube a nacer conmigo, Hermano./ Dame la mano desde la profunda/ zona de tu dolor diseminado (p. 275)”.

Assim, depois de haver uma tomada de consciência, há uma identificação e um conhecimento. E o poeta instiga com ações volitivas (“falai comigo”, “contai-me tudo” [...] e “deixai-me chorar, hora, dias, anos,/idades cegas, séculos estelares”) para concluir que em seu canto, a morte será vencida: “Aflui a minhas veias e minha boca./ Falai por minhas palavras e por meu sangue”. Suas palavras representam a vida o renascer na irmandade. Seu canto é para todos os irmãos americanos um convite à união. Seu verso é uma arma de combate.

O poeta ao apoiar-se na memória histórica-coletiva e ao pôr em relevo a atitude de solidariedade utópica, que objetiva estimular no seu canto épico, preenche o seu canto de ressonâncias míticas que o aproximam à épica, mas o suporte imagético, ritmo e formal de seu canto é lírico.

CONCLUSÃO

Ter a posse de uma história é sentir-se parte de uma totalidade envolvente é ter certeza de ter uma origem por cuja preservação se deve lutar.

Na nostalgia do esvaziamento do passado, da perda do “paraíso” que está ancorada no coração humano, e no conhecimento de que a vida humana está incompleta e fragmentada por um tempo perdido, a memória procura resgatar essa história original na esperança de reencontrar no presente a realidade pretérita.

A ânsia de recuperação de um passado incógnito, de um passado que um dia foi presente, que pode ser lembrado, que pode vir à consciência e fazer-se consciência, libertar-se das angústias da falta, da quebra da unidade que se dá pela ausência do “bem”, provoca no poeta o desejo de narrar a história total dessa terra num canto épico:

[...] Yo estoy aquí para contar la historia.
Desde la paz del búfalo
hasta las azotadas arenas
de la tierra final en las espumas
acumuladas de la luz antártica, [...] (p. 244)

Ao tornar-se o passado presente, passo a passo o poeta o vai redescobrimdo e, atraído pela representação, sente a necessidade de criar mitos, que possibilitam inventar relatos que preenchem o vazio deixado pela perfeição de um passado perdido:

A las tierras sin nombres y
sin números
bajaba el viento desde otros dominios,
traía la lluvia hilos celestes,
y el dios de los altares impregnados
devolvía las flores y las vidas (p. 244)

É assim que nascem as utopias. E Neruda edificou a utopia das Américas em seu *Canto Geral*, criando a imagem idealizada de uma terra paradisíaca, perdida, de vida perfeita, cuja essência bebe (“tu aroma me trepó por las raíces (p. 244)”) e a recria, naturalmente, diferente do que era originariamente, mas se faz presente no seu canto e nele renascerá “en otro tiempo sin dolores (p. 711)” porque seu desejo é “[...] que continúe como un árbol rojo/ propagando su clara quemadura [...] (p. 710)”.

À medida que Neruda vai redescobrimdo a América em seu canto, e com ela vai identificando-se, em um tempo não linear, ele imerge num mundo úmido, fresco de sua infância “[...] de zapatos mojados, troncos rotos/ caídos en la selva, devorados por liames/ y escarabajos, dulces días sobre la avena, [...] (p. 677)”, rememora a chuva, o vento, a geografia de sua terra natal, mãe e morada, ao mesmo tempo em que narra poeticamente a história do Chile e evoca a geografia e a história da América e exalta companheiros que comungam os mesmos ideais que os seus.

Ao terminar o seu canto, declara o objetivo de sua obra: “escribo para el pueblo aunque no pueda/ leer mi poesía con sus ojos rurales (p. 702)”, faz um depoimento da época em que ele a escreveu “en la persecución, cantando bajo/ las alas clandestinas de mi patria (p. 711)” e expõe o seu desejo de divulgá-la: “Quiero que a la salida de fábricas y minas/ esté mi poesía adherida a la tierra,/ al aire, a la victoria del hombre maltratado” e de que no futuro atue nas almas dos jovens para que a reconstrução que faz da América toque em suas almas..

REFERÊNCIA:

1. NERUDA, P. *Poesías escogidas*. Prólogo de Aurora de Albornos. Madrid: Aguilar, 1980.

JOÃO BONINO MOREIRA, UM PEDAÇO DA HISTÓRIA DA IHGES

Hormízio Santos Muniz
Associado do IHGES

Na noite de 15 de abril, numa quinta-feira, assistindo o jornal da Globo das 20:30, João Bonino Moreira recostou a cabeça no sofá e tranqüilamente faleceu...

João Bonino, como era chamado, nasceu em Santa Teresa, no dia 7 de julho de 1928. Viveu grande parte da sua infância e juventude em Vitória, de onde saiu para fazer vestibular para a Escola Nacional de Medicina (influência, talvez, dos frascos de remédios e bulas da farmácia do seu pai, “seu” Arnaldo, que era farmacêutico). Não passou no vestibular e pelo Rio de Janeiro ficou, trabalhando em instituições bancárias, quando, em 1954, fez concurso para o Banco do Brasil, passando entre os primeiros. Ali exerceu diversos cargos na área burocrática, não mais tentando a Universidade.

Em 1966, já casado com a Dona Yoneda, foi transferido para Agência do Banco do Brasil de Vitória, onde trabalhou na área de câmbio, chegando a ser “expert” no assunto. Anos depois, muito a contragosto, segundo dizia, mas empenhado e com competência, exerceu a Chefia de uma divisão que envolvia toda a logística do Banco. Em 1982 se aposentou.

João Bonino chegou ao Instituto Histórico e Geográfico em 1992 trazido pelo seu colega de Banco e então Presidente da Casa, Ormando de Moraes, sendo logo guindado ao cargo de Tesoureiro Geral da entidade, justificado por ele “pelos seus cacoetes bancários”.

va de escritório, manuseando, às vezes, livros de mais de 700 páginas. Não lia tudo: tinha preferência pela história do Brasil, a partir da República e pode-se dizer que sabia muito sobre o assunto. A Segunda Guerra Mundial foi outro tema sobre qual era um expert. Sabia detalhes sobre exércitos, divisões, companhias, comandantes, manobras, armas, palcos de guerra e tramas políticas, revelando entretanto, e sempre, muita má vontade para conversar sobre a questão judaica ou sobre o holocausto não por questões ideológicas mas pelo erro estatístico que ele dizia existir.

Escreveu pouco, pois não se considerava escritor e dizia estar mais para o lado jocoso dos fatos e das notícias. Deixou apenas três pequenos livros que compôs estimulado pelo Presidente Miguel: “A rainha que piava”, “O Presidente Nu” e um misterioso “GMpJM n° 2XJM” – certa fórmula para... bem, é bom ler o opúsculo!

Lia também literatura de ficção dos bons autores americanos e europeus. Não gostava de poesia mas sabia de cor — e sua memória era privilegiada — títulos e versos inteiros de Manoel Bandeira, que ele considerava o maior poeta brasileiro. Outro prazer do João era o cinema, do qual falava com entusiasmo, destacando as obras de Fellini, Tarantino e Kubrick, referências aos principais. Em música era eclético, mas tinha nítida predileção pelo jazz e pela música erudita: jazz band, Beethoven e Bruckner. Tinha certa implicância com Brahms. Certa vez lhe emprestei todo entusiasmado o quinteto para clarineta e este me foi devolvido muito rapidamente com a observação “se eu tivesse vocação para chorar...”. Mas, por outro lado, ele falava entusiasmado sobre a única obra de Brahms que ele admirava – o Requiem alemão. Coisas do João.

João Bonino era culto, na mais justa acepção da palavra.

Apesar de por vezes aparentar pessoa zangada, era afável, generoso e amigo.

Tinha um caráter de aço, sendo inflexível em matéria de honestidade. Ainda por muito tempo sua falta será sentida...

Vitória, maio de 2004.

IVANTIR ANTÔNIO BORGÓ

(1934-2004)

Renato Pacheco

Escritor e Presidente de Honra do IHGES

Mais que um amigo, eu o considerava um irmão.

Foi meu aluno no Colégio Estadual do Espírito Santo, na década de 50 do século passado. Depois trabalhamos juntos no reitorado de Máximo Borgo, na Universidade Federal do Espírito Santo, ele sub-reitor acadêmico, e eu tendo a meu cargo a sub-reitoria comunitária, isto nos idos de 1970. Sempre que aparecia uma fumacinha ameaçando a mata do imponente Mestre Álvaro ele me telefonava lembrando que era obrigação da Comunitária verificar se lá ocorria risco de incêndio. Juntos, com outros amigos, subimos o formoso Monte, símbolo do norte de Vitória, e alvo dos navegantes antigos, para, do alto, verificarmos as belas praias que de lá se avistam, desde Santa Cruz ao Norte, até Guarapari, ao sul.

Fizemos (e fomos os únicos que repetimos a dose) o Roteiro do Canaã, e na segunda viagem fomos deliciados com os comentários precisos e bem humorados que Ivantir foi fazendo, aqui e ali, relembrando a primeira viagem.

Ivantir Antonio Borgo nasceu em Castelo, mas viveu sua infância em Araguaia e Domingos Martins. Veio ao mundo em 2 de agosto de 1934, e era filho de D. Maregarida Lorenzoni Borgo e do Sr. Anacleto Borgo. Casou-se com Maria Oliveira Borgo, a estimada Marge, com quem teve dois filhos, Ricardo, comerciante e Alexandre, magistrado.

Tendo se formado no curso científico do Colégio Estadual, Ivantir fez o Curso de Pedagogia na UFES, especializando-se em História da Educação, cátedra em que se aposentou. Foi membro do Conselho Estadual de Educação, e exerceu diversos cargos

administrativos de relevância, na UFES, sempre com elevadíssima competência e consciência profissional. Ultimamente dirigia o setor de ensino à distância de nossa Universidade, com tanta eficiência que se tornou padrão para as demais universidades brasileiras.

Era um especialista na área de educação dos melhores que temos tido, porém nunca se ouviu de nosso pranteado amigo uma palavra de vaidade ou de jactância sobre seu saber notório. A modéstia era a virtude, entre tantas que distinguiam seu caráter adamantino, que mais chamava a atenção do homem simples e bom que foi Ivantir Antônio Borgo, seguidor do preceito de Pascal de que “se você quer que os outros pensem bem de você, não lhes fale sobre sua pessoa”.

Em tantos anos de convívio, só uma pequena divergência histórica tive com meu amigo que se foi. Dizia respeito, no que tange a seu livro 40 anos de UFES, sobre a data de fundação da Universidade. Coisa de somenos, que, felizmente, chegamos às boas, na tertúlia do Sabalogos do dia 6 de março passado, o que foi testemunhado por diversos acompanhados, de vez que me rendi à ponderação de Reinaldo Santos Neves de que o que se alicerçara em 1954 foi o espírito universitário nascente, em nosso Estado, que só fez, em parte pelo esforço de Ivantir, crescer e brilhar nos seguintes 50 anos.

Esta pequenina diferença de ponto de vista, que daqui a 100 anos será coisa de nonada, jamais empanou a força e grandeza de nossa amizade, alicerçada por mais de meio século de admiração que sei mútua, e solidificada pelo sofrimento comum de nossas pedras vesiculares.

O Professor Ivantir deixou uma grande obra histórica inacabada: a História da Educação no Espírito Santo fruto de muitos anos de pesquisa criteriosa e diligente. A meu pedido, ele fez uma síntese para o “site” que a Secretaria de Estado da Fazenda pretendia instalar em seu edifício-sede, e pelas seis páginas que me foi dado examinar, verifiquei o extraordinário valor do livro em

construção. Se possível, em entendimento com a família do ilustre morto, sugiro que o IHGES publique as partes que estiverem em condições de serem editadas.

Na última segunda-feira, dia bonito, a que se seguiu a tempestade tropical de ontem, sentado em banco de madeira, em companhia dos amigos Douglas Puppim, Gastão de Alvarenga Rosa e de nossa prezada Presidente, olhando aquelas esculturas mortuárias de bronze e mármore, símbolos todos da velocidade com que a vida passa, cercado pelas centenas de sepulturas do primeiro plano, nós, que fôramos prestar nossa derradeira homenagem de corpo presente ao grande consócio falecido, fomos obrigados a refletir sobre a morte e seu inescrutável significado. Uma luz brilhante se apagou, e, como diz Shakespeare no Hamlet (V:2) “o resto é silêncio”.

Honremos a memória deste emérito professor, deste educador de gerações que, modestamente como sempre viveu, acaba de nos dizer adeus.

LEVY ROCHA (1916-2004)

Ester Abreu Vieira de Oliveira
Professora do CESV e da UFES
Associada do IHGES
da Academia de Letras Espíritosantense
da Academia Feminina Espíritosantense de Letras
da Associação de Espanhol do Espírito Santo.

LEVY ROCHA é membro do Instituto Histórico e Geográfico do ES. e pertence à Cadeira nº 05 da Academia de Letras Espíritosantense, cujo Patrono é Amâncio Pinto Pereira

Levy Rocha nasceu em 14 de março de 1916, em São Felipe, então distrito de São João do Muqui, hoje, simplesmente Muqui, e faleceu no dia 16 de julho deste ano (2004). Ele foi poeta, historiador, jornalista, romancista, professor, comerciante e farmacêutico.

Pessoa afável, Levy era muito estimado por todos. Tinha muitos amigos entre os escritores e historiadores, entre eles estava o cronista Rubem Braga de quem sua irmã Isabel, casada com Newton Braga, era cunhada.

Levy Rocha provém de uma família de nove irmãos, da qual era ele o mais velho. Seu pai, Emílio Coelho da Rocha, foi o primeiro prefeito de Muqui e o responsável pela introdução da luz elétrica na cidade.

Levy Rocha passou a infância no arraial de São Felipe, depois Marapé, hoje município de Atílio Vivácqua, cujo cenário recria, em 1978, no seu livro *Marapé*

São Felipe era, segundo o narrador (e eu bem sei, porque ia ali com meus pais visitar amigos e parentes), um lugar de umas sessenta casas e com o rio Muqui, a linha férrea e a estrada contornando o morro.

O narrador descreve o lugar como uma “rua deserta [que] parecia mais caminho dos porcos e dos cabritos, salvo quando passavam uma tropa de burros, barulhenta, ou as boiadas que levavam madeira para a serraria, arrastando pesadas toras no carretão cantante, cavando sulco como uma valeta [...]”. Além da rua descreve como era vida na estação de ferro: o comportamento dos passageiros, o flerte das moças, a venda de pastéis, a chegada do jornal e a passagem do Noturno. Isto é, mostra-nos todo o trânsito comum dos dias de domingo nas estações de ferro da primeira metade do século XX. Narra uma caçada e relaciona a fauna da região. Menciona o encontro dos rios Muqui e Sumidouro e a cachoeira do Amapá. Apresenta o trabalho árduo do braço negro no trabalho do desmatamento e da lavoura de café descrevendo a vida do preto Benedito: “Andava sempre sem dinheiro. Só havia fartura de miséria e de serviço. A lavoura de café era trabalho para quatro homens. Tocava com a única ajuda da mulher e dos filhos”. E é, em *Marapé* que ocorrerão amores e violência, num ambiente de tipos curiosos e bem traçados, onde o narrador mostra os costumes de um vilarejo da metade do século XX e o leitor acompanha, numa volta ao passado, as leituras que o cordel da época proporcionava: *Elzira a Morta Virgem*, *Lampeão*, *Romance da Princesa Magalona*, entre outras, e uma caçada com pios a inhambus, jaó e mutum, muito em moda na época.

Por sua biografia, sabemos que Levy Rocha cursou o ginásio no Colégio “Pedro Palácios” em Cachoeiro e que, quando terminou o segundo ciclo de estudos no mesmo colégio, passou a participar do seu corpo docente como autodidata. Por essa cidade sentia sempre um grande amor. Damos como exemplo o descritivo poema sobre a Ilha da Luz, em que demonstra o conhecedor da flora brasileira, de sua utilidade e dos nomes que os nativos a batizavam:

ILHA DA LUZ

Árvores plantadas e adubadas
pelas enchentes do Itapemirim:
águas quebradas nos remansos

onde os meninos pescavam lambaris,
tomando banhos sem temer os riscos.
Árvores frondosas que os homens não cuidaram
e que os índios há muito batizaram:
gibatões, bacuparis, itapicurus,
sapucaieiras, grumarins, monjolos,
e a vigorosa paineira
distribuindo boletins aos ventos,
chamando para a festa
do grande parque florístico natural.
Balebas para os gudes do recreio,
aparajus com o leite tão visguento
que prendia o gaturamo bandeirinha,
a saíra, o tié-sangue e a pipira;
grumarins dos bодоques tão certos
c rolinhas, juritis e sabiás...
Lianas, guirlandas, crinas verdes,
trancos de musgos, gravatás ou trepadeiras;
festa de verde, luz coada, água fresca,
que os passarinhos e as borboletas descobriram
muito antes dos meninos ou dos marmanjos.

Levy Rocha graduou-se em Farmácia pela Escola de Farmácia do Espírito Santo, mas não se dedicou à profissão de farmacêutico. Em 1931, lançou, de parceria com seu amigo Francisco Borges, o primeiro jornal de São Felipe: “O Rio”, jornalzinho crítico e humorístico. Estreou na imprensa local como cronista, colaborando, esporadicamente, no “Correio do Sul” e, mais tarde, no “Arauto”. Passou a publicar contos na revista “Vida Capixaba” e crônicas no jornal “A Gazeta”, em “A Tribuna” e no suplemento Singra, em fotogravura, distribuído como encarte nos principais jornais. Como historiador, colaborou nas colunas do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro.

Na proximidade da comemoração do Centenário da visita de Pedro II a Vitória, levado pela pesquisa exaustiva feita no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, escreveu *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, trabalho publicado em 1960, em primeira edição, pela *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, em 1980, em segunda edição, no Rio de Janeiro, pela *Revista Continente*, em que aparecem curiosos e precisos apontamentos feitos pelo Imperador em sua visita a nosso Estado.

Os desenhos e as fotografias testemunham a fidelidade dos fatos. Os apontamentos do Imperador e do repórter e os esclarecimentos do pesquisador servem de base para um retrato “fiel” de D. Pedro II, aos 34 anos de idade, para uma demonstração da sociedade, da topografia, da cultura, da religiosidade, da agricultura, dos meios de transporte, da fauna e da flora do ES na segunda metade do XIX. E as digressões históricas, mostram o pesquisador incansável e conhecedor da cultura capixaba.

Nessa obra, segundo Theomar Jones, Levy Rocha “soube fundir História e Literatura, particularidade própria àqueles que, na História, encontram o caminho da exaltação da grandeza do viver do homem”.

Em 1977, Levy Rocha publicou *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*, onde recorda vultos e patrimônios do Espírito Santo de várias épocas em quarenta crônicas.

Os escritos do autor podem ser encontrados nas publicações:

Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo – RJ – 1980

Crônicas de Cachoeiro – RJ – 1966

Os Vieira da Cunha e o jornal “O Martelo” – Brasília, 1971

Viajantes estrangeiros no Espírito Santo – Brasília, 1971

De Vasco Coutinho aos contemporâneos – RJ, 1977

Marapé – romance – 1978

Participou das antologias *Poetas de Brasília* – de Joanir Oliveira e *Poetas Cachoeirenses*”, de Evandro Moreira.

O MAGISTRADO

RENATO JOSÉ COSTA PACHECO

Sebastião Teixeira Sobreira
Desembargador aposentado
Vice-Presidente do IHGES

Nascido em Vitória, no dia 16 de dezembro de 1928, magistrado, professor da Escola de Magistratura e da Universidade, historiador, poeta, folclorista, Renato José Costa Pacheco foi escritor de vários livros e prestou destacados serviços aos capixabas.

Neste Instituto Histórico e Geográfico do Espírito, ao qual pertenceu, foi seu presidente e, após deixar o cargo, ficou como seu presidente de honra.

Mas a personalidade que hoje quero homenagear neste Instituto é o magistrado Renato Pacheco, que nos deixou de forma repentina, aos 75 anos de idade, nesta Capital, no dia 18 de março do corrente ano de 2004.

Nessa condição, se destacou Renato Pacheco como juiz, culto, inteligente, de conduta ilibada, comportamento irretocável, deixando em cada alma um amigo, em cada jurisdicionado um admirador.

Quando fui o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), na década de 70, Renato Pacheco era meu secretário geral. Destacou-se na área de promoções da nossa Associação. Mesmo depois de aposentado, continuou envolvido com a Amages e outras entidades da Justiça. Foi um colaborador eficiente.

Dou a Renato, por seu dinamismo, a condição de primeiro juiz a presidir a Amages, até então somente dirigida por desembargadores. Tive o prazer de encaminhar o processo que mudou essa história e o conduziu à direção de nossa entidade classista, iniciando o período de alternância entre juízes e desembargadores.

Vários eventos foram idealizados e coordenados por Renato Pacheco. Ele idealizou e coordenou o I Congresso Brasileiro de Magistrados, que realizamos em Vitória, em 1973.

Foi nessa época que propôs a criação da Escola da Magistratura para, a exemplo do papel desenvolvido pela Escola Superior de Guerra, criar um pensamento jurídico nacional.

Os colegas que participaram do Congresso rejeitaram a proposta, alegando que os juízes já fizeram o concurso e que não precisavam de mais nada. Renato Pacheco não desanimou. No segundo Congresso, em Petrópolis, em 1974, levou de novo a mesma proposição e insistiu com ela. Novamente, foi recusada.

Mas havia um fato em andamento. No nosso primeiro Congresso em Vitória, trouxemos o então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Aleomar Baleeiro, concedendo-lhe a “Medalha do Mérito Judiciário Muniz Freire”, comenda idealizada pelo Renato Pacheco. Ficamos amigos do Ministro.

Quando da reforma constitucional de 1988, o então Presidente José Sarney constituiu a comissão de 25 notáveis para conduzir o assunto e o Baleeiro era um desses notáveis.

Renato Pacheco lembrou-se disso e mandou para o Baleeiro uma carta defendendo a inclusão da Escola da Magistratura na Constituição Federal. O Ministro Aleomar Baleeiro propôs e a idéia foi aceita.

E então, a Escola da Magistratura, idéia totalmente do Renato Pacheco, não apenas entrou no capítulo da Constituição Federal, que trata da organização do Poder Judiciário, como também na Lei Orgânica da Magistratura. E está em vigor.

Para a reforma do Código do Processo Civil, em 1974, Renato Pacheco idealizou e realizamos seminários no centro, no norte e no sul do Estado para debater o assunto.

Quando fui presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, entre 1984 e 1985, Renato Pacheco deu nova roupagem à Revista da Jurisprudência do Tribunal e ao Ementário de Jurisprudência.

Tínhamos grande afinidade com os temas relacionados à infância. Por isto, a primeira medida que tomamos, a Resolução Nº 1, baixada por mim, foi criar a Coordenação Especial para Assuntos da Família e do Menor (CEFAM), aprovada por unanimidade pelo Tribunal Pleno.

Mais tarde criamos a Sociedade Homem do Amanhã, para tratar da problemática do menor carente.

E foi Renato Pacheco quem elaborou o Estatuto dessas duas entidades.

Em abril de 1985, resolvemos promover o I Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil e o Renato Pacheco foi o Coordenador do evento, quando foram apresentadas sugestões para a reforma do Poder Judiciário para o capítulo do Judiciário na Constituição Federal de 1986.

Levamos pessoalmente, numa comissão de cinco Presidentes de Tribunais de Justiça, a proposta ao Presidente Sarney. A comissão de notáveis, da qual participava o Aleomar Baleeiro, acatou as idéias e muitas das sugestões da Carta de Vitória, passaram a compor a Constituição Federal, inclusive a criação da Escola da Magistratura.

Mais tarde, a Associação dos Magistrados Brasileiros resolveu criar o Conselho Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça em vez de realizar encontros como o que realizamos em Vitória, mas a idéia partiu do Renato Pacheco.

Coube aos Estados criarem suas Escolas de Magistratura, para preparação de candidatos ao ingresso na magistratura e aperfeiçoamento dos Juízes.

E os primeiros, pela ordem, foram Rio Grande do Sul, São Paulo e o Espírito Santo, quando eu era o presidente do Tribunal de Justiça em 1985, através da Resolução Nº 4, aprovada à unanimidade pelo Tribunal Pleno.

E, nada mais justo: Renato Pacheco foi o primeiro Diretor da Escola da Magistratura por ter sido seu idealizador.

Caminhamos juntos. Extremamente criativo, Renato Pacheco costumava dizer-me “ Sobreira, eu vou planejar e você vai executar.”

Ele era assim, um homem de idéias e de ideais. Assim vivíamos. No final, as idéias dele eram boas e exequíveis. Por isso sempre davam certo.

Apesar desse perfil realizador, Renato Pacheco não tinha ambições e por isto nunca foi desembargador. Era um homem simples, humilde e humano. Mais tarde foi Assessor Jurídico do Tribunal, mas tudo o que ele queria era viver e ensinar a viver.

Renato Pacheco foi um símbolo da cultura capixaba, não apenas no exercício do magistério, mas também dentro do Judiciário.

Vitória, ES, novembro de 2004.